

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	16
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	18
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	19
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	22
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	23
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.027.011.498
Preferenciais	280.088.314
Total	2.307.099.812
Em Tesouraria	
Ordinárias	49.809.906
Preferenciais	6.842.161
Total	56.652.067

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	172.358.983	169.908.901
1.01	Ativo Circulante	14.910.290	20.065.183
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.948.517	7.845.720
1.01.01.01	Caixa	5.698.457	4.927.871
1.01.01.02	Caixa Restrito	250.060	2.917.849
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.477.747	3.611.904
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.477.747	3.611.904
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	2.477.747	3.611.904
1.01.03	Contas a Receber	0	462.628
1.01.03.01	Clientes	0	462.628
1.01.04	Estoques	204	262
1.01.04.01	Almoxarifado	204	262
1.01.06	Tributos a Recuperar	893.865	857.466
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	893.865	857.466
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.589.957	7.287.203
1.01.08.03	Outros	5.589.957	7.287.203
1.01.08.03.01	Financiamentos e Empréstimos	1.099.798	1.524.088
1.01.08.03.03	Remuneração de participações societárias	2.358.819	3.028.085
1.01.08.03.04	Impostos e Contribuições Sociais	554.421	261.321
1.01.08.03.06	Direito de Ressarcimento	940.268	1.186.214
1.01.08.03.07	Ativos Mantidos para Venda	221.972	320.691
1.01.08.03.10	Diversos	414.679	966.804
1.02	Ativo Não Circulante	157.448.693	149.843.718
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.255.754	35.807.159
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	432.355	411.705
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	432.355	411.705
1.02.01.07	Tributos Diferidos	804.582	3.705
1.02.01.07.01	Tributos a Recuperar	804.582	3.705
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.018.817	35.391.749
1.02.01.10.04	Financiamentos e Empréstimos	6.852.841	3.366.460
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	3.337.816	6.402.122
1.02.01.10.07	Adiantamentos para futuro aumento de Capital	0	20.596.029
1.02.01.10.08	Direito de Ressarcimento	1.332.167	2.048.517
1.02.01.10.09	Outros	1.495.993	1.755.305
1.02.01.10.10	Valores a Receber - ENBPARG	0	1.223.316
1.02.02	Investimentos	142.861.107	113.736.819
1.02.02.01	Participações Societárias	142.861.107	113.736.819
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	14.338.473	13.744.244
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	127.301.339	98.153.736
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	174.533	181.578
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	1.046.762	1.657.261
1.02.03	Imobilizado	201.942	231.883
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	168.107	93.836
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	30.170	35.359

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.665	102.688
1.02.04	Intangível	129.890	67.857
1.02.04.01	Intangíveis	129.890	67.857
1.02.04.01.02	Outros	129.890	67.857

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	172.358.983	169.908.901
2.01	Passivo Circulante	13.751.504	13.546.305
2.01.02	Fornecedores	155.989	994.922
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	155.989	994.922
2.01.03	Obrigações Fiscais	241.541	370.739
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	241.541	370.739
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	241.541	370.739
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	7.793.381	3.691.412
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.338.148	3.564.366
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.317.508	3.290.802
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	20.640	273.564
2.01.04.02	Debêntures	2.444.274	118.336
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	10.959	8.710
2.01.05	Outras Obrigações	3.567.532	5.842.521
2.01.05.02	Outros	3.567.532	5.842.521
2.01.05.02.04	Remuneração aos Acionistas	1.110.416	913.018
2.01.05.02.05	Empréstimo compulsório	1.257.291	1.289.602
2.01.05.02.06	Empréstimo compulsório - Acordos	896.746	0
2.01.05.02.07	Adiantamento de clientes	3.513	1.486.222
2.01.05.02.08	Obrigações de ressarcimento	8.572	1.912.423
2.01.05.02.10	Obrigações com pessoal	213.767	166.337
2.01.05.02.11	Diversos	77.227	74.919
2.01.06	Provisões	1.993.061	2.646.711
2.01.06.02	Outras Provisões	1.993.061	2.646.711
2.01.06.02.04	Provisões para litígios	1.993.061	2.646.711
2.02	Passivo Não Circulante	46.274.107	45.857.800
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	28.379.847	22.302.512
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	16.626.348	15.312.645
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	10.196.419	8.658.788
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.429.929	6.653.857
2.02.01.02	Debêntures	11.728.527	6.957.296
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	24.972	32.571
2.02.02	Outras Obrigações	1.854.874	1.043.850
2.02.02.02	Outros	1.854.874	1.043.850
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	98.252	86.919
2.02.02.02.03	Benefício Pós-Emprego	859.753	680.399
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	645.302	0
2.02.02.02.05	Diversos	251.567	276.532
2.02.03	Tributos Diferidos	440.834	427.390
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	440.834	427.390
2.02.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	440.834	427.390
2.02.04	Provisões	15.598.552	22.084.048
2.02.04.02	Outras Provisões	15.598.552	22.084.048
2.02.04.02.04	Provisões para litígios	15.598.552	22.084.048
2.03	Patrimônio Líquido	112.333.372	110.504.796

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
2.03.01	Capital Social Realizado	69.991.640	69.705.554
2.03.02	Reservas de Capital	11.775.083	13.867.170
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310
2.03.02.04	Opções Outorgadas	22.168	0
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.114.256	0
2.03.02.07	Doações e Subvenções	7.077.355	7.077.354
2.03.02.08	Outras reservas de capital	3.405.506	3.405.506
2.03.04	Reservas de Lucros	37.752.709	33.910.233
2.03.04.01	Reserva Legal	2.377.770	2.150.281
2.03.04.02	Reserva Estatutária	23.997.797	20.972.197
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	11.161.028	10.787.755
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	216.114	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-7.186.060	-6.978.161
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	-7.186.060	-6.978.161

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	109.424	377.721
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-99	-16.685
3.02.01	Energia comprada para revenda	-99	-16.685
3.03	Resultado Bruto	109.325	361.036
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	8.279.018	3.123.625
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-912.679	-4.638.745
3.04.02.01	Pessoal, material e serviços	-1.038.498	-662.660
3.04.02.04	Depreciação e amortização - imobilizado e intangível	-37.213	-11.195
3.04.02.05	Provisões operacionais	1.148.011	-3.501.113
3.04.02.06	Doações e contribuições	-9.100	-126.339
3.04.02.07	Plano de demissão voluntária	-54.534	-42.999
3.04.02.08	Outras	-921.345	-294.439
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18.748	195.661
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.172.949	7.566.709
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.388.343	3.484.661
3.06	Resultado Financeiro	-3.507.163	-272.650
3.06.01	Receitas Financeiras	1.798.430	5.031.022
3.06.01.01	Receitas de juros, comissões e taxas	832.301	1.282.346
3.06.01.02	Receitas de aplicações financeiras	911.903	1.065.822
3.06.01.03	Acréscimo moratório sobre energia elétrica	1.139	0
3.06.01.04	Atualizações monetárias ativas	0	1.127.600
3.06.01.05	Variações cambiais ativas	104.065	1.373.318
3.06.01.06	Outras receitas financeiras	421.533	276.323
3.06.01.07	Receita De Juros Sobre Dividendos	0	417.789
3.06.01.08	Tributos sobre receitas financeiras	-472.511	-512.176
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.305.593	-5.303.672
3.06.02.01	Encargos de dívidas	-2.323.089	-1.840.746
3.06.02.02	Encargos sobre recursos de acionistas	0	-108.139
3.06.02.03	Atualizações monetárias passivas	-1.639.859	-2.124.338
3.06.02.04	Variações cambiais passivas	0	-1.046.261
3.06.02.05	Encargos de arrendamento mercantil	0	-4.167
3.06.02.06	Outras despesas financeiras	-474.439	-180.021
3.06.02.07	Varição do valor justo de dívida protegida (hedge) líquida do derivativo	-868.206	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.881.180	3.212.011
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	608	-563.419
3.08.01	Corrente	608	-563.419
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.881.788	2.648.592
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-332.014	986.785
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-332.014	986.785
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.549.774	3.635.377
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,97917	1,82599
3.99.01.02	PNA	2,17648	2,00098

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.99.01.03	PNB	2,18	2,00098
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,95502	1,79638
3.99.02.02	PNA	2,15	1,97965
3.99.02.03	PNB	2,15051	1,97965

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	4.549.774	3.635.377
4.02	Outros Resultados Abrangentes	110.880	715.241
4.02.01	Mudança no valor justo dos instrumentos financeiros por meio de ORA	206.508	-418.901
4.02.02	IR / CSLL diferidos	-70.213	142.426
4.02.03	Alienação de instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	359.423	486.128
4.02.04	Participação no resultado abrangente das controladas e coligadas	-119.988	203.953
4.02.06	IR / CSLL diferidos	0	-93.408
4.02.08	Ajuste de hedge de fluxo de caixa	-264.850	395.043
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.660.654	4.350.618

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	910.200	812.041
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.210.555	-49.107
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	4.549.166	4.198.796
6.01.01.02	Depreciação e amortização	37.213	11.196
6.01.01.03	Variações monetárias e cambiais líquidas	1.535.795	669.681
6.01.01.04	Encargos financeiros	578.885	-812.905
6.01.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	-9.172.949	-7.566.709
6.01.01.06	Outras Receitas e Despesas	-18.748	-195.661
6.01.01.07	Provisões (reversões) operacionais	-1.148.011	3.501.113
6.01.01.08	Resultado da dívida protegida (hedge) e derivativos	868.206	0
6.01.01.09	Outras	559.888	145.382
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-521.149	866.861
6.01.02.01	Clientes	1.340	194.947
6.01.02.02	Direito de Ressarcimento	459.642	1.017.850
6.01.02.03	Fornecedores	-821.070	-61.608
6.01.02.04	Adiantamentos	-3.243	0
6.01.02.05	Obrigações com pessoal	47.430	12.769
6.01.02.06	Outros ativos e passivos operacionais	-205.248	-297.097
6.01.03	Outros	3.641.904	-5.713
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-2.430.785	-1.515.464
6.01.03.02	Recebimento de encargos financeiros	1.042.169	677.776
6.01.03.03	Pagamento de IR e CSLL	-164.735	-236.134
6.01.03.04	Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	6.792.347	4.617.624
6.01.03.05	Pagamento de previdência complementar	-14.908	-33.894
6.01.03.06	Pagamento de litígios	-1.351.125	-3.074.367
6.01.03.07	Cauções e depósitos vinculados	-231.059	-441.254
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.935.893	-27.103.214
6.02.01	Aquisição de debentures	-450.000	0
6.02.02	Recebimento de empréstimos e financiamentos	2.014.687	3.397.329
6.02.03	Aquisição de ativo imobilizado	-6.776	-7.697
6.02.04	Aquisição de ativo intangível	-62.044	-6.480
6.02.05	Aplicações Financeiras Líquidas (TVM)	1.134.157	3.480.282
6.02.06	Aquisição/aporte de capital em participação societária	-2.108	-188.367
6.02.08	Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital	0	-34.926.186
6.02.09	Alienação de investimentos em participações societárias	355.941	1.147.905
6.02.10	Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento das operações descontinuadas	952.036	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.075.507	31.211.660
6.03.01	Recebimento pela emissão de ações	0	30.648.282
6.03.02	Empréstimos e financiamentos obtidos / debentures obtidas	7.000.000	6.000.000
6.03.03	Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	-8.235.969	-4.048.309
6.03.04	Pagamento de remuneração aos acionistas	-864.192	-1.433.059
6.03.05	Pagamento aos acionistas dissidentes - incorporação de ações	-212	0
6.03.06	Recuperação de ações	-1.967.218	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.03.07	Pagamento de arrendamentos financeiros - principal	-7.916	0
6.03.08	Outros	0	44.746
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	770.586	4.920.487
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.927.871	7.384
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.698.457	4.927.871

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	69.705.554	13.867.170	33.910.233	0	-6.978.161	110.504.796
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	69.705.554	13.867.170	33.910.233	0	-6.978.161	110.504.796
5.04	Transações de Capital com os Sócios	286.086	-2.092.087	0	0	0	-1.806.001
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-168.168	0	0	0	-168.168
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-1.967.218	0	0	0	-1.967.218
5.04.08	Programa de Remuneração em Ações	0	13.595	0	0	0	13.595
5.04.09	Ações Outorgadas	0	22.169	0	0	0	22.169
5.04.10	Ações em tesouraria - Acionistas dissidentes	0	-212	0	0	0	-212
5.04.11	Ações em tesouraria - Acordo empréstimo compulsório	0	7.747	0	0	0	7.747
5.04.12	Aumento de Capital - Incorporação de ações	286.086	0	0	0	0	286.086
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.902.297	-207.899	4.694.398
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.549.774	0	4.549.774
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	352.523	-207.899	144.624
5.05.02.07	Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA	0	0	0	0	206.508	206.508
5.05.02.08	IR/CS diferido s/ Outros resut. Abrangentes	0	0	0	0	-70.213	-70.213
5.05.02.11	Ajuste Benefício pós-emprego	0	0	0	0	-119.988	-119.988
5.05.02.13	Participação no ORA de controladas	0	0	0	0	234.433	234.433
5.05.02.14	Participação no ORA de coligadas	0	0	0	0	-139.860	-139.860
5.05.02.15	Reclassificação de ganho na venda de instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA, líquido de impostos	0	0	0	352.523	-318.779	33.744
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.842.476	-4.902.297	0	-1.059.821
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.626.362	-3.626.362	0	0
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	0	-1.080.571	0	-1.080.571
5.06.06	Prescrição de Dividendos	0	0	0	20.750	0	20.750
5.06.07	Dividendo adicional proposto	0	0	216.114	-216.114	0	0
5.07	Saldos Finais	69.991.640	11.775.083	37.752.709	0	-7.186.060	112.333.372

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	39.057.271	13.867.170	30.890.165	0	-7.693.402	76.121.204
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	39.057.271	13.867.170	30.890.165	0	-7.693.402	76.121.204
5.04	Transações de Capital com os Sócios	30.648.283	0	0	0	0	30.648.283
5.04.01	Aumentos de Capital	30.756.468	0	0	0	0	30.756.468
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-108.185	0	0	0	0	-108.185
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.883.470	715.241	4.598.711
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.635.377	0	3.635.377
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	248.093	715.241	963.334
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-93.408	-93.408
5.05.02.06	Ajuste de Controladas/ Coligadas	0	0	0	41.871	881.171	923.042
5.05.02.07	Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA	0	0	0	206.222	-418.901	-212.679
5.05.02.08	IR/CS diferido s/ Outros resut. Abrangentes	0	0	0	0	142.426	142.426
5.05.02.09	Ajustes benefícios pós emprego	0	0	0	0	203.953	203.953
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.020.068	-3.883.470	0	-863.402
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.020.068	-3.020.068	0	0
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	0	-863.402	0	-863.402
5.07	Saldos Finais	69.705.554	13.867.170	33.910.233	0	-6.978.161	110.504.796

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	133.187	1.707.534
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	114.439	1.511.873
7.01.02	Outras Receitas	18.748	195.661
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-280.549	-4.049.944
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.428.461	-532.146
7.02.04	Outros	1.147.912	-3.517.798
7.02.04.01	Energia Comprada para revenda	-99	-16.685
7.02.04.02	Provisões Operacionais	1.148.011	-3.501.113
7.03	Valor Adicionado Bruto	-147.362	-2.342.410
7.04	Retenções	-37.213	-11.195
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-37.213	-11.195
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-184.575	-2.353.605
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.971.379	10.423.870
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.172.949	7.566.709
7.06.02	Receitas Financeiras	1.798.430	2.857.161
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.786.804	8.070.265
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	10.786.804	8.070.265
7.08.01	Pessoal	575.533	458.807
7.08.01.01	Remuneração Direta	497.091	362.844
7.08.01.02	Benefícios	56.003	76.255
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.439	19.708
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.407	710.786
7.08.02.01	Federais	4.407	710.786
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.657.090	3.265.295
7.08.03.01	Juros	5.637.607	3.129.811
7.08.03.02	Aluguéis	10.383	9.145
7.08.03.03	Outras	9.100	126.339
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.549.774	3.635.377
7.08.04.02	Dividendos	1.080.571	863.402
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.469.203	2.771.975

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	267.057.654	270.217.462
1.01	Ativo Circulante	47.897.131	49.623.127
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.494.059	13.837.527
1.01.01.01	Caixa	13.046.371	10.739.126
1.01.01.02	Caixa Restrito	447.688	3.098.401
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.920.171	12.193.654
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	5.920.171	12.193.654
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	5.920.171	12.193.654
1.01.03	Contas a Receber	5.210.482	4.794.924
1.01.03.01	Clientes	5.210.482	4.794.924
1.01.04	Estoques	426.690	429.310
1.01.04.01	Almoxarifado	426.690	429.310
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.274.969	1.135.913
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.274.969	1.135.913
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.570.760	17.231.799
1.01.08.03	Outros	21.570.760	17.231.799
1.01.08.03.01	Financiamentos e Empréstimos	367.741	692.839
1.01.08.03.02	Ativo Contratual Transmissão	11.159.426	9.349.126
1.01.08.03.03	Remuneração de Participações Societárias	871.558	707.875
1.01.08.03.04	Direito de Ressarcimento	980.206	1.216.928
1.01.08.03.05	Impostos e Contribuições Sociais	2.932.258	1.749.225
1.01.08.03.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	373.606	501.355
1.01.08.03.09	Ativos Mantidos para Venda	3.187.141	688.359
1.01.08.03.10	Diversos	1.698.824	2.326.092
1.02	Ativo Não Circulante	219.160.523	220.594.335
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	70.284.178	71.888.527
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	432.724	412.093
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	432.724	412.093
1.02.01.04	Contas a Receber	649.446	703.055
1.02.01.04.01	Clientes	649.446	703.055
1.02.01.07	Tributos Diferidos	7.878.703	3.980.358
1.02.01.07.01	Tributos a Recuperar	1.153.616	439.196
1.02.01.07.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.725.087	3.541.162
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	61.323.305	66.793.021
1.02.01.10.04	Financiamentos e Empréstimos	260.409	328.806
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	6.585.685	8.558.013
1.02.01.10.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	485.507
1.02.01.10.09	Direito de Ressarcimento	1.385.479	2.124.907
1.02.01.10.10	Ativo Contratual Transmissão	50.052.912	51.703.084
1.02.01.10.12	Outros	1.053.164	1.063.250
1.02.01.10.13	Valores a Receber - ENBPAR	0	1.223.316
1.02.01.10.14	Caixa Restrito	1.985.656	1.306.138
1.02.02	Investimentos	33.204.683	33.985.522
1.02.02.01	Participações Societárias	33.204.683	33.985.522

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	14.465.784	13.862.743
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	17.634.518	18.361.521
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	1.104.381	1.761.258
1.02.03	Imobilizado	35.805.421	34.739.705
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	31.146.358	31.068.314
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	158.971	955.149
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.500.092	2.716.242
1.02.04	Intangível	79.866.241	79.980.581
1.02.04.01	Intangíveis	79.866.241	79.980.581
1.02.04.01.02	Outros	79.866.241	79.980.581

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	267.057.654	270.217.462
2.01	Passivo Circulante	27.159.791	26.440.876
2.01.02	Fornecedores	2.963.867	3.517.173
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.963.867	3.517.173
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.022.562	1.271.700
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.022.562	1.271.700
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	29.675	0
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	992.887	1.271.700
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	11.374.867	7.749.089
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	7.597.787	6.273.479
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	7.540.261	5.919.422
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	57.526	354.057
2.01.04.02	Debêntures	3.733.060	1.251.291
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	44.020	224.319
2.01.05	Outras Obrigações	9.233.158	11.023.305
2.01.05.02	Outros	9.233.158	11.023.305
2.01.05.02.04	Remuneração aos acionistas	1.154.836	924.644
2.01.05.02.05	Empréstimo compulsório	1.257.291	1.289.602
2.01.05.02.06	Empréstimo compulsório - Acordos	896.746	0
2.01.05.02.07	Adiantamento de clientes	138.690	1.653.122
2.01.05.02.08	Obrigações de ressarcimento	8.572	1.912.423
2.01.05.02.09	Benefício pós-emprego	292.990	246.437
2.01.05.02.10	Encargos Setoriais	765.619	996.610
2.01.05.02.11	Contratos Onerosos	120.660	0
2.01.05.02.12	Obrigações com pessoal	1.634.933	2.318.554
2.01.05.02.13	Obrigações decorrentes da Lei 14.182/2021	2.161.176	1.472.662
2.01.05.02.14	Diversos	801.645	209.251
2.01.06	Provisões	2.290.873	2.709.161
2.01.06.02	Outras Provisões	2.290.873	2.709.161
2.01.06.02.04	Provisões para Litígios	2.290.873	2.709.161
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	274.464	170.448
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	274.464	170.448
2.01.07.01.01	Passivos associados a ativos mantidos para venda	274.464	170.448
2.02	Passivo Não Circulante	127.433.219	132.747.950
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	49.622.170	52.110.601
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	26.107.891	36.859.489
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	19.265.578	29.671.739
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.842.313	7.187.750
2.02.01.02	Debêntures	23.341.552	14.722.263
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	172.727	528.849
2.02.02	Outras Obrigações	47.263.619	42.995.728
2.02.02.02	Outros	47.263.619	42.995.728
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	98.252	86.919
2.02.02.02.03	Benefício Pós-Emprego	5.293.808	4.947.234

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.02.02.04	Adiantamento de clientes	86.612	213.921
2.02.02.02.05	Concessões a pagar - Uso do bem Público	566.172	372.420
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	657.514	0
2.02.02.02.07	Encargos Setoriais	432.341	464.358
2.02.02.02.08	Contratos onerosos	950.468	209.099
2.02.02.02.09	Obrigações decorrentes da Lei 14.182/2021	37.358.230	35.186.792
2.02.02.02.10	Diversos	1.820.222	1.514.985
2.02.03	Tributos Diferidos	6.296.611	7.018.063
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.296.611	7.018.063
2.02.03.01.01	Tributos a recolher	574.781	723.716
2.02.03.01.02	Imposto de renda e contribuição social	5.721.830	6.294.347
2.02.04	Provisões	24.250.819	30.623.558
2.02.04.02	Outras Provisões	24.250.819	30.623.558
2.02.04.02.04	Provisões para litígios	24.250.819	30.623.558
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	112.464.644	111.028.636
2.03.01	Capital Social Realizado	69.991.640	69.705.554
2.03.02	Reservas de Capital	11.775.083	13.867.170
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310
2.03.02.04	Opções Outorgadas	22.168	0
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.114.256	0
2.03.02.07	Doações e subvenções	7.077.355	7.077.354
2.03.02.08	Outras reservas	3.405.506	3.405.506
2.03.04	Reservas de Lucros	37.752.709	33.910.233
2.03.04.01	Reserva Legal	2.377.770	2.150.281
2.03.04.02	Reserva Estatutária	23.997.797	20.972.197
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	11.161.028	10.787.755
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	216.114	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-7.186.060	-6.978.161
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	-7.186.060	-6.978.161
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	131.272	523.840

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	37.158.908	34.074.233
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-18.673.499	-15.857.610
3.02.01	Energia comprada para revenda	-3.028.226	-3.117.655
3.02.02	Encargos sobre uso da rede elétrica	-3.482.126	-2.746.132
3.02.03	Combustível para produção de energia elétrica	-2.042.867	-2.085.996
3.02.04	Construção	-3.291.132	-1.678.631
3.02.05	Pessoal, Material e Serviço	-3.356.356	-3.589.651
3.02.06	Depreciação	-1.776.909	-1.427.843
3.02.07	Amortização	-1.610.698	-1.052.849
3.02.09	Outros	-85.185	-158.853
3.03	Resultado Bruto	18.485.409	18.216.623
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.754.911	-10.495.818
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.947.919	-13.417.697
3.04.02.01	Pessoal, Material, Serviço	-3.496.049	-3.378.346
3.04.02.07	Depreciação	-204.932	-174.359
3.04.02.08	Amortização	-28.803	-35.217
3.04.02.09	Provisões operacionais	-2.195.790	-6.928.425
3.04.02.10	Doações e contribuições	-111.101	-206.438
3.04.02.11	Plano de demissão voluntária	-544.609	-1.260.370
3.04.02.13	Outros	-1.366.635	-1.434.542
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.130.918	552.102
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.062.090	2.369.777
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.730.498	7.720.805
3.06	Resultado Financeiro	-12.002.121	-4.373.595
3.06.01	Receitas Financeiras	4.307.642	6.079.243
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.309.763	-10.452.838
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.728.377	3.347.210
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.998.498	-695.613
3.08.01	Corrente	-512.503	-1.630.034
3.08.02	Diferido	3.511.001	934.421
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.726.875	2.651.597
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-332.014	986.785
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-332.014	986.785
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	4.394.861	3.638.382
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.549.774	3.635.377
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-154.913	3.005
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,97917	1,82599
3.99.01.02	PNA	2,17648	2,00098
3.99.01.03	PNB	2,17648	2,00098
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,95502	1,79638
3.99.02.02	PNA	2,15051	1,97965
3.99.02.03	PNB	2,15051	1,97965

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	4.394.861	3.638.382
4.02	Outros Resultados Abrangentes	159.311	715.241
4.02.01	Mudança no valor justo dos instrumentos financeiros por meio de ORA	213.825	-374.425
4.02.02	IR / CSLL diferidos	-70.213	142.426
4.02.03	Alienação de instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	139.019	0
4.02.04	Participação no resultado abrangente das controladas e coligadas	130.322	660.673
4.02.05	Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	-37.223	-15.068
4.02.06	IR / CSLL diferidos	10.031	-102.497
4.02.07	Ajustes acumulados de conversão	0	-3.796
4.02.08	Ajuste de hedge de fluxo de caixa	-226.450	407.928
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	4.554.172	4.353.623
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.660.654	4.350.618
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-106.482	3.005

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.242.958	4.799.820
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.382.264	2.454.690
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSLL	1.396.363	4.333.995
6.01.01.02	Depreciação e amortização	3.621.342	2.690.269
6.01.01.03	Variações monetárias e cambiais líquidas	3.342.161	650.770
6.01.01.04	Encargos financeiros	6.095.390	2.768.853
6.01.01.05	Receita da Transmissão	-17.432.037	-15.774.884
6.01.01.06	Resultado da equivalência patrimonial	-2.062.090	-2.369.777
6.01.01.07	Outras Receitas e Despesas	-1.143.062	-186.924
6.01.01.08	Custo de construção - transmissão	3.291.132	1.671.307
6.01.01.09	Provisões (reversões) operacionais	2.195.790	6.928.425
6.01.01.10	Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	12.144	-365.178
6.01.01.11	Baixas de imobilizado e intangível	632.441	440.775
6.01.01.12	Resultado da dívida protegida (hedge) e derivativos	1.521.637	356.494
6.01.01.13	Outras	911.053	1.310.565
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.908.810	530.231
6.01.02.01	Clientes	-927.096	-408.364
6.01.02.02	Direito de Ressarcimento	473.496	1.036.409
6.01.02.03	Fornecedores	-526.425	233.911
6.01.02.04	Adiantamentos	-162.275	104.964
6.01.02.05	Obrigações com pessoal	-813.498	222.345
6.01.02.06	Encargos setoriais	-280.680	159.695
6.01.02.07	Outros ativos e passivos Operacionais	327.668	-818.729
6.01.03	Outros	7.769.504	1.814.899
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-5.173.424	-3.211.343
6.01.03.02	Recebimento de receita anual permitida - RAP	18.287.910	14.623.582
6.01.03.03	Recebimento de encargos financeiros	172.457	316.278
6.01.03.04	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-2.930.778	-2.607.461
6.01.03.05	Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	1.329.703	1.494.560
6.01.03.06	Pagamento de previdência complementar	-510.048	-469.943
6.01.03.07	Pagamento de litígios	-2.672.962	-4.222.504
6.01.03.08	Cauções e depósitos vinculados	-733.354	-1.199.426
6.01.03.09	Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades operacionais das operações descontinuadas	0	-2.908.844
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	819.418	-24.325.739
6.02.01	Aquisição de debentures	-450.000	0
6.02.03	Recebimento de empréstimos e financiamentos	1.060.818	2.358.352
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-3.862.770	-1.585.639
6.02.05	Aquisição de ativo intangível	-258.371	-32.038.772
6.02.06	Aplicações Financeiras Líquidas	7.209.710	4.475.913
6.02.07	Infraestrutura da transmissão - ativo contratual	-3.269.358	-1.652.992
6.02.08	Aquisição/aporte de capital em participações societárias	-1.499.973	-254.498
6.02.09	Alienação de investimentos em participações societárias	907.004	1.169.784
6.02.10	Caixa líquido na combinação de negócios	245.244	180.191
6.02.11	Outros	-214.922	-57.832

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.02.12	Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento das operações descontinuadas	952.036	3.079.754
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.755.131	30.072.386
6.03.01	Recebimento pela emissão de ações	0	30.648.282
6.03.02	Empréstimos e financiamentos obtidos / debentures obtidas	11.821.045	8.500.000
6.03.03	Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	-13.269.436	-6.734.696
6.03.04	Pagamento de remuneração aos acionistas	-864.192	-1.490.058
6.03.05	Pagamento aos acionistas dissidentes - incorporação de ações	-226.057	0
6.03.06	Pagamento de Obrigações com CDE / Revitalização de bacias - principal	-1.455.824	0
6.03.07	Recompra de ações	-1.967.218	0
6.03.08	Pagamento de arrendamentos financeiros	-765.525	-721.074
6.03.09	Outros	-27.924	44.746
6.03.10	Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento das operações descontinuadas	0	-174.814
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.307.245	10.546.467
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.739.126	192.659
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.046.371	10.739.126

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	69.705.554	13.867.170	33.910.233	0	-6.978.161	110.504.796	523.840	111.028.636
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	69.705.554	13.867.170	33.910.233	0	-6.978.161	110.504.796	523.840	111.028.636
5.04	Transações de Capital com os Sócios	286.086	-2.092.087	0	0	0	-1.806.001	-286.086	-2.092.087
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-168.168	0	0	0	-168.168	0	-168.168
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-1.967.218	0	0	0	-1.967.218	0	-1.967.218
5.04.08	Programa de Remuneração em Ações	0	13.595	0	0	0	13.595	0	13.595
5.04.09	Ações Outorgadas	0	22.169	0	0	0	22.169	0	22.169
5.04.10	Ações em tesouraria - Acionistas dissidentes	0	-212	0	0	0	-212	0	-212
5.04.11	Ações em tesouraria - Acordo empréstimo compulsório	0	7.747	0	0	0	7.747	0	7.747
5.04.12	Aumento de Capital - Incorporação de ações	286.086	0	0	0	0	286.086	-286.086	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.902.297	-207.899	4.694.398	-106.482	4.587.916
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.549.774	0	4.549.774	-154.913	4.394.861
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	352.523	-207.899	144.624	48.431	193.055
5.05.02.07	Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA	0	0	0	0	206.508	206.508	0	206.508
5.05.02.08	IR/CS diferido s/ Outros resut. Abrangentes	0	0	0	0	-70.213	-70.213	0	-70.213
5.05.02.11	Ajuste Benefício pós-emprego	0	0	0	0	-119.988	-119.988	0	-119.988
5.05.02.13	Participação no ORA de controladas	0	0	0	0	234.433	234.433	48.431	282.864
5.05.02.14	Participação no ORA de coligadas	0	0	0	0	-139.860	-139.860	0	-139.860
5.05.02.15	Reclassificação de ganho na venda de instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA, líquido de impostos	0	0	0	352.523	-318.779	33.744	0	33.744
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.842.476	-4.902.297	0	-1.059.821	0	-1.059.821
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.626.362	-3.626.362	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	0	-1.080.571	0	-1.080.571	0	-1.080.571
5.06.06	Prescrição de Dividendos	0	0	0	20.750	0	20.750	0	20.750
5.06.07	Dividendo adicional proposto	0	0	216.114	-216.114	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	69.991.640	11.775.083	37.752.709	0	-7.186.060	112.333.372	131.272	112.464.644

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	39.057.271	13.867.170	30.890.165	0	-7.693.402	76.121.204	295.560	76.416.764
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	39.057.271	13.867.170	30.890.165	0	-7.693.402	76.121.204	295.560	76.416.764
5.04	Transações de Capital com os Sócios	30.648.283	0	0	0	0	30.648.283	0	30.648.283
5.04.01	Aumentos de Capital	30.756.468	0	0	0	0	30.756.468	0	30.756.468
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-108.185	0	0	0	0	-108.185	0	-108.185
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.883.470	715.241	4.598.711	228.280	4.826.991
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.635.377	0	3.635.377	3.005	3.638.382
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	248.093	715.241	963.334	225.275	1.188.609
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-93.408	-93.408	0	-93.408
5.05.02.06	Ajuste de Controladas/ Coligadas	0	0	0	41.871	881.171	923.042	225.275	1.148.317
5.05.02.07	Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA	0	0	0	206.222	-418.901	-212.679	0	-212.679
5.05.02.08	IR/CS diferido s/ Outros resut. Abrangentes	0	0	0	0	142.426	142.426	0	142.426
5.05.02.09	Ajustes benefícios pós emprego	0	0	0	0	203.953	203.953	0	203.953
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.020.068	-3.883.470	0	-863.402	0	-863.402
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.020.068	-3.020.068	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	0	-863.402	0	-863.402	0	-863.402
5.07	Saldos Finais	69.705.554	13.867.170	33.910.233	0	-6.978.161	110.504.796	523.840	111.028.636

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	45.139.426	43.148.577
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	41.502.170	42.237.697
7.01.02	Outras Receitas	3.637.256	910.880
7.01.02.01	Receita de Construção	2.960.792	1.501.631
7.01.02.02	PECLD - Consumidores e Revendedores	-466.598	-1.674.333
7.01.02.03	Outras receitas e despesas operacionais	1.143.062	1.083.582
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.557.237	-19.512.308
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.983.694	-4.223.223
7.02.04	Outros	-13.573.543	-15.289.085
7.02.04.01	Encargos setoriais	-3.482.126	-2.846.243
7.02.04.02	Energia comprada para revenda	-3.028.226	-3.117.655
7.02.04.03	Combustível para produção de energia elétrica	-2.042.867	-2.331.229
7.02.04.04	Provisões Operacionais	-1.729.192	-5.315.327
7.02.04.05	Custo de construção	-3.291.132	-1.678.631
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.582.189	23.636.269
7.04	Retenções	-3.621.342	-2.977.917
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.621.342	-2.977.917
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	23.960.847	20.658.352
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.314.914	6.404.440
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.062.090	2.301.287
7.06.02	Receitas Financeiras	3.252.824	4.103.153
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	29.275.761	27.062.792
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	29.275.761	27.062.792
7.08.01	Pessoal	4.784.354	6.283.251
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.571.324	4.610.360
7.08.01.02	Benefícios	652.745	901.431
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.274.381	270.866
7.08.01.04	Outros	285.904	500.594
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.968.724	5.698.127
7.08.02.01	Federais	908.320	4.584.348
7.08.02.02	Estaduais	1.053.742	1.103.091
7.08.02.03	Municipais	6.662	10.688
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.778.846	9.050.578
7.08.03.01	Juros	15.586.959	8.833.738
7.08.03.02	Aluguéis	80.786	10.402
7.08.03.03	Outras	111.101	206.438
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	111.101	206.438
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.394.861	3.638.382
7.08.04.02	Dividendos	1.080.571	863.402
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.469.203	2.771.975
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-154.913	3.005
7.08.05	Outros	2.348.976	2.392.454
7.08.05.01	Encargos setoriais	2.348.976	2.392.454

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro (RJ), registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC), com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Madri (LATIBEX) e *New York* (NYSE).

A Eletrobras (em conjunto, com suas controladas “Companhia”) exerce a função de holding, realizando projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e comercialização de energia elétrica. Adicionalmente, promove e apoia pesquisas de seu interesse empresarial no setor energético, bem como estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos, prospecção e desenvolvimento de fontes alternativas de geração, incentivo ao uso racional e sustentável e implantação de redes inteligentes de energia elétrica. A Eletrobras também exerce controle acionário sobre a Eletrobras Participações S.A. – Eletropar, além de investimentos diretos e indiretos em 69 Sociedades de Propósito Específico (SPE), todas dedicadas principalmente à geração e transmissão de energia elétrica, conforme mencionado na nota 4.5.

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 13 de março de 2024.

1.2- Jornada EESG - *Economic, Environmental, Social and Governance*

Ao longo do exercício findo em 2023, a Companhia estabeleceu a meta de alcançar emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2030 (*NetZero*), por meio do desinvestimento em usinas térmicas, redução de emissões de escopo 2 com certificados de energia renovável e compensações com créditos de carbono provenientes de ações de reflorestamento. Como resultado desse objetivo, foi iniciada a venda do portfólio de térmicas a gás e concluída, em janeiro de 2024, a alienação do complexo termoelétrico de Candiota, que representa aproximadamente um terço das emissões totais. Vide nota 41.

NOTA 2 – DESTAQUES DE 2023

2.1 Reestruturações societárias

2.1.1- Permuta com a Neoenergia

Em setembro de 2023, ocorreu o fechamento do contrato de Ações e Outras Avenças entre a Companhia e a Neoenergia S.A., tendo sido praticados os atos necessários pelas partes. Este acordo envolveu a transferência para Eletrobras das: (i) ações ordinárias representativas de 50,56% do capital social total e votante da Teles Pires Participações S.A.; (ii) ações ordinárias representativas de 0,9% do capital social total e votante da Companhia Hidrelétrica Teles Pires; e (iii) Pagamento da importância de R\$ 453.982. Como parte da negociação a Eletronorte fez a cessão de 49% da EAPSA (UHE Dardanelos) e participações residuais na Neoenergia Afluente T, Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern. Maiores informações, vide nota 18.1.

2.1.2 - Aquisição das empresas Baguari

Em outubro de 2023, Furnas passou a consolidar 100% do capital social de Baguari I Geração de Energia S.A. (Baguari I) e Baguari Energia S.A. (Baguari Energia), que juntas compõem o Consórcio Baguari. Maiores informações, vide nota 18.1.

2.1.3 - Aquisição UHE Retiro Baixo

Em novembro de 2023, Furnas concluiu a aquisição de 100% da Consórcio UHE Retiro Baixo. Maiores informações, vide nota 18.1.

2.1.4 - Aquisição de Transmissoras

Em dezembro de 2023, Furnas concluiu a aquisição das participações de 51% do FIP Milão nas SPE Vale do São Bartolomeu S.A. e Triângulo Mineiro Transmissora S.A. Maiores informações, vide nota 18.1.

2.2 Operações de dívida

2.2.1 – Instrumentos financeiros derivativos para proteção de dívida

Em abril de 2023, a Companhia contratou operação de derivativo com o objetivo de proteger as dívidas em moeda estrangeira (*bonds*) em relação à variação cambial, assumindo posição atrelada à curva de juros variáveis (CDI). Maiores informações, vide nota 39.3.4.

2.2.2 – Emissão de debêntures

Em setembro de 2023, foi concluída a 4ª emissão de debêntures simples, perfazendo o montante de R\$ 7.000.000. No mesmo período, ocorreu o encerramento da oferta da CGT Eletrosul referente à 4ª emissão de debêntures simples no valor total de R\$ 250.000. Maiores informações, vide nota 24.

2.2.3 – Emissão de notas comerciais

Em setembro de 2023, ocorreu o encerramento da oferta de Furnas referente à 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em 5 séries, no valor total de R\$ 3.500.000. Maiores informações, vide nota 24.

2.2.4 – Reestruturação da dívida

Em novembro de 2023, foi concluída a reestruturação das dívidas da controlada indireta Santo Antônio Energia S/A. Maiores informações, vide nota 24.

2.3 Demais destaques

2.3.1– Programa de demissão voluntária – PDV 2023

No exercício findo em dezembro de 2023, a Companhia reconheceu uma despesa no valor de R\$ 544.749, representando a adesão de 1.573 empregados ao plano de demissão voluntária. Vide nota 36.

2.3.2 – Empréstimo compulsório – Acordos judiciais

A Companhia registrou ao longo do exercício findo em 2023, o resultado positivo de R\$ 1.954.876 referente aos acordos relacionados aos processos judiciais do empréstimo compulsório. Maiores informações, nota 30.1.1.

NOTA 3 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

A Eletrobras, detém diretamente ou por meio das suas empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, concessões de energia elétrica nos segmentos de geração e transmissão.

I – Concessões e autorizações de geração

Contrato	Usinas Hidrelétricas (UHE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
001/2010	Belo Monte	11.233	PA	2045
002/2022	Tucuruí	8.535	PA	2052
002/2008	Jirau	3.750	RO	2043
001/2008	Santo Antônio	3.568	RO	2043
001/2022	Xingó	3.162	SE / AL	2052
001/2022	Paulo Afonso IV	2.462	BA	2052
003/2022	Itumbiara	2.082	MG	2052
002/2011	Teles Pires	1.819	MT/PA	2047
001/2022	Luiz Gonzaga (Itaparica)	1.480	PE / BA	2052
003/2022	Marimbondo	1.440	MG	2052
005/2004	Serra da Mesa	1.275	GO	2046
003/2022	Furnas	1.216	MG	2052
001/2022	Sobradinho	1.050	BA	2052
003/2022	Luis Carlos Barreto de Carvalho	1.050	SP/MG	2052
002/2011	Teles Pires	964	MT/PA	2046
005/1997	Luís Eduardo Magalhães	903	TO	2032
128/2001	Foz do Chapecó	855	RS	2036
003/2014	Três Irmãos	808	SP	2044
001/2022	Paulo Afonso III	794	BA	2052
002/2014	São Manoel	736	PA	2049
130/2001	Peixe Angical	499	TO	2042
003/2022	Mascarenhas de Moraes (Peixoto)	476	MG	2052
001/2022	Paulo Afonso II	443	BA	2052
001/2014	Sinop	402	MT	2049
001/2022	Apolônio Sales (Moxotó)	400	AL	2052
003/2022	Corumbá I	375	GO	2052
001/2007	Governador Jayme Canet Júnior	363	PR	2049
003/2022	Porto Colômbia	320	MG	2052
003/2006	Simplício	306	MG	2043
002/2019	Balbina	250	AM	2027
001/2022	Boa Esperança	237	PI / MA	2052
005/2011	Samuel	217	RO	2032
003/2022	Funil - RJ	216	RJ	2052
129/2001	Serra do Facão	213	GO	2036
010/2000	Manso	210	MT	2037
001/2022	Paulo Afonso I	180	BA	2052
001/2006	Baguari	140	MG	2046
007/2006	Retiro Baixo	82	MG	2041
002/2022	Coaracy Nunes	78	AP	2052
004/2006	Passo São João	77	RS	2046
002/2006	Batalha	53	MG	2043
092/2002	São Domingos	48	MS	2039
002/2022	Curuá-Una	30	PA	2052
001/2022	Funil	30	BA	2052
003/2006	Anta	28	RJ	2041
001/2022	Pedra	20	BA	2052
006/2004	Curemas	4	PB	2026

Contrato	Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
374/2005	João Borges	19	SC	2039
186/2004	Barra do Rio Chapéu	15	SC	2038

Contrato	Centrais Geradoras Eólicas (EOL)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
220/2014	Casa Nova II	33	BA	2049
746/2010	Cerro Chato I	30	RS	2045
747/2010	Cerro Chato II	30	RS	2045
748/2010	Cerro Chato III	30	RS	2045
Portaria MME nº 459/2012	FORTIM - Nossa Senhora de Fátima - Energia dos Ventos VI S. A.	30	CE	2047
225/2014	Casa Nova III	28	BA	2049
Resolução autorizativa nº 7.907/19	Casa Nova A	27	BA	2054
Resolução autorizativa nº 13.606/23	Casa Nova B	27	BA	2058
Resolução autorizativa nº 13.608/23	Casa Nova E	27	BA	2058
Resolução autorizativa nº 13.610/23	Casa Nova G	27	BA	2058
388/2012	Caiçara I	27	RN	2047
Portaria MME nº 458/2012	FORTIM - Jandaia - Energia dos Ventos VII S. A.	27	CE	2047
Portaria MME 068/2012	Ibirapuitã	25	RS	2047
Resolução autorizativa nº 13.609/23	Casa Nova F	24	BA	2058
399/2012	Junco I	24	RN	2047
417/2012	Junco II	24	RN	2047
81/2012	Cerro Chato VI	24	RS	2047
Portaria MME nº 409/2012	FORTIM - Jandaia I - Energia dos Ventos IX S. A.	24	CE	2047
Resolução autorizativa nº 13.607/23	Casa Nova D	23	BA	2058
Portaria MME nº 446/2012	FORTIM - São Clemente - Energia dos Ventos VIII S. A.	21	CE	2047
Portaria MME nº 432/2012	FORTIM - São Januário - Energia dos Ventos V S. A. (5)	21	CE	2047
418/2012	Caiçara II	18	RN	2047
219/2014	Coqueirinho II	16	BA	2049
286/2014	Tamandú Mirim II	16	BA	2049
141/2012	Cerro Chato V	12	RS	2047
152/2014	Angical II	10	BA	2049
154/2014	Caititú II	10	BA	2049
174/2014	Carcará	10	BA	2049
176/2014	Corrupião III	10	BA	2049
177/2014	Caititú III	10	BA	2049
139/2012	Cerro Chato IV	10	RS	2047
213/2014	Papagaio	10	BA	2049
153/2014	Teiú II	8	BA	2049
103/2012	Cerro dos Trindade	8	RS	2047
150/2014	Acauã	6	BA	2049
151/2014	Arapapá	4	BA	2049

Contrato	Parques Eólicos	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
204/2014	Parque Eólico Coxilha Seca	30	RS	2049
210/2014	Parque Eólico Capão do Inglês	10	RS	2049
192/2014	Parque Eólico Galpões	8	RS	2049

Contrato	Usinas Termelétricas (UTE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
Resolução Aneel 4950/2014	MAUÁ III	591	AM	2046
004/2004	Santa Cruz	350	RJ	2026
Portaria MME nº 304/2008	Candiota III (Fase C)	350	RS	2041
207/2019	APARECIDA	166	AM	2030
Portaria MME nº 420/1989	Senador Arnon Afonso Farias de Mello	86	RR	2030
004/2004	Campos (Roberto Silveira)	30	RJ	2027
Resolução Autorizativa 5.682/2016	Araguaia ¹	23	MT	2019
Resolução Aneel 6.883/2018	ANORI	5	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	CODAJÁS	5	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	CAAPIRANGA	2	AM	2030
Registro CEG: UTE.GN.AM.000092-2.02	Anamã	2	AM	2030

¹. Descontratação da usina em sua totalidade, autorizada pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 331 de 14/08/2018. O processo referente à revogação da outorga de autorização encontra-se em andamento na ANEEL.

(*) Não examinado pelos auditores independentes

II – Concessões de transmissão de energia elétrica – corporativas

Contrato	Índice de reajuste	Nº de subestações*	Km*	RAP Ciclo 2023/2024*	Vencimento	
					Início	Final
062/2001	IPCA	64	19.790	6.954.738	2013	2043
061/2001	IPCA	112	19.236	4.730.821	2013	2043
058/2001	IPCA	48	8.650	2.501.865	2013	2043
057/2001	IPCA	58	8.691	1.199.049	2013	2043
012/2009	IPCA	2	111	305.815	2009	2039
034/2001	IGPM	2	664	253.066	2001	2031
020/2012	IPCA	4	473	156.680	2012	2042
010/2005	IGPM	4	361	153.846	2005	2035
021/2009	IPCA	7	986	99.154	2009	2039
010/2009	IPCA	2	44	94.514	2009	2039
004/2012	IPCA	6	783	93.955	2014	2042
008/2011	IPCA	5	286	90.111	2011	2041
004/2004	IGPM	3	372	83.664	2004	2034
019/2012	IPCA	3	60	61.433	2012	2042
005/2006	IPCA	2	257	54.101	2006	2036
022/2009	IPCA	3	486	53.376	2009	2039
004/2010	IPCA	4	34	49.114	2010	2040
017/2009	IPCA	5	96	42.825	2009	2039
019/2010	IPCA	7	321	33.739	2010	2040
006/2005	IGPM	2	90	32.811	2005	2035
007/2005	IGPM	2	208	30.651	2005	2035
006/2009	IPCA	3	49	29.806	2009	2039
011/2010	IPCA	4	-	29.359	2010	2040
007/2014	IPCA	5	275	29.178	2014	2044
001/2009	IPCA	2	95	28.972	2009	2039
005/2012	IPCA	4	42	28.012	2012	2042
007/2006	IPCA	3	71	26.570	2006	2036
018/2012	IPCA	6	208	23.480	2012	2042
016/2012	IPCA	1	-	22.988	2012	2042
002/2009	IPCA	1	-	21.966	2009	2039
010/2007	IPCA	2	95	21.666	2007	2037
010/2011	IPCA	3	65	19.391	2011	2041
017/2011	IPCA	2	46	17.825	2011	2041
012/2007	IPCA	4	316	16.757	2007	2037
028/2009	IPCA	3	187	16.597	2009	2039
017/2012	IPCA	2	-	16.118	2012	2042
007/2010	IPCA	1	-	15.481	2010	2040
013/2010	IPCA	1	-	15.370	2010	2040
003/2009	IPCA	2	180	14.505	2009	2039
014/2012	IPCA	2	30	14.059	2012	2042
002/2011	IPCA	3	231	13.875	2011	2041
020/2010	IPCA	2	115	13.629	2010	2040
008/2005	IGPM	2	120	13.450	2005	2035
007/2008	IPCA	3	36	12.880	2008	2038
006/2010	IPCA	2	95	11.690	2010	2040
021/2010	IPCA	2	91	10.962	2010	2040
018/2009	IPCA	2	145	10.663	2009	2039
014/2008	IPCA	2	145	9.542	2008	2038
004/2011	IPCA	1	-	9.128	2011	2041
014/2010	IPCA	1	-	9.075	2010	2040
012/2011	IPCA	2	-	8.776	2011	2041
004/2008	IPCA	2	238	8.190	2008	2038
009/2011	IPCA	2	64	7.853	2011	2041
009/2010	IPCA	2	59	7.663	2010	2040
005/2009	IPCA	1	-	7.443	2009	2039
005/2008	IPCA	3	110	6.282	2008	2038
014/2011	IPCA	2	50	5.792	2011	2041
012/2010	IPCA	3	37	5.381	2010	2040
008/2014	IPCA	1	-	4.540	2014	2044
013/2011	IPCA	1	-	2.806	2011	2041
Total			65.194	17.663.048		

(*) não examinado pelos auditores independentes.

III – Concessões de transmissão de energia elétrica – SPEs

Contrato	SPE	Participação	Índice de reajuste	RAP Ciclo 2023/2024*	Vencimento	
					Início	Final
014/2014	Belo Monte Transmissora de Energia S.A	49,00%	IPCA	790.519	2014	2044
013/2009	Iterligação Elétrica do Madeira S.A.	49,00%	IPCA	372.747	2009	2039
015/2009	Iterligação Elétrica do Madeira S.A.	49,00%	IPCA	320.567	2009	2039
001/2014	Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	49,90%	IPCA	312.074	2014	2044
007/2013	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	24,50%	IPCA	181.490	2013	2043
005/2004	STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	IGP-M	171.742	2004	2034
022/2011	Iterligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	IPCA	132.138	2011	2041
002/2010	Goias Transmissão S.A.	49,00%	IPCA	88.714	2010	2040
009/2009	Transenergia Renovável S.A.	49,00%	IPCA	81.044	2009	2039
008/2010	MGE Transmissão S.A.	49,00%	IPCA	65.050	2010	2040
004/2013	Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	100,00%	IPCA	52.949	2013	2043
014/2013	Vale Do São Bartolomeu Transmissora De Energia S.A.	90,00%	IPCA	49.106	2013	2043
024/2009	Transenergia São Paulo S.A.	49,00%	IPCA	28.533	2009	2039
010/2012	Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	49,00%	IPCA	22.505	2012	2042
003/2012	Transnorte Energia S.A.	50,38%	IPCA	16.180	2012	2042
003/2011	Caldas Novas Transmissão S.A.	49,90%	IPCA	6.845	2011	2041
003/2014	Lago Azul Transmissão S.A.	49,90%	IPCA	5.464	2014	2044
009/2023 ¹	Nova Era Janapu Transmissora S.A.	100,00%	IPCA	-	2023	2053
Total				2.697.670		

¹ Contrato de Concessão 009/2023 foi assinado em 29/09/2023, não sendo considerado pela ANEEL no ciclo 2023/2024. A RAP estabelecida no referido contrato é de R\$ 68.700.

(*) não examinado pelos auditores independentes.

NOTA 4 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ((IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS®"(IFRS® *Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais, a companhia apresenta essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

4.2 – Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão listadas na nota 5 e são detalhadas nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e os ativos mantidos para a venda que são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

4.3 - Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

4.4.1 - Adoção de novas normas e interpretações vigentes

As emissões/alterações abaixo de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

Norma revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 8/CPC 23 : Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	As emendas introduziram a definição de estimativas contábeis e incluíram outras alterações para auxiliar as Companhias a distinguirem as mudanças nas estimativas contábeis de mudanças nas políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras	As emendas introduziram a substituição da divulgação de "políticas contábeis significativas" pela divulgação de "políticas contábeis materiais" e a orientação para auxiliar as entidades na aplicação da definição de "material" ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis materiais.	01/01/2023
IAS 12: Tributos sobre o Lucro	As emendas introduziram o requerimento do reconhecimento de um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido quando uma única transação gera diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis no mesmo momento e isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes da implementação das regras do Pilar Dois da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.	01/01/2023

4.4.2 - Novas normas e interpretações não vigentes

A Companhia não espera impactos materiais nas suas demonstrações contábeis quanto às aplicações das alterações normativas emitidas abaixo, as quais tem sua adoção aplicável para o exercício iniciado em 2024:

Norma revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas determinam que um passivo deve ser classificado como circulante se a entidade não puder adiar a liquidação por pelo menos doze meses após o período de reporte. A classificação é impactada apenas por covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do final do período de reporte, visando proporcionar orientações sobre a classificação de passivos com cláusulas contratuais.	01/01/2024
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ("Reverse factoring"), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis para outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2024.

4.5 – Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações contábeis individuais, as participações no capital social das controladas, dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento inicialmente pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros de capital próprio. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa das controladas são integralmente consolidados e classificados de acordo com sua natureza. A inclusão dos saldos contábeis das controladas nas demonstrações consolidadas inicia na data em que o controle é detido pela Companhia e é interrompido a partir na data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

a) Controladas

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. O investidor tem poder sobre a investida quando tem direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos da investida.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Companhia são completamente eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Eletropar	83,71%	-	83,71%	-
Chesf	100,00%	-	99,58%	-
Furnas	100,00%	-	99,67%	-
Madeira Energia S.A. ¹	-	99,74%	-	72,36%
Santo Antônio Energia S.A.	-	99,74%	-	72,36%
Brasil Ventos Energia S.A.	-	100,00%	-	99,67%
Energia dos Ventos V S.A.	-	100,00%	-	99,67%
Energia dos Ventos VI S.A.	-	100,00%	-	99,67%
Energia dos Ventos VII S.A.	-	100,00%	-	99,67%
Energia dos Ventos VIII S.A.	-	100,00%	-	99,67%
Energia dos Ventos IX S.A.	-	100,00%	-	99,67%
Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.	-	-	-	89,70%
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.	-	98,00%	-	97,68%
SPE Nova Era Janapu Transmissora S.A.	-	100,00%	-	-
Baguari Energia S.A. ²	-	100,00%	-	30,61%
Baguari I Geração de Energia S.A. ²	-	100,00%	-	-
Retiro Baixo Energética S.A. ²	-	100,00%	-	49,00%
Triângulo Mineiro Transmissora S.A. ²	-	100,00%	-	49,00%
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. ²	-	90,00%	-	39,00%
CGT Eletrosul	100,00%	-	99,96%	-
Eólica Ibirapuitã S.A.	-	100,00%	-	77,97%
Livramento Holding S.A.	-	-	-	77,97%
Eólica Cerro Chato IV S.A.	-	-	-	77,97%
Eólica Cerro Chato V S.A.	-	-	-	77,97%
Eólica Cerro Chato VI S.A.	-	-	-	77,97%
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	-	-	-	77,97%
Eletronorte	100,00%	-	99,69%	-
Teles Pires Participações S.A. ³	-	100,00%	-	49,44%
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. ³	-	100,00%	-	49,44%
Operações em conjunto (consórcios)				
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	-	49,00%	-	49,00%
Consórcio UHE Baguari ²	-	100,00%	-	-

¹ Após a assunção de parte da dívida da SAESA, a Eletrobras passou a deter, indiretamente, 99,74% da participação no capital social da MESA (maiores informações, nota 24);

² Em dezembro de 2023, a controlada Furnas realizou aquisições do controle das empresas Baguari Energia, Retiro Baixo, Triângulo Mineiro e Vale do São Bartolomeu, que anteriormente eram controladas em conjunto. (maiores informações nota 18.1); e

³ Em setembro de 2023, ocorreu a transferência para Eletrobras das ações ordinárias representativas de 50,56% do capital social total e votante da Teles Pires Participações S.A, ações ordinárias representativas de 0,9% do capital social total e votante da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, que anteriormente eram controladas em conjunto (maiores informações nota 18.1).

b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configuram como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

c) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

4.6 – Demonstração do valor adicionado - DVA

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 117/22. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração da Eletrobras utiliza de julgamentos e estimativas relacionados aos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Eletrobras e de suas controladas, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos
09/10	Clientes/Financiamentos e empréstimos a receber	Avaliação de perda esperada de créditos
13	Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros
16	Ativo contratual de transmissão	Taxa de remuneração dos contratos de concessões, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos caixas
18.1	Combinação de negócios	Avaliação de controle e valor justo de ativos em combinação de negócios
18.3/21/28	Perdas em investimentos, Valor recuperável dos ativos de longo prazo e Contratos Onerosos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Companhia
29	Benefícios a empregados	Premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego
30	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas em processos judiciais
39.3.4.1	Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo do instrumento financeiro derivativo

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras com vencimentos originais de até 90 dias, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos atuais dessa rubrica, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e Bancos	2.173	3.814	51.270	59.439
Aplicações Financeiras	5.696.284	4.924.057	12.995.101	10.679.687
	5.698.457	4.927.871	13.046.371	10.739.126

As aplicações financeiras são compostas por títulos de Certificado Depósito Bancário (CDB) e fundos de renda fixa, substancialmente remuneradas pelo CDI.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de recursos disponíveis sofreu variações em consequência das captações realizadas ao longo do ano corrente. Maiores informações, nota 24.

Prática contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras quando possuem vencimento em até 90 dias, a contar da data de aquisição.

Os saldos de depósitos bancários e de aplicações financeiras de curto prazo com restrições que impeçam o uso generalizado desses valores não são classificados na rubrica de caixa e equivalentes de caixas.

NOTA 7 – CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Comercialização - PROINFA (a)	8.572	2.157.166	8.572	2.157.166
PROCEL (a)	3.491	726.107	3.491	726.107
Convênio Itaipu (b)	-	-	197.628	180.552
Recursos da RGR	38.177	34.576	38.177	34.576
Conta garantia - empréstimo compulsório (c)	199.820	-	199.820	-
	<u>250.060</u>	<u>2.917.849</u>	<u>447.688</u>	<u>3.098.401</u>
Não Circulante				
Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste (d)	-	-	1.245.994	897.225
Fundo de Energia do Nordeste (e)	-	-	691.849	403.358
Outros	-	-	47.813	5.555
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.985.656</u>	<u>1.306.138</u>
	<u>250.060</u>	<u>2.917.849</u>	<u>2.433.344</u>	<u>4.404.539</u>

(a) PROINFA e PROCEL

Em junho de 2023, a gestão dos contratos de comercialização no âmbito do PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica), RGR e da administração da conta PROCEL (Programa Nacional de Conservação da Energia Elétrica) foi transferida à ENBpar, conforme previsto na Resolução CPPI nº 203/2021. A redução dos valores remanescentes do PROINFA e da conta PROCEL reflete o encerramento dos fluxos financeiros com o término ao longo do exercício corrente.

(b) Convênio Itaipu

Em dezembro de 2020, foi celebrado um convênio de cooperação técnica e financeira entre Furnas e Itaipu Binacional, cujo objetivo é a cooperação para desenvolvimento conjunto do projeto denominado "Revitalização do Sistema HVDC de Furnas Associado à UHE Itaipu" que consiste na modernização de equipamentos na estação conversora em Foz do Iguaçu. A modernização do sistema de transmissão associado à UHE Itaipu, se encontra no Plano Decenal de Expansão de energia – PDE 2030, aprovado pela Portaria Normativa MME nº 2, de 25 de fevereiro de 2021.

(c) Conta garantia – empréstimo compulsório

Representam recursos destinados ao pagamento de acordos judiciais assinados, relacionados ao empréstimo compulsório de energia, que poderão ser levantados pelo autor após a homologação judicial.

(d) Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste – FESC

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182/2015, de 03 de novembro de 2015, com o objetivo de prover recursos para suprir as empresas eletrointensivas do Centro-Oeste e do Sudeste, o FESC permite que Furnas negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferroliga, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Furnas usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPes podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

(e) Fundo de Energia do Nordeste – FEN

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182/2015, de 03 de novembro de 2015. Os recursos revertidos para o fundo são calculados pela diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores à Chesf e o custo de geração da energia, nos termos da legislação, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil, por meio de SPEs. A Chesf usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

Prática contábil

O caixa restrito é composto por recursos que podem ser utilizados exclusivamente para os fins que foram arrecadados, sem que a Companhia possa movimentá-los livremente.

NOTA 8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Letra Financeira do Tesouro Nacional	1.249.376	2.072.392	2.979.760	6.725.210
Operações Compromissadas	1.227.217	1.257.849	2.798.670	4.209.818
Letra do Tesouro Nacional	1.069	235.159	70.861	375.884
Aplicação em Moeda Estrangeira	-	-	-	360.361
Outros	85	46.504	70.880	522.381
	<u>2.477.747</u>	<u>3.611.904</u>	<u>5.920.171</u>	<u>12.193.654</u>
Não Circulante				
Partes Beneficiárias (a)	427.202	407.556	427.202	407.556
Outros	5.153	4.149	5.522	4.537
	<u>432.355</u>	<u>411.705</u>	<u>432.724</u>	<u>412.093</u>
	<u>2.910.102</u>	<u>4.023.609</u>	<u>6.352.895</u>	<u>12.605.747</u>

(a) Partes Beneficiárias

Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e CEB Lajeado Energia S.A., pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas.

A redução do saldo classificado na rubrica de títulos e valores mobiliários reflete a ocorrência de pagamentos efetuados no exercício de 2023. Os principais desembolsos foram (i) amortização das dívidas, (ii) recompra de ações e (iii) amortização das obrigações da Lei 14.182/21.

Prática contábil

Com exceção as partes beneficiárias, a rubrica de títulos e valores mobiliários é constituída pelas aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide nota 6.A Companhia historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores justos que nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são receitas da Companhia apresentadas no grupo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados. As partes beneficiárias são instrumentos de patrimônio, que são mensuradas a valor justo com por meio do resultado.

NOTA 9 – CLIENTES

	CONSOLIDADO					31/12/2022
	31/12/2023					
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	Total
Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia	2.705.302	477.617	900.401	59.792	4.143.112	3.568.103
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	255.878	315.171	11.537	-	582.586	336.614
Uso da Rede Elétrica	1.677.256	150.290	279.539	-	2.107.085	1.581.756
PROINFA	-	-	-	-	-	462.608
Parcelamento	433.508	118.763	736.953	-	1.289.224	987.917
(-) PECLD	(667.894)	(414.527)	(1.817.991)	(11.113)	(2.911.525)	(2.142.074)
	4.875.267	698.060	288.039	48.679	5.210.482	4.794.924
Não Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia	-	-	9.548	1.191.868	1.201.416	1.573.358
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	-	-	280.138	-	280.138	280.138
Uso da Rede Elétrica	-	-	4.348	-	4.348	4.348
(-) PECLD	-	-	(294.034)	(542.422)	(836.456)	(1.154.789)
	-	-	-	649.446	649.446	703.055
	4.875.267	698.060	288.039	698.125	5.859.928	5.497.979

9.1 Suprimento/Fornecimento de Energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

9.2 Energia Elétrica de Curto prazo – CCEE

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

9.3 Uso de Rede Elétrica

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.

9.4 Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são as seguintes:

	CONSOLIDADO	
	2023	2022
Saldo inicial em 01 de janeiro	3.296.863	1.668.710
(+) Constituição	648.170	1.891.966
(-) Reversão	(181.572)	(217.633)
(-) Baixa	(15.480)	(46.180)
Saldo final em 31 de Dezembro	3.747.981	3.296.863

Do montante total da perda estimada registrada até dezembro de 2023, R\$ 2.644.259 corresponde à recebíveis da Amazonas Energia, sendo R\$ 1.716.471 referente à inadimplência dos 4 instrumentos de confissão de dívidas, firmados com a Eletronorte, que foram 100% provisionados no exercício findo em 2022. O provisionamento visa refletir o risco observado em função da manutenção da inadimplência desses instrumentos.

A constituição e a reversão da PECLD foram registradas e apresentadas no resultado do exercício como despesas operacionais, de forma líquida. Vide nota 36.1.

Prática contábil

Os contas a receber de clientes são contabilizados inicialmente pelo preço da transação e subsequentemente pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos e as perdas esperadas - PECLD.

Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes adotando a abordagem simplificada para reconhecimento de perdas esperadas de créditos, utilizando-se de matriz de cálculo com base no relacionamento histórico das contrapartes com a Companhia e nas garantias. Em síntese, nos contratos que não têm garantias, é verificado, no cenário máximo de dois anos, a relação percentual, por cliente, entre o faturamento e o histórico de recebimentos, sendo o percentual apurado aplicado no saldo em aberto de contas a receber do cliente e registrado como perda esperada.

Adicionalmente, para os clientes com saldos renegociados, a Companhia, com base em análise individual do cliente, avalia o risco de inadimplência desses créditos, podendo a chegar ao registro em perdas esperadas de 100% do saldo em aberto, caso o risco de inadimplência seja considerado alto. A análise de crédito individual de cliente, para esses casos, leva em consideração, principalmente, o histórico da cliente, o montante envolvido, as pesquisas em entidades de proteção de créditos e a situação patrimonial do cliente.

NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES A RECEBER

	Taxas anuais em 31/12/2023		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Mínima	Máxima	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Financiamentos						
Eletronorte	2,48%	15,85%	1.653.493	2.140.388	-	-
CGT Eletrosul	2,00%	12,15%	1.114.451	1.273.880	-	-
Furnas	6,00%	6,00%	359.858	454.635	-	-
Amazonas Energia S.A.	5,00%	16,10%	4.593.471	4.596.971	4.593.471	4.596.971
AES Eletropaulo	-	-	-	354.779	-	354.779
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	389.979	-	389.979
Boa Vista S.A.	5,89%	15,84%	154.276	148.219	154.276	148.219
Itaipu Binacional	-	-	-	84.133	-	84.133
Outras	5,00%	10,00%	188.094	183.653	188.094	183.653
(-) PECLD			(4.757.692)	(4.736.089)	(4.757.692)	(4.736.089)
Total			3.305.951	4.890.548	178.149	1.021.645
Debêntures						
Eletronorte	13,50%	13,50%	2.022.500	-	-	-
Chesf	13,50%	13,50%	2.174.188	-	-	-
Transnorte Energia	13,79%	13,79%	450.000	-	450.000	-
			4.646.688	-	450.000	-
Principal			1.018.468	1.456.681	286.410	671.236
Encargos			81.330	67.407	81.330	21.603
Circulante			1.099.798	1.524.088	367.740	692.839
Não Circulante			6.852.841	3.366.460	260.409	328.806
			7.952.639	4.890.548	628.149	1.021.645

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia e preveem, substancialmente, atualização com base em índices de IGP-M e IPCA.

O perfil dos financiamentos e empréstimos a receber está demonstrado na nota 39.3.

10.1 – Movimentação de empréstimos a receber

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial em 01 de janeiro	4.890.548	10.455.906	1.021.645	5.843.527
Efeito no fluxo de caixa:				
Liberações	-	815.328	-	-
Aquisição de debêntures	450.000	-	450.000	-
Recebimento do principal	(1.568.018)	(3.139.819)	(982.425)	(2.100.842)
Juros recebidos	(797.589)	(455.463)	(86.013)	(93.965)
Efeito não caixa:				
Conversão do AFAC	4.150.000	-	-	-
PECLD	(21.618)	(3.347.749)	(21.618)	(3.347.749)
Ajuste resultante dos contratos com recursos da RGR	13.710	(573.008)	13.710	(573.008)
Perda com baixa de recebíveis Itaipu	-	(46.751)	-	(46.751)
Juros e encargos incorridos	803.446	1.190.068	205.527	742.314
Variações cambiais incorridas	(24.837)	(119.864)	(1.428)	(49.577)
Variações monetárias incorridas	56.997	111.900	28.751	60.629
Efeitos da desconsolidação da Eletronuclear	-	-	-	587.067
Saldo final em 31 de dezembro	7.952.639	4.890.548	628.149	1.021.645

10.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) de empréstimos a receber

Em 31 de dezembro de 2023, a estimativa de perda esperada registrada é de R\$ 4.757.692 (R\$ 4.736.089 em 31 de dezembro de 2022). Deste montante, R\$ 4.593.471 refere-se à Amazonas Energia (R\$ 4.596.971 em 31 de dezembro de 2022), que teve o provisionamento integral de seus créditos registrados em 31 de dezembro de 2022. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os recebíveis da Amazonas Energia permanecem integralmente provisionados.

A Companhia vem acompanhando a situação econômica, financeira e operacional da distribuidora, levando em consideração as informações por ela relatadas ao órgão regulador, no plano de resultados no qual inicialmente foi demonstrado equilíbrio operacional somente a partir do ano de 2025.

Prática contábil

A Companhia reconhece inicialmente os financiamentos e empréstimos a receber pelo registrados pelos valores justos, que, nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos juros, correção monetária e variações cambiais menos os valores recebidos e as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.

Estimativas e julgamentos críticos

Para registro das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, a Companhia avalia individualmente os devedores em relação ao risco de inadimplemento, levando em consideração a situação patrimonial da empresa devedora e o histórico de inadimplência.

NOTA 11 – VALORES A RECEBER – ENBpar

Nos termos da reestruturação societária estabelecida pela Lei nº 14.182/2021, a Companhia constituiu contas a receber da ENBpar que apresentou a movimentação abaixo:

	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO
Saldo inicial em 31 de dezembro 2022	1.264.059
Adições	-
Efeito no fluxo de caixa:	
Recebimentos	(952.035)
Efeito não caixa:	
Desconto financeiro	(332.014)
Atualizações	19.566
Varição cambial	424
Saldo final em 31 de dezembro 2023	-

A Eletrobras recebeu a totalidade dos valores devidos pela ENBpar, no montante atualizado de R\$ 952.035. Desse montante, R\$ 918.673 foi recebido antecipadamente, em abril de 2023. Este recebimento representa a antecipação de 231 parcelas mensais remanescentes, que seriam atualizadas a juros remuneratórios de 4,76% ao ano, além de variação cambial.

O desconto financeiro referente à antecipação do pagamento realizado pela ENBpar está apresentado, no resultado de operações descontinuadas, de acordo com o previsto no CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

NOTA 12 – REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), quando aplicável, decorrente de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Controladas				
Furnas	673.220	870.995	-	-
Eletronorte	669.785	867.031	-	-
Chesf	373.528	692.887	-	-
CGT Eletrosul	-	96.638	-	-
Eletropar	1.928	-	-	-
Coligadas				
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	432.410	245.211	441.138	250.310
Lajeado Energia S.A.	114.242	22.000	114.242	22.000
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. - BMTE	-	-	48.386	41.898
Goiás Transmissão S.A.	-	-	43.654	19.783
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	-	-	42.718	50.116
Transenergia São Paulo S.A.	-	-	19.813	8.275
CEB Lajeado S.A.	17.605	28.163	17.605	28.163
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A	-	-	13.782	13.280
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	-	-	12.525	21.867
Outros	76.101	205.160	117.695	252.183
	<u>2.358.819</u>	<u>3.028.085</u>	<u>871.558</u>	<u>707.875</u>

Prática contábil

As remunerações de participações societárias a receber, provenientes dos investimentos da Companhia no capital social de suas controladas e coligadas, vide a nota 18, são reconhecidas no ativo quando essas investidas destinam dividendos e juros de capital próprio aos seus acionistas.

NOTA 13 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

13.1 - Imposto de renda e contribuição social correntes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Imposto de Renda corrente	-	-	1.477.527	1.096.658
Contribuição Social corrente	-	-	693.814	391.246
Saldo negativo IRPJ	474.249	192.149	680.745	192.149
Saldo negativo CSLL	80.172	69.172	80.172	69.172
	<u>554.421</u>	<u>261.321</u>	<u>2.932.258</u>	<u>1.749.225</u>
Passivo circulante				
Imposto de Renda corrente	-	-	21.278	-
Contribuição Social corrente	-	-	8.397	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.675</u>	<u>-</u>

13.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo não circulante				
Imposto de Renda	-	-	5.077.818	2.605.645
Contribuição Social	-	-	1.647.269	935.517
	-	-	6.725.087	3.541.162
Passivo não circulante				
Imposto de Renda	324.143	314.257	3.931.590	4.282.233
Contribuição Social	116.691	113.133	1.790.240	2.012.114
	440.834	427.390	5.721.830	6.294.347

13.3 - Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributos diferidos ativos				
Créd. Tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	6.052.988	3.646.840
Créditos Tributários s/Perdas Atuariais	-	-	743.519	840.125
Provisão para Litígios	-	-	2.157.555	2.128.232
Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	1.313.871	1.224.987
Provisões para perdas não operacionais	-	-	367.520	474.198
Perdas estimadas em investimentos	-	-	31.177	166.027
Contratos de concessão	-	-	743.636	447.521
Provisão de Custo de Construção	-	-	831.931	323.040
<i>Impairment</i> ¹	-	-	1.149.637	737.282
Provisões com Programa de Demissão Voluntária	-	-	125.642	169.059
Provisão para contratos onerosos	-	-	270.435	72.935
Outros	-	-	988.895	785.662
Total Ativo	-	-	14.776.806	11.015.908
Tributos diferidos passivos				
Ativo contratual	-	-	9.498.301	9.770.896
Contratos de concessão	-	-	1.346.608	1.167.038
Repactuação do Risco Hidrológico	-	-	580.402	873.629
Reversão de Custo de Construção	-	-	540.812	472.999
Instrumentos Financeiros VJORA	440.834	427.390	440.834	427.390
Depreciação acelerada	-	-	304.495	293.257
Outros	-	-	1.062.096	763.884
Total Passivo	440.834	427.390	13.773.548	13.769.093
Tributos diferidos passivos (ativos), líquidos	440.834	427.390	(1.003.258)	2.753.185

¹ *Impairment* - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos

Em dezembro de 2023, após a reestruturação da dívida dos contratos do BNDES FINEM e a realização de testes de recuperabilidade considerando as ocorrências de lucros futuros, a controlada MESA reconheceu os tributos diferidos constituídos sobre os prejuízos fiscais e sobre as bases negativas no valor de R\$ 2.454.135, totalizando um reconhecimento no ativo diferido desta controlada indireta no valor de R\$ 4.521.514. Maiores informações. Maiores informações, nota 24.

Os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de cada entidade, cuja realização esperada é como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2024	-	478.665
2025	-	(753.414)
2026	-	(624.421)
2027	-	(560.565)
Após 2027	(440.834)	2.462.997
	(440.834)	1.003.258

Adicionalmente, a Eletrobras não apresenta perspectiva de lucro tributável futuro e, desta forma, os créditos tributários diferidos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não registrados nas demonstrações contábeis somam o valor de R\$ 3.714.444 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.714.529 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia também possui em seus livros fiscais diferenças temporárias ativas que, quando realizadas, possuirão potencial de formação de créditos tributários diferidos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 9.438.150, em 31 de dezembro de 2023, cuja composição é apresentada a seguir:

Ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecido	31/12/2023
Provisões para litígios	6.817.900
Provisões atuariais	244.336
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	1.601.221
Variações cambiais passivas	127.256
Outros	647.436
	9.438.150

13.4 - Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	IRPJ/CSLL		IRPJ/CSLL	
Resultado operacional antes dos tributos	4.549.164	3.212.011	1.396.363	3.347.210
IRPJ e CSLL calculado às alíquotas nominais	(1.546.716)	(1.092.084)	(474.763)	(1.138.051)
Efeitos de adições e exclusões:				
Tributos diferidos não reconhecidos/baixados	(122.588)	(3.273.609)	93.800	(2.885.746)
Varição Cambial	48.822	40.131	48.822	40.131
Equivalência patrimonial	3.118.803	2.572.681	515.523	805.724
Provisões	390.324	1.190.378	(710.044)	1.727.714
Receita financeira - Ativo de Contrato	-	-	34.317	272.872
Receita de Dividendos / JCP	(1.867.671)	(314.694)	-	(314.694)
Constituição/Reversão de Créditos Tributários	-	-	2.343.448	(376.652)
Incentivos Fiscais (a)	105	173	290.574	152.059
Doações	(3.046)	(20.617)	(3.046)	(20.617)
Repactuação Risco Hidrológico	-	-	(36.735)	395.666
Demais adições e exclusões permanentes	(17.425)	334.222	896.602	645.981
Total (despesa) / crédito de IRPJ e CSLL	608	(563.419)	2.998.498	(695.613)
Alíquota efetiva	0,00%	17,54%	0,00%	20,78%

(a) Incentivos Fiscais

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por meio de laudos constitutivos, reconheceram o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica, cujo montante de benefício apurado até 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 313.368 (R\$ 117.851 em 31 de dezembro de 2022). As controladas Chesf (SUDENE), Eletronorte e SAESA (SUDAM) usufruem destes benefícios fiscais.

13.5 - Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Remensuração do valor justo de instrumentos financeiros por meio de ORA	(70.213)	142.426	(70.213)	142.426
Imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	(70.213)	142.426	(70.213)	142.426

Prática contábil

O resultado de Imposto de Renda e a Contribuição Social é reconhecido na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferido, no período da ocorrência do resultado (lucro ou prejuízo) a que se referem. O Imposto de Renda e a Contribuição Social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, e apresentados na Demonstração de Resultado Abrangente.

O imposto de renda - IRPJ, corrente e diferido, é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, exceto para os resultados que possuem incentivos fiscais de SUDAM e SUDENE, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente é calculada com base nos resultados que podem ser admitidos na apuração de pagamento de imposto de renda e contribuição social do exercício.

O resultado com Imposto de Renda e a Contribuição Social diferido representa, basicamente, o resultado tributário originado (i) das receitas e despesas que não podem (diferenças temporárias), em razão das regras tributárias, ser consideradas na base cálculo de pagamento de Imposto de Renda e a Contribuição Social na apuração do exercício, mas que poderão ser utilizadas em exercícios seguintes, e (ii) de eventual prejuízo do exercício.

Os créditos de Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos (ativo), originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos na proporção da probabilidade de lucro tributável futuro e na possibilidade de utilização das diferenças temporárias.

Quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, na apuração dos tributos correntes, os tributos diferidos ativos e passivos, relacionados com a mesma entidade legal, são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial.

Estimativas e julgamentos críticos

Para a manutenção dos créditos fiscais diferidos resultantes dos prejuízos fiscais acumulados, a Companhia projeta seus fluxos de caixa futuro considerando as premissas macroeconômicas, a estrutura operacional e seu planejamento estratégico.

NOTA 14 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Ativo circulante		Passivo circulante		Ativo circulante		Passivo circulante	
IRRF/CSRF	890.241	856.483	28.125	16.314	1.172.389	989.112	225.932	489.883
PIS/COFINS	3.623	983	187.705	334.229	20.033	101.677	583.966	538.341
INSS/FGTS	-	-	14.216	7.719	-	-	65.601	150.734
PAES/REFIS	-	-	-	-	-	-	36.586	35.064
ICMS	-	-	-	-	68.691	18.420	45.034	24.453
ISS	-	-	-	-	-	-	22.185	17.054
Outros	-	-	11.492	12.477	13.855	26.704	13.582	16.171
	893.864	857.466	241.538	370.739	1.274.968	1.135.913	992.886	1.271.700
	Ativo não circulante		Passivo não circulante		Ativo não circulante		Passivo não circulante	
PIS/COFINS	-	-	-	-	201.951	192.505	431.797	592.894
IRRF	804.582	3.705	-	-	822.196	152.427	-	-
ICMS	-	-	-	-	106.585	72.621	-	-
PAES/REFIS	-	-	-	-	-	-	142.984	130.822
Outros	-	-	-	-	22.884	21.643	-	-
	804.582	3.705	-	-	1.153.616	439.196	574.781	723.716

14.1 Demais assuntos tributários

14.1.1 ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 – *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre o tratamento do imposto de renda sobre o lucro. A interpretação requer que a Eletrobras: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Companhia. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

Com base nos requerimentos da norma ICPC 22/IFRIC 23, a Eletrobras avaliou as operações das suas controladas que envolveram reestruturações societárias e aquisição do controle de participações em outras empresas, e concluiu que sua posição fiscal e contábil está em conformidade com o tratamento fiscal utilizado.

- **Auto de Infração – apuração do IRPJ e CSLL (Furnas)**

Trata-se de processo judicial, impetrado por Furnas contra a Fazenda Nacional, que visa discutir a cobrança decorrente do auto de Infração lavrado em função de supostas irregularidades na apuração do IRPJ e CSLL, no qual foi excluída do Lucro Real a reversão do passivo atuarial da FRG. Por se tratar de superávit atuarial, o valor foi excluído da base de cálculo e foi oferecido à tributação à medida de sua realização. Após a decisão administrativa desfavorável, Furnas impetrou ação para ter seu direito reconhecido judicialmente, sendo que, em 31 de dezembro de 2022, não havia sido prolatada sentença no processo. A União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o débito, mas o juiz suspendeu o seu andamento até que a questão seja definitivamente analisada na ação Anulatória proposta por Furnas. O valor total classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 1.976.858 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.876.516 em 31 de dezembro de 2022).

- Ação de cobrança fiscal de IRPJ e CSLL – renovação das concessões (CGT Eletrosul)

Trata-se de ação fiscal de cobrança de imposto de renda e contribuição social sobre a indenização recebida por conta da renovação das concessões, conforme medida provisória 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, atinente a incorporada Eletrosul Centrais Elétricas S/A. Em 09 de julho de 2020 houve o julgamento do Recurso de Apelação interposto pela empresa em face da sentença da ação declaratória que lhe foi desfavorável. O acórdão de relatoria do Juiz Federal Alexandre Gonçalves Lippel, da 1ª Turma do TRF 4ª Região, por unanimidade, desproveu o recurso da empresa sob o entendimento de que (i) incidência tributária independeria da denominação do rendimento. Ainda que se tratasse de acréscimo indenizatório, poderia haver incidência dos tributos (exemplo dos lucros cessantes); (ii) a empresa e União firmaram mera repactuação contratual, para prorrogar a concessão. Não teria ocorrido propriamente a reversão, pois isso pressuporia a extinção da concessão; e (iii) a reversão seria instituto essencialmente distinto da desapropriação, pois não haveria transferência compulsória dos bens ao Poder Público. A Companhia teve seu recurso especial admitido e aguardo julgamento no Superior Tribunal de Justiça. Apesar do julgamento desfavorável, não pode a Fazenda intentar atos de cobrança, haja vista a vigente decisão proferida no Mandando de Segurança nº 50163442320184047200, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário até o trânsito em julgado da ação declaratória.

A CGT Eletrosul mantém o montante de R\$ 733.906 (R\$ 667.642 em 31 de dezembro de 2022) classificado como contingências tributárias de risco possível.

14.1.2 Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) – Matéria tributária transitada em julgado

Em fevereiro de 2023, o STF, em decisão por unanimidade, considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Companhia não identificou processos judiciais relevantes relacionados com os seus tributos recolhidos de forma continuada, portanto a Eletrobras e suas controladas não foram, neste momento, impactadas pela decisão do STF.

14.1.3 Reforma tributária

Em dezembro de 2023, foi aprovado o texto final da Proposta de Emenda à Constituição nº 45/19, que altera a forma da tributação sobre bens e serviços (“Reforma Tributária” ou “Reforma”). Considerando a falta de regulamentação dessa primeira etapa da Reforma, ainda não é possível mensurar os impactos definitivos dos novos tributos criados (IBS, CBS e IS) para a Companhia. As principais discussões giram em torno da redução gradual de incentivos fiscais, adaptação às novas obrigações acessórias, impactos em preços de contratos de energia (equilíbrio econômico-financeiro) e questões relativas à carga tributária durante e após o período de transição.

NOTA 15 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante				
Conta de consumo de combustíveis - CCC (a)	612.216	584.826	652.154	615.540
Ressarcimento do ativo imobilizado em curso - AIC (b)	248.438	211.950	248.438	211.950
Fator de Ajuste Itaipu	79.613	389.438	79.613	389.438
	<u>940.267</u>	<u>1.186.214</u>	<u>980.205</u>	<u>1.216.928</u>
Ativo Não Circulante				
Conta de consumo de combustíveis - CCC (a)	1.564.496	2.094.538	1.617.808	2.170.928
Perdas estimadas CCC - PECLD	(340.063)	(340.063)	(340.063)	(340.063)
Ressarcimento do ativo imobilizado em curso - AIC (b)	107.735	294.042	107.735	294.042
	<u>1.332.168</u>	<u>2.048.517</u>	<u>1.385.480</u>	<u>2.124.907</u>
Total de direito de ressarcimento	<u>2.272.435</u>	<u>3.234.731</u>	<u>2.365.685</u>	<u>3.341.835</u>
Passivo Circulante				
PROINFA (c)	8.572	1.912.423	8.572	1.912.423
Total de obrigação de ressarcimento	<u>8.572</u>	<u>1.912.423</u>	<u>8.572</u>	<u>1.912.423</u>

(a) Conta de Consumo de Combustível – CCC

Créditos que representam o direito de reembolso da Conta de Consumo de Combustível - CCC, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de energia elétrica, aos encargos e impostos do setor elétrico e, ainda, aos investimentos realizados.

(b) Ressarcimento do ativo imobilizado em curso – AIC

Referem-se a valores a receber de ativo imobilizado das distribuidoras que eram controladas pela Eletrobras. Os valores serão recebidos em até 48 meses e são atualizados pela taxa SELIC ou IPCA.

(c) PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do PROINFA resultam em um saldo líquido, que foram transferidos para a ENBpar, conforme Resolução CPPI nº 203/2021. Com isso, a redução dos valores reflete o encerramento dos fluxos financeiros ao longo do exercício atual. Vide nota 7.

Prática contábil

Os direitos de ressarcimento, CCC e AIC, foram mensurados inicialmente pelos seus valores justos, calculados por avaliadoras externas, e subsequentemente são movimentados pelos juros, variações monetárias e recebimentos. A Companhia mantém provisão para perdas esperadas – PECLD os montantes relacionados com a CCC que não foram objeto de fiscalização e posterior homologação pela ANEEL.

NOTA 16 – ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

A Companhia registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão. A movimentação desses ativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Furnas	Chesf	Eletronorte	CGT Eletrosul	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.763.617	18.860.799	10.773.184	6.654.610	61.052.210
Aquisição do controle de investida	1.049.923	-	-	-	1.049.923
Receita de construção	1.249.585	709.311	642.678	359.218	2.960.792
Receita financeira	2.931.600	2.201.144	1.271.975	731.361	7.136.080
Remensurações regulatórias - Transmissão	-	184	(350)	(11.978)	(12.144)
Transferências	-	-	-	(21.778)	(21.778)
Amortização	(4.822.141)	(3.313.874)	(1.797.801)	(1.018.929)	(10.952.745)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.172.584	18.457.564	10.889.686	6.692.504	61.212.338
	Furnas	Chesf	Eletronorte	CGT Eletrosul	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.494.418	18.128.156	10.607.255	6.285.139	59.514.968
Aquisição do controle de investida ¹	-	-	-	-	-
Receita de construção	480.112	605.344	143.735	265.116	1.494.307
Receita financeira	3.252.503	2.403.532	1.399.382	845.839	7.901.256
Remensurações regulatórias - Transmissão	19.874	228.155	21.890	95.259	365.178
Baixa ²	-	-	-	20.762	20.762
Amortização	(3.483.290)	(2.504.388)	(1.399.078)	(857.505)	(8.244.261)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.763.617	18.860.799	10.773.184	6.654.610	61.052.210

A Companhia utiliza como margem de construção dos contratos de concessão, que acrescida ao custo de construção, forma a receita de construção, o custo médio ponderado de capital – WACC da Eletrobras, do ano de início de cada contrato. Anualmente, a Companhia compara o saldo do ativo de cada contrato com o fluxo previsto das Receitas Anuais Permitidas - RAPs futuras, considerando a taxa de desconto de cada contrato. Tanto os impactos positivos quanto os negativos são registrados na receita de construção.

As taxas de remuneração utilizadas (Receita financeira), estabelecidas no início de cada projeto, são de aproximadamente, em média, 8,08% ao ano, para os contratos renovados, e 7,51% para os licitados.

A ANEEL prorrogou para julho de 2024 a homologação da RAP integral, resultante da RTP, dos contratos de concessão nº 057/2001, 058/2001, 061/2001 e 062/2001.

Do saldo atual do ativo contratual da transmissão, R\$ 31.803.983 correspondem ao direito às contraprestações originadas pela infraestrutura não depreciada da RBSE – Rede Básica do Sistema Existente, quando das renovações das concessões em 2012, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Em abril de 2023, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 085/2023, que trata das manifestações acerca dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE na Nota Técnica nº 085/2022-SGT/ANEEL, de junho de 2022, que revisitou os pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento da RBSE.

A emissão da Nota Técnica 085/2023 não configura decisão da ANEEL, não produzindo, portanto, efeitos práticos, pois depende de adequada instrução processual para que o mérito, que envolve escolhas de alternativas de cálculos, seja analisado pela diretoria colegiada da Agência. A Companhia continua acompanhando e atuando em relação à questão para que as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuem vigentes.

Prática contábil

Os ativos de transmissão da Companhia são tratados no escopo do IFRS 15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“IFRS15/CPC47”). Seguindo o IFRS 15/CPC 47, os direitos da entidade às contraprestações originadas de obrigações de desempenho concluídas, cujo direito efetivo do recebimento está condicionado ao cumprimento de outras obrigações contratuais, devem ser classificados como ativos de contrato, que a Companhia identifica como ativo contratual, no balanço patrimonial.

Para desenvolver as atividades de construção da infraestrutura de transmissão e operá-la e mantê-la – O&M, no âmbito dos contratos de concessões de transmissão de energia de energia elétrica, a Companhia é remunerada pela Receita Anual Permitida – RAP e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, calculado pela ANEEL, quando previstos contratualmente.

À medida que a construção do empreendimento de transmissão evolui, a Companhia reconhece, na rubrica de ativo o contratual, em contrapartida a receita de construção, os valores das RAPs relativas à construção do empreendimento de transmissão e o saldo residual, quando previsto contratualmente, na proporção da execução do projeto. O ativo contratual da transmissão corresponde, portanto, aos valores das RAPs, relativas à construção, e o saldo residual, quando previsto contratualmente, que serão recebidos futuramente, trazidos a valor presente, na proporção da execução do projeto.

O ativo contratual é atualizado mensalmente pelos juros implícitos, com base na taxa de desconto de cada contrato, e pela atualização monetária (IPCA ou IGPM), em função dos reajustes das RAPs.

As Receitas Anuais Permitidas – RAPs dos contratos de concessão são revisadas a cada cinco anos, no processo de Revisão Tarifária Periódica da ANEEL – RTP, que analisa, principalmente, a estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando, normalmente, em modificações nos valores das RAPs futuras. Após a publicação dos resultados da RTP pela ANEEL, a Companhia remensura o fluxo de recebimentos futuros relacionados com construção do empreendimento de transmissão, e, em razão disso, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo de recebíveis. A diferença entre o saldo do ativo contratual antes da RTP e o saldo do ativo contratual após a RTP é registrado no resultado do período, na rubrica Remensurações Regulatórias – Contratos de Transmissão.

O direito efetivo de recebimento dos fluxos de caixas (RAPs) relativos à construção está condicionado à satisfação de outra obrigação de desempenho contratual, a de operar e manter a infraestrutura, por isso a amortização do ativo contratual (reclassificação para o contas a receber de clientes) ocorre à medida que a Companhia cumpre as obrigações mensais de operar e manter a infraestrutura, que acontece no período compreendido entre a finalização da implantação do empreendimento de transmissão e o final da concessão.

À medida que as obrigações de operar e manter a infraestrutura são satisfeitas, a Companhia reconhece, na rubrica de contas a receber de clientes, em contrapartida a receita de operação e manutenção – O&M, os valores das RAPs relativas à operação e manutenção dos empreendimentos de transmissão. O reconhecimento direto em contas a receber de clientes, sem transitar no ativo contratual, é possível, pois o direito de recebimento de RAP, originado pela execução da atividade de operação e manutenção, não depende do cumprimento de outras obrigações.

Estimativas e julgamentos críticos

As margens de lucratividade, que formam as receitas de construção e de O&M, são constituídas pelo custo médio ponderado de capital - WACC da Companhia, pelos riscos de atrasos nas obras, pelas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica e na identificação das taxas de remuneração.

A Companhia, com base nos custos projetados de construção e de operação e manutenção, acrescidas das margens de lucros para essas atividades, segrega a RAP estipulada no contrato de concessão (Leilão de transmissão), em duas partes: (i) parcela da RAP destinada à remuneração da atividade de construção e (ii) a parcela da RAP destinada à remuneração da atividade Operação e Manutenção – O&M.

A taxa de desconto (implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e operação e manutenção, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, quando aplicável.

NOTA 17 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	CONTROLADORA						Total
	Eletronuclear	CGT Eletrosul	Furnas	Eletronorte	Chesf		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.566.247	300.000	66.216	-	-	-	3.932.463
Adições	-	-	-	8.829.807	11.766.222	-	20.596.029
Capitalizações	(3.699.574)	(300.000)	-	-	-	-	(3.999.574)
Atualização monetária	133.327	-	5.346	-	-	-	138.673
Devolução	-	-	(71.562)	-	-	-	(71.562)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	8.829.807	11.766.222	-	20.596.029
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	8.829.807	11.766.222	-	20.596.029
Capitalizações	-	-	-	(6.829.807)	(9.616.222)	-	(16.446.029)
Transferências ¹	-	-	-	(2.000.000)	(2.150.000)	-	(4.150.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-

¹ O montante de R\$ 4.150.000 foi convertido em debêntures em favor da Eletrobras. Vide nota 10.

Prática contábil

Os recursos concedidos às investidas, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, são classificados em rubrica específica do ativo não circulante, e não em investimentos, quando a totalidade das condições para a integralização desses recursos no capital social das investidas não estiverem satisfeitas, principalmente no que se relaciona com a quantidade de ações.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são mensurados inicialmente pelo valor justo, que nesses casos tem coincidido com os valores da transação. Subsequentemente, esses recursos são movimentados exclusivamente pelas liquidações, visto que a partir de junho de 2022, com a desestatização da Eletrobras, a Companhia ficou desobrigada a atualizar os adiantamentos para futuro aumento de capital.

NOTA 18 – INVESTIMENTOS

18.1 - Combinação de negócios

A Companhia concluiu a aquisição de controle das investidas Teles Pires Participações S.A, Triângulo Mineiro Transmissora S.A. ("TMT"), Vale do São Bartolomeu S.A ("VSB"), Retiro Baixo e Baguari Energia.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos formam negócios próprios, sendo as operações de aquisições de controle configuradas como combinações de negócios, nos termos do IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios. A Companhia, por intermédio de suas controladas, detinha participações nessas investidas anteriormente à obtenção dos controles, portanto, são combinações de negócios realizadas em estágios.

Os preços pagos para as aquisições não estão sujeitos a alteração, pois não foram previstas contraprestações contingentes ou direitos à indenizações.

Para avaliação dos valores justos dos ativos e passivos adquiridos, que passaram a compor o balanço patrimonial consolidado da Eletrobras, a Companhia contratou firmas especializadas.

A seguir estão apresentados os valores justos preliminares dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição. A mensuração foi realizada de forma preliminar, devendo sua finalização ocorrer dentro do período de até doze meses após a data de aquisição, conforme previsto no IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios. A Administração não tem expectativas de ajustes relevantes na mensuração final da alocação.

	set/23	out/23	nov/23	dez/23	dez/23
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos identificados nas cobinções de negócios	Teles Pires	Baguari	Retiro Baixo	TMT	VSB
Valor justo dos ativos adquiridos					
Caixas e equivalentes de caixa	109.488	138.039	58.335	14.530	15.644
Contas a receber	106.619	23.363	10.775	5.502	5.693
Imobilizado	3.857.686	389.966	285.859	-	-
Ativo de contrato	-	-	-	566.949	483.938
Intangível	222.156	860.446	158.669	896	22.989
Outros ativos	704.727	28.985	12.704	2.627	440
	5.000.676	1.440.799	526.342	590.504	528.704
Valor justo dos passivos assumidos					
Empréstimos	2.688.777	14.126	30.179	-	-
Remuneração aos acionistas	-	35.791	-	-	-
Provisões	261.916	64.435	-	1.757	155
Outros passivo circulantes e não circulantes	847.719	296.809	60.270	6.103	11.193
	3.798.412	411.161	90.449	7.860	11.348
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	1.202.264	1.029.638	435.893	582.644	465.620
Participação de não controladores	-	-	-	-	51.736

Para os cálculos dos valores justos dos ativos líquidos foi utilizado a metodologia de Income Approach, baseado em fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, utilizando as seguintes premissas: (i) prazo da concessão; (ii) taxa de desconto refletindo o custo médio ponderado de capital (WACC); (iii) rentabilidade atribuída ao contrato de concessão foi calculada pela rentabilidade (EBITDA) do fluxo de Caixa.

Na data da aquisição do controle, a participação de não controladores na adquirida foi mensurada com base na proporção do valor justo dos ativos líquidos identificados.

Os resultados decorrentes das operações de aquisição de controle estão incluídos nas rubricas de outras receitas e despesas, na demonstração do resultado do exercício.

Teles Pires Participações S.A

Em setembro de 2023, a Eletronorte transferiu à Neoenergia suas participações de 49% na EAPSA, 0,04% na Neoenergia Coelba, 0,04% na Neoenergia Cosern e 0,04% na Afluente T; enquanto a Neoenergia transferiu à Eletronorte suas participações de 50,56% da Teles Pires Participações, 0,9% da Companhia Hidrelétrica Teles Pires Participações e pagou à Eletronorte R\$ 453.982.

Todas as participações envolvidas na transação foram mensuradas ao valor justo na data da efetiva transferência do controle.

Tendo em vista que previamente à transação, a Eletrobras, por meio das controladas CGT Eletrosul e Furnas, detinha de 49% de Teles Pires Participações, após a negociação entre a Eletronorte e a Neoenergia, a Eletrobras passou a deter de 100% de Teles Pires Participações.

Com a aquisição do controle, os ativos e passivos de Teles Pires Participações S.A., mensurados a valor justo, passaram a compor o balanço patrimonial consolidado da Eletrobras. Com base no laudo do avaliador e nos tributos diferidos resultantes da avaliação, a Administração efetuou ajustes nos ativos e passivos, em relação aos seus saldos contábeis, sendo: (a) aumento na rubrica de provisões em R\$ 140.226; (b) reconhecimento de R\$ 510.675, decorrente do risco de ressarcimento às distribuidoras, em função de acordo com a ANEEL por atrasos na execução da obra; (c) reconhecimento de R\$ 202.372 de tributos fiscais diferidos ativos em função dos ajustes efetuados; e alocou R\$ 74.622 em conta de ativo da concessão – intangível, totalizando ajuste de R\$ 373.907 no ativo líquido.

Na data da aquisição do controle de Teles Pires Participações S.A., a contraprestação transferida pela participação adquirida de 51% foi R\$ 613.155. As participações previamente detidas pela CGT Eletrosul e por Furnas foram remensuradas para que correspondessem a 49% do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, conforme determina o IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios.

(a) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia	1.202.264
(b) Contraprestação transferida	613.155
(c) Valor justo da participação acionária mantida antes da combinação de negócios	589.109
(d) = (b) + (c)	1.202.264

A Companhia registrou no resultado no exercício os seguintes ganhos na operação de aquisição de controle da operação da Teles Pires, líquido de tributos, conforme apresentado a seguir:

Remensuração da participação previamente detida	188.274
Alienação da EAPSA	537.663
	<u>725.937</u>

Se os resultados de Teles Pires tivessem sido consolidados a partir de 1 de janeiro de 2023, a receita líquida da Companhia seria acrescida de R\$ 650.445 e o lucro da Companhia seria reduzido em R\$ 80.263.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 01 de outubro de 2023 inclui o saldo da receita líquida da Teles Pires de R\$ 235.042 e o prejuízo de R\$ 23.393 no mesmo período.

Baguari

Em 06 de outubro de 2023, Furnas passou a deter 100% da Baguari Energia e indiretamente 100% de Baguari I e, portanto, 100% do Consórcio UHE Baguari. Previamente à transação, a participação detida por Furnas era de 15% da UHE Baguari.

Com a aquisição do controle, os ativos e passivos de Baguari, mensurados a valor justo, passaram a compor o balanço patrimonial consolidado da Eletrobras. Com base no laudo do avaliador e nos tributos diferidos resultantes da avaliação foi alocado R\$ 799.187 em conta de ativo da concessão – intangível e R\$ 202.779 em tributos diferidos passivos, totalizando ajuste de R\$ 596.408 no ativo líquido.

Na data da aquisição do controle de Baguari, a contraprestação transferida pela participação adquirida de 85% foi de R\$ 875.204. A participação previamente detida por Furnas foi remensurada para que correspondesse a 15% do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, conforme determina o IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios.

(a) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia	1.029.638
(b) Contraprestação transferida	875.204
(c) Valor justo da participação acionária mantida antes da combinação de negócios	154.434
(d) = (b) + (c)	1.029.638

A Companhia apurou resultado de R\$ 74.135 na aquisição da Baguari Energia, referente a mensuração da participação anteriormente detida antes da combinação.

Se os resultados da Baguari tivessem sido consolidados a partir de 1 de janeiro de 2023, a receita líquida da Companhia seria acrescida de R\$ 129.854 e o lucro da Companhia seria acrescido em R\$ 29.534.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde outubro de 2023 inclui o saldo da receita líquida da Baguari de R\$ 47.210 e o lucro de R\$ 12.568 no mesmo período.

Retiro Baixo Energia

Em 22 de novembro de 2023, Furnas concluiu a aquisição da participação de 51% na investida Retiro Baixo. Tendo em vista que previamente à transação, Furnas detinha 49%, após a aquisição, passou a deter 100% da participação.

Com a aquisição do controle, os ativos e passivos de Retiro Baixo, mensurados a valor justo, passaram a compor o balanço patrimonial consolidado da Eletrobras. Com base no laudo do avaliador e nos tributos diferidos resultantes da avaliação, foi alocado R\$ 120.486 em conta de ativo da concessão – intangível e R\$ 30.571 em tributos diferidos passivos, totalizando ajuste de R\$ 89.915 no ativo líquido.

Na data da aquisição do controle de Retiro Baixo, a contraprestação transferida pela participação adquirida de 51% foi de R\$ 222.306. A participação previamente detida por Furnas foi remensurada para que correspondesse a 49% do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, conforme determina o IFRS 3/CPC 15 – Combinação de Negócios.

(a) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia	435.893
(b) Contraprestação transferida	222.306
(c) Valor justo da participação acionária mantida antes da combinação de negócios	213.587
(d) = (b) + (c)	435.893

A Companhia apurou resultado de R\$ 44.058, na aquisição da Retiro Baixo, referente a mensuração da participação anteriormente detida antes da combinação.

Se os resultados da Retiro Baixo tivessem sido consolidados a partir de 1 de janeiro de 2023, a receita líquida da Companhia seria acrescida de R\$ 68.842 e o lucro da Companhia seria R\$ 28.693.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde novembro de 2023 inclui o saldo da receita líquida da Retiro Baixo de R\$ 14.373 e o lucro de R\$ 4.377 no mesmo período.

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. ("TMT")

Em 21 de dezembro de 2023, Furnas concluiu a aquisição da participação de 51% da investida Triângulo Mineiro Transmissora S.A. Tendo em vista que previamente à transação, Furnas detinha 49%, após a aquisição, passou a deter 100% da participação.

Com a aquisição do controle, os ativos e passivos de TMT, mensurados a valor justo, passaram a compor o balanço patrimonial consolidado da Eletrobras. Com base no laudo do avaliador e nos tributos diferidos resultantes, foi alocado R\$ 896 em conta de ativo da concessão – intangível e R\$ 227 em tributos diferidos passivos, totalizando ajuste de R\$ 669 no ativo líquido.

Na data da aquisição do controle da TMT, a contraprestação transferida pela participação adquirida de 49% foi de R\$ 273.211. A participação previamente detida por Furnas foi remensurada para que correspondesse a 49% do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, conforme determina o IFRS 3/CPC 15 – Combinação de Negócios.

(a) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia	582.644
(b) Contraprestação transferida	273.211
(c) Valor justo da participação acionária mantida antes da combinação de negócios	285.495
(d) = (b) + (c)	558.706
(a) - (d) Ganho proveniente de compra vantajosa	23.938

A Companhia apurou resultado de R\$ 68.481 na aquisição da Retiro Baixo, referente a remensuração da participação anteriormente detida antes da combinação.

Se os resultados da TMT tivessem sido consolidados a partir de 1 de janeiro de 2023, a receita líquida da Companhia seria acrescida de R\$ 54.810 e o lucro da Companhia seria reduzido em R\$ 44.234.

Vale do São Bartolomeu S.A. ("VSB").

Em 21 de dezembro de 2023, Furnas concluiu a aquisição da participação na investida Vale do São Bartolomeu S.A. Tendo em vista que previamente à transação, Furnas detinha 39%, após a aquisição, passou a deter 90% da participação.

Com a aquisição do controle, os ativos e passivos de VSB, mensurados a valor justo, passaram a compor o balanço patrimonial consolidado da Eletrobras. Com base no laudo do avaliador e nos tributos diferidos resultantes da avaliação, foi alocado R\$ 63.365 em conta de ativo da concessão – intangível e R\$ 5.833 em tributos diferidos passivos, totalizando ajuste de R\$ 57.532 no ativo líquido.

Na data da aquisição do controle, Furnas transferiu, a contraprestação transferida pela participação adquirida de 51% foi de R\$ 304.228. A participação previamente detida por Furnas foi remensurada para que correspondesse a 39% do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, conforme determina o IFRS 3/CPC 15 – Combinação de Negócios.

(a) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia	465.620
(b) Contraprestação transferida	304.228
(c) Valor justo da participação acionária mantida antes da combinação de negócios	201.769
(d) = (b) + (c)	505.997
(d) - (a) Contrato de concessão	40.377

A Companhia apurou resultado de R\$ 97.256 na aquisição da VSB, referente, a remensuração da participação societária anteriormente detida de 39% antes da combinação.

Se os resultados da VSB tivessem sido consolidados a partir de 1 de janeiro de 2023, a receita líquida da Companhia seria acrescida de R\$ 50.946 e o lucro da Companhia seria acrescida em R\$ 42.662.

18.2 – Mutação dos investimentos

		CONTROLADORA					
Participações societárias e outros investimentos	Participações	Saldo em 31/12/2022	Aumento de capital	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Controladas							
Furnas	100,00%	45.128.153	11.466.603	(9.665)	(4.591.122)	6.015.908	58.009.877
Chesf	100,00%	21.366.866	9.526.333	(33.922)	(1.069.336)	1.773.784	31.563.725
Eletronorte	100,00%	22.641.853	6.899.271	57.656	(788.000)	656.075	29.466.855
CGT Eletrosul	100,00%	8.835.454	3.720	(54.930)	-	(702.592)	8.081.652
Eletropar	83,71%	181.410	-	1.129	(22.139)	18.830	179.230
		98.153.736	27.895.927	(39.732)	(6.470.597)	7.762.005	127.301.339
Controladas em conjunto							
Rouar S.A.	50,00%	133.828	-	(10.031)	(12.560)	12.206	123.443
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	49,00%	47.750	-	-	(3.409)	6.749	51.090
		181.578	-	(10.031)	(15.969)	18.955	174.533
Coligadas							
Eletronuclear ¹	67,95%	7.188.028	-	(1.204)	-	26.530	7.213.354
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,01%	4.902.846	-	(65.224)	(508.717)	926.796	5.255.701
Outros	33,41% a 40,07%	1.653.370	-	53.025	(315.248)	478.271	1.869.418
		13.744.244	-	(13.403)	(823.965)	1.431.597	14.338.473
		112.079.558	27.895.927	(63.166)	(7.310.531)	9.212.557	141.814.345

¹ A participação acionária de 67,95% sobre a Eletronuclear é composta por 35,90% ON e 99,99% PN, sendo esta, classificada como uma coligada.

		CONTROLADORA							
Participações societárias e outros investimentos	Participações	Saldo em 31/12/2021	Transferência para ativo mantido para venda/Baixa	Ganhos/Perdas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Aumento / Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
Controladas									
Furnas	99,67%	26.703.790	-	2.672	(4.095)	17.308.219	(535.202)	1.652.769	45.128.153
Chesf	99,58%	20.562.574	-	-	(203.076)	-	(692.887)	1.700.255	21.366.866
Eletronorte	99,69%	19.536.381	-	453	37.563	1.854.768	(867.031)	2.079.719	22.641.853
CGT Eletrosul	99,96%	8.132.619	-	5.838	76.715	300.000	(141.578)	461.860	8.835.454
Eletropar	83,71%	178.047	-	-	148	-	(19.462)	22.677	181.410
		75.113.411	-	8.963	(92.745)	19.462.987	(2.256.160)	5.917.280	98.153.736
Controladas em conjunto									
Norte Energia S.A. - NESA	-	1.916.058	(1.854.472)	-	-	-	-	(61.586)	-
Rouar S.A.	50,00%	134.264	-	-	(9.089)	-	(4.734)	13.387	133.828
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	49,00%	38.320	-	-	-	-	(5.700)	15.130	47.750
		2.088.642	(1.854.472)	-	(9.089)	-	(10.434)	(33.069)	181.578
Coligadas									
Eletronuclear ¹	67,95%	2.568.797	-	-	880.647	6.232.330	(2.735.950)	242.204	7.188.028
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,03%	4.357.895	-	-	75.705	(11.244)	(245.210)	725.700	4.902.846
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	-	644.208	(648.271)	-	-	-	4.063	-	-
Outros	33,28% a 40,07%	2.193.130	(623.668)	-	22.543	(6.688)	(381.132)	449.185	1.653.370
		9.764.030	(1.271.939)	-	978.895	6.214.398	(3.358.229)	1.417.089	13.744.244
		86.966.083	(3.126.411)	8.963	877.061	25.677.385	(5.624.823)	7.301.300	112.079.558

¹ A participação acionária de 67,95% sobre a Eletronuclear é composta por 35,90% ON e 99,99% PN, sendo esta, classificada como uma coligada.

Participações societárias e outros investimentos	Participações	CONSOLIDADO								
		Saldo em 31/12/2022	Aumento/Integralização de capital	Aquisição de controle de investida	Baixas	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Perda estimada em investimentos	Saldo em 31/12/2023
Controladas em conjunto										
Norte Energia S.A. - NESA	49,98%	6.060.822	-	-	-	-	-	(431.409)	(337.152)	5.292.261
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	40,00%	3.563.552	-	-	-	-	-	17.684	-	3.581.236
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. - BMTE	49,00%	2.005.808	550	-	-	-	(63.089)	208.823	-	2.152.092
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,00%	1.735.667	-	-	-	-	(67.845)	201.815	92.192	1.961.829
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	49,90%	548.104	-	-	-	-	(13.782)	58.030	141.393	733.745
Empresa de Energia São Manoel S.A.	33,33%	588.913	-	-	-	-	-	(9.405)	-	579.508
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	49,00%	502.090	-	-	-	-	(16.433)	57.613	-	543.270
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	49,00%	526.442	-	-	-	-	-	(27.042)	139.677	639.077
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	49,00%	269.217	-	-	-	-	(52.145)	47.000	-	264.072
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	253.633	-	-	-	-	(221.467)	183.212	-	215.378
Enepex S.A.	40,00%	261.789	-	-	-	-	(1.848)	3.695	-	263.636
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	24,50%	222.169	-	-	-	-	(8.360)	35.201	-	249.010
MGE Transmissão S.A.	49,00%	196.954	-	-	-	-	(13.941)	20.702	-	203.715
Goiás Transmissão S.A.	49,00%	206.773	-	-	-	-	(29.751)	14.553	-	191.575
Vamcruz I Participações S.A.	24,50%	130.332	-	-	-	-	(394)	1.661	-	131.599
Rouar S.A.	50,00%	133.828	-	-	-	(10.031)	(12.560)	12.206	-	123.443
Transenergia Renovável S.A.	49,00%	96.112	-	-	-	-	(13.117)	18.568	-	101.563
Transnorte Energia S.A. ¹	50,38%	39.627	-	-	-	-	-	38.830	122.787	201.244
Tijoa Participações e Investimentos	49,90%	28.527	-	-	-	-	(41.813)	43.189	-	29.903
Teles Pires Participações S.A. - TPP	100,00%	315.385	26.696	(589.111)	-	-	-	(38.234)	285.264	-
Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A.	100,00%	199.746	-	(217.489)	-	-	(4.410)	22.153	-	-
Retiro Baixo Energética S.A.	100,00%	155.470	-	(168.566)	-	-	-	13.096	-	-
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	90,00%	89.860	-	(103.945)	-	-	(3.120)	17.205	-	-
Outros ²	30,61 a 54,01%	158.714	28.826	-	-	-	(147.086)	119.256	16.652	176.362
		18.361.521	56.072	(1.138.562)	-	(10.031)	(716.270)	620.975	460.813	17.634.518
Coligadas										
Eletronuclear ³	67,95%	7.188.028	-	-	-	(1.204)	-	26.530	-	7.213.354
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,74%	5.007.916	-	-	-	(68.008)	(519.299)	947.470	-	5.368.080
Outros	33,41% a 40,44%	1.666.799	-	-	-	51.802	(316.805)	482.554	-	1.884.349
		13.862.743	-	-	-	(17.410)	(836.104)	1.456.555	-	14.465.784
		32.224.264	56.072	(1.138.562)	-	(27.441)	(1.552.374)	2.077.530	460.813	32.100.302

¹ A Companhia possui participação acionária de 50,38% sobre a Transnorte Energia S.A., entretanto o controle é compartilhado com a Alupar devido ao acordo de acionistas assinado em março de 2023;

² A participação acionária de 54,01% é referente a Serra do Fação Energia S.A. que é composta por 43,03% ON e 100,00% PN, sendo esta, classificada como uma controlada em conjunto; e

³ A participação acionária de 67,95% sobre a Eletronuclear é composta por 35,90% ON e 99,99% PN, sendo esta, classificada como uma coligada.

CONSOLIDADO											
Participações societárias e outros investimentos	Participações	Saldo em 31/12/2021	Efeitos da desconsolidação	Transferência para ativo mantido para venda/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Aumento / Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Perda estimada em investimentos	Saldo em 31/12/2022	
Controladas em conjunto											
Norte Energia S.A. - NESA	49,98%	6.384.303	-	-	-	-	-	(323.481)	-	6.060.822	
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	40,00%	3.295.627	-	-	-	-	-	(41.692)	309.617	3.563.552	
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. - BMTE	49,00%	1.895.036	-	-	-	-	(66.400)	177.172	-	2.005.808	
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,00%	1.409.983	-	-	-	-	(123.598)	231.063	218.219	1.735.667	
Teles Pires Participações S.A. - TPP	49,44%	789.994	-	-	-	46.336	-	(52.467)	(468.478)	315.385	
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	49,90%	634.284	-	-	-	-	(74.570)	55.915	(67.525)	548.104	
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	49,00%	413.106	-	-	-	-	(7.415)	96.399	-	502.090	
Empresa de Energia São Manoel S.A.	33,33%	428.168	-	-	-	-	-	(16.771)	177.516	588.913	
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	49,00%	291.327	-	(286.776)	-	-	(65.154)	60.603	-	-	
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	49,00%	349.256	-	-	-	-	-	(38.037)	215.223	526.442	
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	49,00%	258.272	-	-	-	-	(52.964)	63.909	-	269.217	
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	454.259	-	-	-	-	(369.709)	169.083	-	253.633	
Enerpeixe S.A.	40,00%	266.309	-	-	-	-	-	(4.520)	-	261.789	
Goiás Transmissão S.A.	49,00%	177.274	-	-	-	-	(9.188)	38.687	-	206.773	
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	24,50%	188.675	-	-	-	-	(10.433)	43.927	-	222.169	
MGE Transmissão S.A.	49,00%	168.273	-	-	-	-	(8.934)	37.615	-	196.954	
Triangulo Mineiro Transmissora de Energia S.A.	49,00%	182.828	-	-	-	-	(5.145)	22.063	-	199.746	
Retiro Baixo Energética S.A.	49,00%	168.726	-	-	-	-	(37.513)	24.257	-	155.470	
Rouar S.A.	50,00%	134.264	-	-	(9.089)	-	(4.734)	13.387	-	133.828	
Transenergia Renovável S.A.	49,00%	97.461	-	-	-	-	(13.514)	12.165	-	96.112	
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	39,00%	79.406	-	-	-	-	(6.240)	16.694	-	89.860	
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	49,00%	38.320	-	-	-	-	(5.700)	15.130	-	47.750	
Itaipu	-	279.025	-	(279.025)	-	-	-	-	-	-	
Outros	24,50% a 54,10%	364.160	-	(22.068)	-	19.798	(51.137)	70.036	648	381.437	
		18.748.336	-	(587.869)	(9.089)	66.134	(912.348)	671.137	385.220	18.361.521	
Coligadas											
Eletronuclear	67,95%	-	6.571.987	-	474.581	-	-	141.460	-	7.188.028	
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,03%	4.451.016	-	-	75.855	(11.244)	(250.310)	742.599	-	5.007.916	
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Eletrica - CEEE-T	-	644.208	-	(648.271)	-	-	4.063	-	-	-	
Lajeado Energia S.A.	40,07%	99.516	-	-	67	-	(115.640)	112.094	-	96.037	
CEB Lajeado S.A.	40,07%	74.160	-	-	18	-	(37.123)	57.784	-	94.839	
Paulista Lajeado Energia S.A.	40,07%	37.925	-	-	-	-	(13.690)	(9.713)	-	14.522	
Outros	33,28% a 39,02%	1.714.011	-	(344.643)	23.414	(6.688)	(215.141)	290.448	-	1.461.401	
		7.020.836	6.571.987	(992.914)	573.935	(17.932)	(627.841)	1.334.672	-	13.862.743	
		25.769.172	6.571.987	(1.580.783)	564.846	48.202	(1.540.189)	2.005.809	385.220	32.224.264	

18.3 - Perdas estimadas em investimentos

Quando são identificadas evidências objetivas de perdas em investimentos nas coligadas, a Companhia, realiza a avaliação do valor recuperável desses investimentos com base no fluxo de caixa descontado (valor em uso) ou seu valor justo líquido de despesa de venda, utilizando o maior dos dois.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Eletrobras sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPEs. As principais premissas são descritas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano (após os impostos*) específica para cada SPE, respeitando a estrutura de capital e custo da dívida de cada uma, utilizando o WACC, valendo-se dos mesmos parâmetros, com exceção a estrutura de capital e custo da dívida, utilizados para o cálculo das taxas de desconto dos ativos corporativos. Maiores informações, vide nota 21;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados.

* O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resultaria em valores recuperáveis materialmente diferentes caso taxas antes dos impostos fossem utilizadas.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Norte Energia S.A.	337.152	-
Teles Pires Participações S.A. - TPP	-	468.478
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	-	92.192
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	-	139.677
Transnorte Energia S.A.	-	122.787
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	-	141.393
Lago Azul Transmissão	-	16.652
	<u>337.152</u>	<u>981.179</u>

18.4 – Mensurados a valor justo

	Participações	CONTROLADORA				CONSOLIDADO		
		Valor Patrimonial ¹	Valor Justo		Valor Patrimonial ¹	Valor Justo		
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
AES Tietê Energia S.A	0,53%	11.551	38.990	383.958	11.551	38.990	383.958	
Companhia Energética do Ceará - COELCE	7,06%	76.658	193.330	200.391	76.658	193.330	200.391	
Energisa Holding	1,16%	57.144	248.904	371.418	57.144	248.904	371.418	
Auren Energia S.A.	0,05%	3.114	6.978	152.425	3.114	6.978	152.425	
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC	10,75%	266.636	270.991	227.237	266.636	270.991	227.237	
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	-	-	-	105.164	-	-	105.164	
Equatorial Energia Pará	0,99%	16.075	169.356	143.008	16.075	169.356	143.008	
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	32.632	-	-	32.632	
Rio Paranapanema Energia	0,47%	3.924	11.524	11.899	3.924	11.524	11.899	
Companhia Energética de Brasília - CEB	2,10%	11.861	25.039	16.330	11.861	25.039	16.330	
CEEEED	4,62%	-	68.575	-	-	68.575	-	
Outros	Entre 0,0019% a 0,13%	195	13.075	12.799	3.999	70.694	116.796	
		447.158	1.046.762	1.657.261	450.962	1.104.381	1.761.258	

¹ Valor patrimonial conforme participação da Eletrobras e das suas controladas sobre o capital social das empresas

18.5 – Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

	Participação	31/12/2023								
		Ativo circulante	Ativo Não Circulante	Total do ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo Líquido)
Controladas em conjunto										
Norte Energia S.A. - NESA	49,98%	1.773.469	41.373.463	43.146.932	2.354.484	29.534.358	11.258.090	43.146.932	5.764.413	(850.814)
Energia Sustentável do Brasil - ESBR	40,00%	1.450.472	18.666.697	20.117.169	1.136.429	10.027.652	8.953.088	20.117.169	3.378.906	44.213
Belo Monte Transmissora - BMTE	49,00%	1.231.090	7.944.087	9.175.177	613.330	4.170.939	4.390.908	9.175.177	1.039.054	415.782
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,00%	1.022.813	6.293.140	7.315.953	578.744	2.733.476	4.003.733	7.315.953	712.294	411.868
Mata de Santa Genebra	49,90%	689.261	3.078.913	3.768.174	115.975	2.181.769	1.470.430	3.768.174	393.463	116.292
Chapecoense Geração	40,00%	410.737	2.573.564	2.984.301	607.435	1.838.423	538.443	2.984.301	1.274.912	487.050
Empresa de Energia São Manoel	33,33%	320.697	3.419.572	3.740.269	151.647	1.850.081	1.738.541	3.740.269	446.946	(28.801)
Companhia Energética Sinop	49,00%	210.141	2.706.715	2.916.856	143.063	1.469.551	1.304.242	2.916.856	341.162	(55.189)
Coligadas										
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,74%	5.012.971	29.806.577	34.819.548	2.305.315	15.134.093	17.380.140	34.819.548	5.133.704	2.841.117
Eletronuclear	67,95%	3.179.932	19.937.388	23.117.320	2.612.091	9.889.551	10.615.678	23.117.320	3.931.707	318.199

31/12/2022

	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Norte Energia S.A. - NESA	49,98%	1.760.261	41.668.551	43.428.812	2.254.754	29.070.142	12.103.916	43.428.812	5.565.305	(647.346)
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	40,00%	1.210.513	19.354.405	20.564.918	1.058.167	10.597.876	8.908.875	20.564.918	3.116.478	(104.235)
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	49,00%	1.140.735	7.679.713	8.820.448	630.800	4.096.162	4.093.486	8.820.448	954.985	360.022
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,00%	931.271	6.251.143	7.182.414	634.666	2.817.425	3.730.323	7.182.414	735.154	471.557
Coligadas										
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,74%	4.670.170	27.573.380	32.243.550	1.293.346	14.413.723	16.536.481	32.243.550	5.450.570	2.319.791
Eletronuclear	67,95%	4.610.349	18.373.593	22.983.942	2.434.613	9.970.923	10.578.406	22.983.942	3.963.282	308.977

18.6 – Valor de mercado das coligadas que possuem cotação em bolsa de valores

Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Participação	Valor Justo ¹	
		31/12/2023	31/12/2022
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,74%	6.465.873	5.566.247
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	33,41%	1.605.618	1.348.024
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE	40,44%	881.518	1.015.837

¹ Com base na cotação das ações na data-base informada no quadro.

18.7 – Ações em garantia

Tendo em vista que a Companhia possui diversos processos no âmbito do Poder Judiciário, onde figura como ré, são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, participações societárias, conforme abaixo:

CONTROLADORA			
31/12/2023			
Participações societárias	Valor do Investimento	Percentual de bloqueio	Investimento bloqueado
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	5.255.701	37,17%	1.953.354
AES Brasil Energia S.A.	38.990	95,99%	37.425
Energisa Holding	248.904	99,43%	247.497
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC	270.991	14,58%	39.511
Companhia Energética do Ceará - COELCE	193.330	5,46%	10.555
Auren Energia S.A.	6.978	100,00%	6.978
Outros	1.339.404	32,29% a 100,00%	662.963
	<u>7.354.298</u>		<u>2.958.283</u>

18.8 – Capital Circulante Líquido negativo

A Companhia e suas controladas detêm participações nas empresas Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., Teles Pires Participações S.A, Chapecoense Geração S.A., Lajeado Energia S.A. e Vamcruz I Participações S.A. que apresentaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 capital circulante líquido negativo de R\$ 347.547, R\$ 465.637, R\$ 161.979, R\$ 196.698, R\$ 30.120 e R\$ 42.312, respectivamente.

Prática contábil

Nas demonstrações contábeis da controladora, a Companhia avalia seus investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, vide a nota 4.5, e os outros investimentos em participações societárias pelo valor justo. O valor justo considerado para essas participações corresponde ao preço atual das ações comercializadas na Bolsa de Valores.

No método de equivalência patrimonial, a participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida é reconhecido no resultado período do investidor, em resultado de equivalência patrimonial.

As variações do valor dos investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo, decorrente da modificação dos preços das ações, são registradas diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes. Os recebimentos de dividendos pagos à Companhia por essas investidas são registrados no resultado.

No balanço patrimonial consolidado, os saldos patrimoniais das controladas da Companhia são distribuídos, de acordo com a natureza, nas rubricas de ativos e passivos, não compondo, portanto, o saldo consolidado de investimentos. Vide a nota 4.5.

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”.

As Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Estimativas e julgamentos críticos

Combinação de negócios

No processo de mensuração da combinação de negócio, a Companhia aplica premissas e técnicas de avaliação que envolvem julgamentos por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão e nas características individuais dos elementos que estão sendo avaliados, que resultam na mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos.

Perdas em investimentos

Para fins de teste de recuperabilidade de seus investimentos, a Companhia admite como valor recuperável o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com taxa de desconto que reflete a avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, o valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para os testes de *impairment* dos ativos que a Companhia iniciou estudos para negociação, ainda não caracterizados contabilmente como disponível para venda, o valor recuperável representa a média dos valores das propostas, ainda não vinculantes, recebidas dos possíveis interessados.

NOTA 19 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica e ativos corporativos.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	CONSOLIDADO							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Impairment ¹	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a.	2,00%	2,50%	3,30%	-	-	3,50%	5,80%	-
Custo	22.752.509	10.977.908	43.366.208	-	2.716.242	2.052.882	499.472	82.365.221
Depreciação Acumulada e Impairment	(11.286.217)	(5.620.539)	(26.900.142)	(2.536.835)	-	(1.097.733)	(184.050)	(47.625.516)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.466.292	5.357.369	16.466.066	(2.536.835)	2.716.242	955.149	315.422	34.739.705
Aquisição de controle investidas	2.973.633	1.127.662	203.498	-	13.028	378	255.049	4.573.248
Adição	532	11.764	216.012	(1.073.345)	3.847.094	12.075	(217.628)	2.796.504
Baixas	(19.443)	(155)	(53.134)	73.635	(28.670)	(5.371)	(18.278)	(51.416)
Depreciação	(602.937)	(290.467)	(952.293)	-	-	(92.403)	(37.300)	(1.975.400)
Transferências de ativos mantidos para venda	(167.687)	(140.959)	(3.929.766)	1.829.696	(462.734)	(710.857)	(3.740)	(3.586.047)
Transferências	(287.158)	61.351	431.611	(62.721)	(1.584.868)	-	750.612	(691.173)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.363.232	6.126.565	12.381.994	(1.769.570)	4.500.092	158.971	1.044.137	35.805.421
Custo	25.243.381	11.940.669	37.765.942	-	4.500.092	1.350.009	1.323.410	82.123.503
Depreciação Acumulada e Impairment	(11.880.149)	(5.814.104)	(25.383.948)	(1.769.570)	-	(1.191.038)	(279.273)	(46.318.082)

¹ Impairment – Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.

	CONSOLIDADO							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Impairment ¹	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a.	2,60%	3,39%	3,32%	-	-	6,22%	1,10%	-
Custo	15.418.627	8.214.167	42.054.751	-	17.484.344	2.112.362	742.900	86.027.151
Depreciação Acumulada e Impairment	(9.005.632)	(5.329.002)	(29.828.945)	(6.963.604)	-	(1.068.058)	(463.929)	(52.659.170)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.412.995	2.885.165	12.225.806	(6.963.604)	17.484.344	1.044.304	278.971	33.367.981
Efeitos da desconsolidação	(1.283)	(492.840)	(3.124.977)	4.508.764	(14.600.061)	(8.514)	(41.624)	(13.760.535)
Aquisição de controle - MESA (a)	6.506.951	3.532.292	7.329.149	-	141.896	2.023	348.979	17.861.290
Adição	-	-	249.346	(287.874)	2.014.982	17.254	3.125	1.996.833
Baixas	(1.675.657)	(462.751)	(1.149.201)	205.879	(150.362)	(84)	(204.808)	(3.436.984)
Depreciação	(495.697)	(212.702)	(766.561)	-	-	(99.806)	(70.177)	(1.644.942)
Transferências	718.982	108.206	1.702.504	-	(2.174.557)	(28)	956	356.063
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.466.291	5.357.369	16.466.066	(2.536.835)	2.716.242	955.148	315.422	34.739.704
Custo	22.752.509	10.977.908	43.366.208	-	2.716.242	2.052.882	499.472	82.365.221
Depreciação Acumulada e Impairment	(11.286.218)	(5.620.539)	(26.900.142)	(2.536.835)	-	(1.097.733)	(184.050)	(47.625.516)

¹ *Impairment* – Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.

Prática contábil

O imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 21. Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Companhia. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor residual desses ativos ao final das concessões. A Companhia considera que a vida útil estimada pela ANEEL para os itens do imobilizado expressam adequadamente o tempo de vida útil dos bens, por isso adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL. A infraestrutura de transmissão de energia elétrica da Companhia não está classificada no imobilizado, em razão das características contratuais das concessões. Os direitos às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão são registrados na rubrica Ativo Contratual de Transmissão, vide a nota 16. Os ativos de Direito de Uso são depreciados também linearmente, pelos prazos contratuais de arrendamentos.

NOTA 20 – INTANGÍVEL

	CONSOLIDADO						
	Direito de exploração	Software	Uso do Bem Público	Intangível em curso	<i>Impairment</i> ¹	Outros	Total
Taxa média de amortização a.a.	3,30%	20,00%	3,30%			3,40%	
Custo	80.725.923	473.331	306.888	505.533	-	322.737	82.334.412
Amortização Acumulada e <i>Impairment</i>	(1.576.595)	(360.798)	(89.084)	-	(152.988)	(174.366)	(2.353.831)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	79.149.328	112.533	217.804	505.533	-	148.371	79.980.581
Aquisição de Controle Investidas	1.188.150	231	4.635	867	-	72.767	1.266.650
Adições	938	1.225	995	233.689	-	52.029	288.876
Baixas	(59.325)	(618)	-	(179)	76.378	(74.010)	(57.754)
Amortizações	(1.584.994)	(17.733)	(8.085)	-	-	(27.995)	(1.638.807)
Transferências de Ativos Mantidos para Venda	-	(295)	-	(2.173)	460	333	(1.675)
Transferências	31.466	174.650	-	(175.177)	(1.359)	(1.210)	28.370
Saldo em 31 de dezembro de 2023	78.725.563	269.993	215.349	562.560	(77.509)	170.285	79.866.241
Custo	81.960.541	633.504	314.044	562.560	-	396.819	83.867.468
Amortização Acumulada e <i>Impairment</i>	(3.234.978)	(363.511)	(98.695)	-	(77.509)	(226.534)	(4.001.227)

¹ *Impairment* – Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos

	CONSOLIDADO						
	Direito de exploração	Software	Uso do Bem Público	Intangível em curso	Impairment ¹	Outros	Total
Taxa média de amortização a.a.	2,97%	20,00%	1,91%	-	-	4,82%	-
Custo	4.858.374	585.584	107.547	456.897	-	169.660	6.178.062
Amortização Acumulada e <i>Impairment</i>	(528.812)	(465.487)	(19.479)	-	(71.451)	(100.657)	(1.185.886)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.329.562	120.097	88.068	456.897	(71.451)	69.003	4.992.176
Efeitos da desconsolidação	-	(18.790)	-	(60.403)	-	-	(79.193)
Aquisição de Controle Investidas	880.584	463	134.741	4.448	-	109.794	1.130.030
Adições	75.021.253	7.183	-	161.642	(100.153)	10.726	75.100.651
Baixas	(1.156)	-	-	(5.002)	17.257	(7.754)	3.345
Amortizações	(1.021.931)	(18.198)	(5.005)	-	-	(42.931)	(1.088.065)
Transferências	(58.984)	21.778	-	(52.049)	1.359	9.533	(78.363)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	79.149.328	112.533	217.804	505.533	(152.988)	148.371	79.980.581
Custo	80.725.923	473.331	306.888	505.533	-	322.737	82.334.412
Amortização Acumulada e <i>Impairment</i>	(1.576.595)	(360.798)	(89.084)	-	(152.988)	(174.366)	(2.353.831)

¹ *Impairment* – Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos

Em junho de 2022, os novos contratos de concessão de geração de energia elétrica resultaram em um aumento significativo no ativo intangível da Companhia, totalizando R\$ 75.021.259. Isso inclui o pagamento de bônus de outorga no valor de R\$ 26.622.905 em junho de 2022, compromissos futuros de repasse à conta de desenvolvimento energético (CDE) no valor de R\$ 33.735.216 ao longo dos próximos 25 anos, e obrigações de desenvolver projetos específicos nos próximos 10 anos, totalizando R\$ 6.693.921. Além disso, houve créditos de R\$ 5.062.717 referentes a indenizações de bens reversíveis das Usinas de Tucuruí e Curuá-Una, bem como créditos de R\$ 2.906.500 relacionados ao reembolso de combustível de distribuidoras anteriormente controladas pela Eletrobras. Estes últimos foram compensados com os valores a pagar a título de bônus de outorga conforme definido pela Lei nº 14.182/2021.

Prática contábil

O intangível é mensurado inicialmente pelo seu custo e subsequentemente deduzido pela amortização e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 21.

O intangível da Companhia é formado substancialmente pelos direitos adquiridos de explorar empreendimentos de geração de energia elétrica nos termos dos novos contratos de outorga, em conexão com o processo de desestatização da Eletrobras, ocorrido em 2022.

NOTA 21 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que é mensurado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após os impostos, específica para os segmentos testados: 5,81% e 6,53% para o segmento de geração sem e com o benefício fiscal SUDAM/SUDENE, respectivamente (em 31 de dezembro de 2022, 4,82% para geração não renovada sem o benefício SUDAM/SUDENE, 5,58% para a geração não renovada e 5,20% para a geração renovada com o benefício), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 6,96% e 13,56%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no PDNG para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e
- A Companhia tratou cada um de seus empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Seguem abaixo as posições de *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Geração	Administração	Total	Geração	Administração	Total
Imobilizado	1.769.570	-	1.769.570	2.536.835	-	2.536.835
Intangível	7.078	70.431	77.509	83.917	69.071	152.988
	1.776.648	70.431	1.847.079	2.620.752	69.071	2.689.823

A movimentação de *impairment* nas UGC é demonstrado como segue:

Unidades Geradoras de Caixa	31/12/2022	Adições/ (Reversões)	Baixas	Transferências	31/12/2023
UTE Candiota ¹	1.043.193	(225)	-	(1.042.968)	-
UTE Santa Cruz ¹	567.253	-	-	(567.253)	-
UTE Candiota Fase B ¹	276.877	(396)	-	(276.481)	-
Eólica Casa Nova I	234.733	31.522	-	-	266.255
UHE Batalha	78.651	(3.304)	-	-	75.347
UTE Mauá Bloco 4	49.372	-	-	-	49.372
UTE Aparecida Óleo	46.258	-	-	-	46.258
UTE Mauá Bloco 1	41.040	-	-	-	41.040
PCH Funil	39.098	(39.098)	-	-	-
Eólica Ventos de Angelim S.A.	31.914	-	(31.914)	-	-
PCH Pedra	12.445	9.402	-	-	21.847
Eólica Coxilha Negra	-	591.926	-	-	591.926
UHE Samuel	-	261.886	-	-	261.886
PCH João Borges	-	57.523	-	-	57.523
PCH Rio Chapéu	-	48.392	-	-	48.392
Eólica Coxilha Seca	-	47.358	-	-	47.358
Ibirapuitã ²	-	11.123	-	56.551	67.674
Outros	199.918	(59.617)	(1.246)	62.715	201.770
	<u>2.620.752</u>	<u>956.492</u>	<u>(33.160)</u>	<u>(1.767.436)</u>	<u>1.776.648</u>

¹Valores transferidos para o ativo mantido para venda; e

²Valores retornados do ativo mantido para venda em função da cisão da Livramento holding resultado da decisão da alienação apenas dos complexos inoperantes.

Unidades Geradoras de Caixa	31/12/2021	Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	Adições/ (Reversões)	Baixas	31/12/2022
UTN Angra 3	4.508.764	(4.508.764)	-	-	-
UTE Candiota	1.054.306	-	(11.113)	-	1.043.193
UTE Santa Cruz	279.379	-	287.874	-	567.253
UTE Candiota Fase B	305.778	-	(23.684)	-	282.094
UHE Batalha	148.953	-	(70.302)	-	78.651
Eólica Casa Nova I	257.579	-	(22.846)	-	234.733
UHE Coaracy Nunes	71.007	-	-	(71.007)	-
UTE Mauá Bloco 4	49.372	-	-	-	49.372
UTE Aparecida Óleo	46.258	-	-	-	46.258
Eólica Coxilha Seca	1.264	-	(1.264)	-	-
UTE Mauá Bloco 1	41.040	-	-	-	41.040
PCH Funil	-	-	39.098	-	39.098
PCH Pedra	-	-	12.445	-	12.445
Eólica Ventos de Angelim S.A.	-	-	31.914	-	31.914
Outros	200.925	-	(6.224)	-	194.701
	<u>6.964.625</u>	<u>(4.508.764)</u>	<u>235.898</u>	<u>(71.007)</u>	<u>2.620.752</u>

Prática contábil

A Companhia avalia periodicamente se há indicação de desvalorização dos seus principais ativos não financeiros. A avaliação é realizada por Unidade Geradora de Caixa – UGC, que corresponde a um grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Se houver indicação de desvalorização, o valor recuperável da UGC é estimado e confrontado com o saldo contábil atual. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil, é registrada perda com desvalorização do ativo.

Estimativas e julgamentos críticos

O valor recuperável do ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo. Em síntese, o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros advindos da operação do ativo e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda do ativo em transação não forçada.

Por não haver mercado ativo para a negociação dos seus ativos e por acreditar que o cálculo do valor justo a partir de premissas do mercado se aproximariam do valor em uso, na maior parte dos testes de *impairment*, a Companhia admite como valor recuperável o valor em uso, que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com taxa de desconto que reflete a avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, o valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para os testes de *impairment* dos ativos que a Companhia iniciou estudos para negociação, ainda não caracterizados contabilmente como disponível para venda, o valor justo é considerado, sendo calculado com base na média dos valores das propostas, ainda não vinculantes, recebidas dos possíveis interessados.

NOTA 22 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Bens, Materiais e Serviços	155.945	151.311	1.852.263	1.870.754
Energia Comprada para Revenda	44	843.611	1.088.948	1.632.529
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	22.656	13.890
	<u>155.989</u>	<u>994.922</u>	<u>2.963.867</u>	<u>3.517.173</u>

Prática contábil

As obrigações com os fornecedores da Companhia são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros embutidos nessas obrigações.

NOTA 23 – ADIANTAMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
PROINFA (a)	-	921.597	-	921.597
PROCEL (a)	3.513	564.625	3.513	564.625
Adiantamento de Clientes	-	-	135.177	166.900
	<u>3.513</u>	<u>1.486.222</u>	<u>138.690</u>	<u>1.653.122</u>
Não Circulante				
Adiantamento de Clientes	-	-	86.612	213.921
	-	-	86.612	213.921
	<u>3.513</u>	<u>1.486.222</u>	<u>225.302</u>	<u>1.867.043</u>

(a) PROINFA e PROCEL

Os adiantamentos de clientes referem-se às vendas antecipada de energia elétrica. As receitas dessa operação são reconhecidas no resultado quando ocorrem na medida que as energias são entregues, cumprindo-se as obrigações de desempenho, nesta ocasião ocorrerão as baixas dos adiantamentos.

A redução dos valores remanescentes do PROINFA e PROCEL reflete o encerramento dos fluxos financeiros ao longo do exercício atual. Vide nota 7.

NOTA 24 – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos pela Eletrobras e suas controladas é divulgada, conforme a seguir:

	Taxas anuais em 31/12/2023		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Mínima	Máxima	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Moeda Nacional						
Mercado de capitais ¹	3,58%	16,24%	14.172.801	13.092.485	27.074.612	21.990.407
Bancos de fomento ²	2,49%	11,55%	11.188.645	-	16.735.742	15.386.133
Mercado bancário ³	2,94%	17,02%	-	17.914	5.103.955	5.738.125
Fundos setoriais ⁴	5,00%	5,00%	1.319.921	1.035.421	1.319.921	1.035.420
Outras Instituições ⁵	5,42%	14,82%	3.005.360	4.879.402	3.646.220	7.414.629
			29.686.727	19.025.222	53.880.450	51.564.714
Moeda estrangeira						
Mercado de capitais ¹	3,63%	4,63%	6.246.018	6.553.515	6.246.018	6.553.517
Bancos de fomento ³	2,00%	4,02%	204.552	373.906	419.170	988.291
Mercado bancário ³	6,60%	6,60%	-	-	234.652	-
			6.450.570	6.927.421	6.899.840	7.541.808
			36.137.297	25.952.643	60.780.290	59.106.522
Encargos						
Principal			1.035.105	1.148.797	1.640.901	1.664.942
Circulante			6.747.317	2.533.905	9.689.946	5.859.828
			7.782.422	3.682.702	11.330.847	7.524.770
Não Circulante						
			28.354.875	22.269.941	49.449.443	51.581.752
			36.137.297	25.952.643	60.780.290	59.106.522

¹ O saldo refere-se aos bônus, debêntures e notas comerciais;

² O saldo refere-se às operações com BASA FNO, BNDES, BNB e FINEP;

³ O saldo refere-se aos empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras;

⁴ O saldo refere-se a Reserva Global de Reversão (RGR); e

⁵ O saldo refere-se, substancialmente, à dívida com o Apollo FIDC e BR Eletro FIDC.

Detalhamos abaixo a posição em 31 de dezembro de 2023 das dívidas captadas através do mercado de capitais (moeda nacional e estrangeira) e, por meio de seus vencimentos, a segregação entre circulante e não circulante:

CONSOLIDADO					
		31/12/2023		31/12/2022	
	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bônus					
Eletrobras	04/02/2025	-	2.441.151	38.617	2.594.669
Eletrobras	04/02/2030	-	3.804.867	73.904	3.846.327
		-	6.246.018	112.521	6.440.996
Notas Comerciais					
Eletrobras	13/10/2023	-	-	16.853	6.000.000
Furnas	23/08/2025	20.544	499.262	-	-
Furnas	23/08/2026	21.677	498.770	-	-
Furnas	23/08/2027	43.701	996.989	-	-
Furnas	23/08/2027	21.992	498.524	-	-
Furnas	23/08/2028	44.205	996.753	-	-
		152.119	3.490.298	16.853	6.000.000
Debêntures					
Eletrobras	25/04/2024	2.233.550	-	40.090	2.200.000
Eletrobras	15/04/2026	33.306	1.200.000	37.365	1.200.000
Eletrobras	25/04/2026	15.497	1.000.000	18.487	1.000.000
Eletrobras	15/05/2029	5.468	906.463	5.576	866.533
Eletrobras	15/04/2031	17.250	1.768.675	16.817	1.690.763
Eletrobras	15/09/2028	82.304	2.853.424	-	-
Eletrobras	15/09/2031	18.964	1.333.187	-	-
Eletrobras	15/09/2031	18.967	1.333.388	-	-
Eletrobras	15/09/2031	18.967	1.333.388	-	-
Furnas	15/11/2024	152.396	-	155.786	150.001
Furnas	15/11/2029	2.373	1.000.832	2.464	952.777
Furnas	01/07/2038	358.300	5.153.018	145.793	5.067.260
Furnas	15/04/2024	291.964	-	353.111	273.902
Chesf	15/01/2029	23.406	115.247	18.740	132.155
CGT Eletrosul	16/09/2024	223.192	-	9.182	214.545
CGT Eletrosul	15/09/2028	11.999	102.624	11.390	107.610
CGT Eletrosul	16/11/2028	605	364.368	639	348.212
CGT Eletrosul	17/09/2029	5.801	227.231	13.221	199.061
CGT Eletrosul	31/08/2028	10.991	248.531	-	-
Eletronorte	28/06/2028	-	194.444	170.107	111.111
Eletronorte	28/06/2028	-	333.333	252.523	208.333
Eletronorte	30/05/2032	55.641	383.101	-	-
		3.580.941	19.851.254	1.251.291	14.722.263
		3.733.060	29.587.570	1.380.665	27.163.259

O perfil dos empréstimos, financiamentos e debêntures está demonstrado na nota 39.3.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção da dívida em dólar com objetivo de proteger os *bonds* em relação a variação cambial. O valor justo dos derivativos está demonstrado na nota 39.2.

Captação de recursos

Com o objetivo de quitação de passivos mais onerosos e reforço de caixa, em junho de 2023, a controlada Eletronorte realizou a captação de recursos no montante de R\$ 820.000 com prazo de pagamento de 5 anos, sendo o montante de R\$ 140.000 por meio de cédula de crédito bancário firmada com o *China Construction Bank*, com taxa de juros de CDI + 2,00% ao ano e o montante de R\$ 680.000 por meio de nota de crédito à exportação, firmada com o Banco do Brasil, com taxa de juros de CDI + 2,20% ao ano.

Reperfilamento de dívida

Em maio de 2020, a controlada CGT Eletrosul realizou a captação de recursos no montante de R\$ 1.000.000 por meio de cédula de crédito bancário junto ao Banco Bradesco BBI. Em junho de 2023, houve o reperfilamento desta dívida, com a postergação do prazo de pagamento para 5 anos a partir de junho de 2023 e com a redução da taxa de juros CDI + 2,62% ao ano para CDI + 2,17% ao ano. A Eletrobras é garantidora nesta operação.

Emissão de debêntures

Em junho de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o reperfilamento da 1ª emissão de debêntures da Amazonas Geração e Transmissão de Energia, cujo saldo devedor é de R\$ 180.555 e a 2ª emissão de debêntures simples, da Eletronorte, cujo saldo devedor é de R\$ 333.333 e a

outorga de garantia fidejussória, pela Eletrobras, como fiadora e principal pagadora de referidas debêntures.

Com o reperfilamento, houve a postergação do prazo de vencimento destes passivos da Eletronorte em 5 anos a partir de junho de 2023 e com redução das taxas de juros atuais (CDI + 2,75% ao ano para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia e CDI + 2,60 % ao ano para a Eletronorte) no âmbito desses contratos para CDI + 2,17% ao ano.

Emissão de debêntures

Em setembro de 2023, ocorreu a liquidação da oferta pública da Companhia referente à sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, de 7.000.000 de debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na data de emissão, perfazendo o montante de R\$ 7.000.000 na data de emissão sendo (i) R\$ 4.000.000 da primeira série; e (ii) R\$ 3.000.000 da segunda série.

Emissão de notas comerciais

Em setembro de 2023, ocorreu, por parte da controlada Furnas, o encerramento da oferta referente à sua 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em 5 séries, com garantia fidejussória da Companhia, para distribuição pública, no valor total de R\$ 3.500.000, sendo: (i) R\$ 500.000 na 1ª série; (ii) R\$ 500.000 na 2ª série; (iii) R\$ 1.000.000 na 3ª série; (iv) R\$ 500.000 na 4ª série; e (v) R\$ 1.000.000 na 5ª série.

Resgate de notas comerciais

Em outubro de 2023, a Eletrobras realizou o resgate antecipado da totalidade da 1ª Emissão de Notas Comerciais. O valor total pago foi de R\$ 6.284.425.

Reestruturação da dívida

Em novembro de 2023, a controlada SAESA, concluiu a reestruturação da dívida com o BNDES FINEM em conjunto com a Companhia. Esta reestruturação envolveu um aumento de capital de R\$ 2.042.552 recurso utilizado para pré-pagamento aos bancos repassadores no mesmo valor, e a assunção do saldo da dívida com BNDES FINEM pela Eletrobras, no montante de R\$ 11.504.772.

24.1 – Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial em 01 de janeiro	25.952.642	24.605.138	59.106.522	44.015.645
Efeito no fluxo de caixa:				
Captação	7.000.000	6.000.000	11.821.053	8.500.000
Juros Pagos	(2.473.331)	(1.503.945)	(5.512.449)	(3.306.894)
Amortização do Principal	(8.370.362)	(4.048.309)	(13.763.329)	(6.848.652)
Efeito não caixa:				
Efeitos da desconsolidação	-	-	-	(6.380.128)
Juros e encargos incorridos	1.960.124	1.839.881	5.721.589	3.865.933
Variações monetária incorridas	117.841	135.503	211.492	366.669
Variações cambiais incorridas	(82.217)	(502.617)	(89.641)	(515.681)
Ajuste resultante dos contratos com recursos da RGR	558.360	-	558.360	-
Desreconhecimento RGR	13.710	(573.008)	13.710	(573.008)
Ajuste a valor justo	(44.242)	-	(44.242)	-
Aquisição de controle de investidas	-	-	2.753.190	19.979.111
Assunção de dívida	11.504.772	-	-	-
Transferências	-	-	4.035	3.527
Saldo final em 31 de dezembro	36.137.297	25.952.643	60.780.290	59.106.522

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu vencimento assim programado:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 a 2042	Total
Controladora	7.782.422	4.742.720	3.593.407	2.758.839	2.754.652	14.505.257	36.137.297
Consolidado	11.330.847	7.996.447	7.742.228	6.834.676	5.682.482	21.193.610	60.780.290

24.2 – Garantias

A Companhia participa, na qualidade de interveniente garantidora, de diversos empreendimentos de suas investidas controladas e não controladas. A exposição total em garantias é composta pelas garantias fornecidas para coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R\$ 25.756.842 em 31 de dezembro de 2023, apresentadas no quadro abaixo:

EMPRESAS NÃO CONTROLADAS			
Garantidora	Empreendimento/Projeto	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2023	Término da Garantia
Eletrobras	UHE Belo Monte - Norte Energia	13.978.841	2042
Eletrobras	UHE Jirau	3.151.036	2034
Eletrobras	Angra III	3.141.268	2036
Eletrobras	Angra III	2.795.369	2038
Eletrobras	UHE Jirau	871.999	2035
Eletrobras	UHE Sinop	563.615	2038
Eletrobras	Empresa de Energia São Manoel	533.477	2038
Eletrobras	Amazonas Energia	257.153	2026
Furnas	Empresa de Energia São Manoel	101.757	2033
Eletrobras	Angra I	79.146	2027
Chesf	UHE Sinop	75.640	2032
Eletronorte	UHE Sinop	75.640	2032
Eletrobras	Chapada do Piauí II	65.148	2032
Eletrobras	Chapada do Piauí I	64.736	2032
Eletrobras	Caldas Novas Transmissão	2.017	2028
Garantias empresas não controladas		25.756.842	

As garantias fornecidas para as investidas controladas são apresentadas de forma segregada por já constarem seus saldos registrados em financiamentos e empréstimos a pagar.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante garantido para as controladas no valor de R\$17.945.866 é apresentado no quadro abaixo:

EMPRESAS CONTROLADAS

Garantidora	Empreendimento/Projeto	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2023	Término da Garantia
Eletrobras	UHE Santo Antônio	5.512.526	2038
Eletrobras	UHE Teles Pires	1.604.112	2036
Eletrobras	Emissão de Debêntures - Furnas	1.017.764	2029
Eletrobras	Emissão de Nota Comercial - Furnas	1.045.090	2028
Eletrobras	Emissão de Nota Comercial - Furnas	1.044.830	2027
Eletrobras	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 4	729.858	2028
Eletrobras	Belo Monte Transmissora de Energia	603.127	2029
Eletrobras	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 5	583.638	2028
Eletrobras	Emissão de Nota Comercial - Furnas	522.545	2027
Eletrobras	Emissão de Nota Comercial - Furnas	522.415	2026
Eletrobras	Emissão de Nota Comercial - Furnas	521.651	2025
Eletrobras	UHE Teles Pires	439.398	2032
Eletrobras	UHE Santo Antônio	433.894	2030
Eletrobras	Emissão de debêntures - Quitação dos contratos BNDES	333.638	2028
Eletrobras	UHE Santo Antônio	292.212	2024
Eletrobras	Emissão de debêntures - CGT Eletrosul	259.621	2028
Eletrobras	Emissão de debêntures - CGT Eletrosul	228.803	2025
Eletrobras	Complexo Eólico Livramento - Entorno II	205.078	2028
Eletrobras	UHE Simplício	203.838	2026
Eletrobras	Diversos - AmGT	194.647	2028
Eletrobras	Projetos Corporativos Chesf	162.324	2029
Eletrobras	Emissão de Debêntures - Furnas	152.396	2024
Eletrobras	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 3	140.724	2028
Eletrobras	Linha Verde Transmissora	133.144	2033
Eletrobras	Eólicas Casa Nova II e III	129.139	2031
Eletrobras	Projetos Corporativos de Transmissão	115.202	2031
Eletrobras	Transmissora Sul Brasileira de Energia	114.545	2028
Eletrobras	Plano de Investimentos 2012 - 2014	113.230	2029
Eletrobras	Projetos Corporativos de Transmissão	112.830	2034
Eletrobras	UHE Mauá	111.586	2028
Eletrobras	Transmissora Delmiro Gouveia	92.914	2032
Eletrobras	UHE São Domingos	77.536	2028
Eletrobras	UHE Passo de São João	43.560	2026
Eletrobras	Transmissora Delmiro Gouveia	43.518	2031
Eletrobras	UHE Batalha	39.715	2025
Eletrobras	Projetos Corporativos Chesf	35.740	2029
Eletrobras	UHE Baguari	11.381	2026
Eletrobras	RS Energia	11.505	2027
Eletrobras	RS Energia	6.194	2027
Garantias empresas controladas		17.945.866	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha o montante de R\$ 153.945 registrado em seu passivo não circulante referente às provisões para garantias.

24.3 – Obrigações assumidas – *Covenants*

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes à: (i) dívida líquida sobre EBITDA, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), (iii) garantias corporativas, (iv) requisitos para alteração de controle societário e (v) limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve descumprimento de *covenants* no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo inicialmente pelos valores justos, que, nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados.

Para fazer frente aos riscos de eventual execução das garantias fornecidas pela Eletrobras para financiamentos de empresas não controladas, a Companhia provisiona entre 1% e 5% do saldo devedor, considerando o grau de risco envolvido, que é calculado com base no histórico de execução de garantias e no capital circulante líquido da empresa detentora da dívida.

NOTA 25 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

25.1 Compulsório não quitado

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica foi criado pela Lei nº 4.156/1962, com a finalidade de expansão e melhoria do setor elétrico brasileiro, tendo sido arrecadado somente a partir de 1964. Com o advento do Decreto nº 1.512/1976, a incidência do empréstimo compulsório passou, durante o período de 1977 a 1993, a recair somente sobre os grandes consumidores industriais de energia elétrica, assim, considerados aquelas industriais com consumo mensal superior a 2.000 Kwh. Nesta fase, o Empréstimo Compulsório era representado por créditos escriturais, e não mais por obrigações.

A arrecadação ocorreu no período de 1977 a 1993 e a devolução dos créditos foi realizada por meio da entrega de ações preferenciais da Eletrobras, tendo sido realizadas 4 assembleias de conversão em ações dos créditos arrecadados. Porém, alguns contribuintes questionaram a constitucionalidade do Empréstimo Compulsório e depositaram judicialmente os valores do tributo.

A Eletrobras assume a obrigação de devolução do valor principal, registrada no passivo circulante, sendo remunerada à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de atualização monetária desde o levantamento do depósito judicial com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E.

25.2 Implantação de ações

Existe ainda um passivo da Controladora referente ao montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, utilizadas como pagamento em processos judiciais que envolvem correção monetária dos créditos de Empréstimo Compulsório convertidos através das quatro assembleias realizadas pela Eletrobras.

Para ter acesso ao recebimento dos créditos destes processos, os contribuintes necessitam realizar o cadastro no sistema de Solicitações de Ações – SAC, as ações dos contribuintes que não finalizaram esta solicitação, permanecem registradas no patrimônio líquido da Eletrobras, identificadas como “ações com acionistas a identificar”.

A partir de 2008, a Eletrobras utilizou-se do saldo de ações de acionistas ainda não identificados para o pagamento dos processos judiciais de diferenças de correção monetária dos créditos do Empréstimo Compulsório.

Contudo, à luz de novo parecer jurídico, consolidou-se entendimento de que a Eletrobras poderá quitar a obrigação de entregar ações preferenciais B, por meio de aumento de capital ou pela aquisição de idênticas ações no mercado, o que for mais vantajoso.

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	2023	2022
Saldo inicial em 01 de janeiro de	1.289.602	1.216.335
Efeito no fluxo de caixa:		
Pagamento de juros	(4.222)	(11.518)
Efeito não caixa:		
Ingresso de recursos	-	44.746
Implantação de Ações	(38.987)	101.813
Encargos sobre dívida	-	9.360
Atualização monetária	25.558	26.632
Baixas	(14.660)	(97.766)
Saldo final em 31 de dezembro de	1.257.291	1.289.602

Prática contábil

O saldo mantido com empréstimos compulsórios representa a projeção de desembolsos prováveis estimados pela Administração, pelos assessores jurídicos internos e externos. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos judiciais.

NOTA 26 – ENCARGOS SETORIAIS

	CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética – EE	461.631	583.855
Quota RGR	47.293	223.120
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	120.274	122.029
Quota CDE	80.057	28.448
Quota PROINFA	37.786	23.753
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	18.578	15.405
	765.619	996.610
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética – EE	432.322	464.330
Quota RGR	19	28
	432.341	464.358
	1.197.960	1.460.968

26.1 – Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE

As concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em projetos de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

26.2 – Reserva Global de Reversão – RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

26.3 – Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos – CFURH

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 6,75% que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos.

Prática contábil

A Companhia reconhece como obrigações a recolher os encargos setoriais calculados com base na receita bruta do exercício, de acordo com os percentuais estabelecidos pelas leis. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita líquida, como redutores da receita bruta.

NOTA 27 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos do exercício de 2023	1.080.571	-	1.121.391	-
Dividendos do exercício de 2022	-	863.402	-	875.008
Dividendos de exercícios anteriores	29.845	49.616	33.445	49.636
	<u>1.110.416</u>	<u>913.018</u>	<u>1.154.836</u>	<u>924.644</u>

Prática contábil

A Eletrobras possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

As ações preferenciais das classes A e B possuem prioridade no recebimento dos dividendos distribuídos em cada exercício social, estes incidentes à razão de 8% e 6% ao ano, respectivamente, sobre o capital pertencentes a essas espécies e classes de ações, rateados igualmente entre elas.

As ações preferenciais participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos distribuídos em cada exercício social, depois de assegurado às ações ordinárias um dividendo cujo valor seja o menor daqueles atribuído às classes preferenciais. É garantido às ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendos distribuídos no exercício social, por cada ação, pelo menos 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária no respectivo exercício.

NOTA 28 – CONTRATOS ONEROSOS

	CONSOLIDADO		
	Saldo em 31/12/2022	Constituições	Saldo em 31/12/2023
Geração			
Jirau Energia	209.099	729.536	938.635
Omega	-	58.548	58.548
BTG	-	20.284	20.284
Companhia Energética Sinop	-	18.732	18.732
Enerpeixe	-	16.453	16.453
CPFL Energia	-	6.571	6.571
Empresa de Energia São Manoel	-	5.223	5.223
Alpek	-	2.546	2.546
Pedra	-	4.136	4.136
	<u>209.099</u>	<u>862.029</u>	<u>1.071.128</u>
Passivo Circulante	-		120.660
Passivo Não Circulante	<u>209.099</u>		<u>950.468</u>
	<u>209.099</u>		<u>1.071.128</u>

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2021	Constituições	Reversão	Saldo em 31/12/2022
Geração				
Jirau	147.122	61.977	-	209.099
Funil	280.527	-	(280.527)	-
CoaracyNunes	11.032	-	(11.032)	-
	<u>438.681</u>	<u>61.977</u>	<u>(291.559)</u>	<u>209.099</u>
Passivo Circulante	10.517			-
Passivo Não Circulante	<u>428.164</u>			<u>209.099</u>
	<u>438.681</u>			<u>209.099</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 1.071.128 (R\$ 209.099 em 31 de dezembro de 2022) em contratos onerosos. A constituição realizada no exercício refere-se substancialmente ao aumento da taxa de desconto e a redução da curva projetada de preço de venda de energia em comparação ao exercício anterior. O contrato de comercialização com a Jirau Energia, devido ao seu volume e valores de compra pactuados, provisionou um valor adicional de R\$ 729.536.

Prática contábil

No processo de teste de *impairment* dos ativos da Companhia, se verificado contratos de concessão e comercialização de energia cujos custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera ser recebidos ao longo do contrato, a diferença é registrada no passivo, como provisão de contrato oneroso, e na demonstração de resultados, no grupo de provisões operacionais.

Estimativas e julgamentos críticos

Para a projeção dos benefícios econômicos, a Companhia se baseia, principalmente, nos preços futuros de venda de energia elétrica.

NOTA 29 – BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

29.1 – Benefício pós emprego

A Eletrobras e suas controladas oferecem aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos – BD, Contribuição Definida – CD, Contribuição Variável – CV e Benefício Saldado.

Devido à estrutura descentralizada da Companhia, cada controlada patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas da Eletrobras				
Empresa	Planos de benefícios previdenciários			
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X	X
CGT Eletrosul	X		X	X
Chesf	X	X	X	
Eletronorte	X		X	X
Furnas	X		X	X

Atualmente, todos os planos de benefício definido, contribuição variável e contribuição definida estão fechados para adesões de novos participantes. A Companhia aprovou no final do ano de 2023 a manutenção de um único plano CD multipatrocinado, que não atende aos requisitos do CPC 33 – Benefício a empregados por não possuir riscos atuariais.

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;
- Risco de taxa de juros: Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
- Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e
- Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial dos fundos de pensão para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados.

Obrigações de benefício pós-emprego – valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Planos de benefícios previdenciários	832.561	620.691	5.424.163	4.938.491
Planos de saúde e seguro de vida	27.192	59.708	162.635	255.180
Total das obrigações de benefício pós emprego	859.753	680.399	5.586.798	5.193.671
Circulante	-	-	292.990	246.437
Não circulante	859.753	680.399	5.293.808	4.947.234
Total	859.753	680.399	5.586.798	5.193.671

29.1.1 – Planos previdenciários

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Balanço Patrimonial - Planos Previdenciários	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas (a)	2.441.198	2.343.774	29.632.116	27.357.876
Teto do ativo	-	-	1.782.006	1.360.842
(-) Valor justo dos ativos do plano (b)	(1.608.637)	(1.723.083)	(25.989.959)	(23.780.227)
Valores Disponíveis Imediatos	1.429	233	3.801	1.942
Realizáveis	70.653	151.476	520.777	535.595
Investimentos em Renda Fixa	1.733.973	1.607.379	30.720.143	25.680.500
Investimentos em Renda Variável	601.858	570.375	3.110.626	5.066.214
Investimentos Imobiliários	173.802	174.362	650.284	741.066
Investimentos Estruturados	115.238	107.921	855.390	1.281.176
Empréstimos e Financiamentos	67.314	78.166	505.226	652.629
Investimentos no Exterior	-	79.262	-	304.996
Fundo previdencial - Destinação de reserva	-	-	92.504	-
Outros	87.839	79.035	227.507	43.676
(-) Ativos dos planos de contribuição definida	(1.077.837)	(969.278)	(9.443.800)	(9.422.527)
(-) Exigíveis Operacionais	(12.643)	(13.973)	(176.996)	(146.552)
(-) Exigíveis Contingenciais	(35.829)	(30.273)	(228.196)	(215.484)
(-) Fundos de Investimentos	(15.879)	(15.913)	(222.948)	(174.479)
(-) Fundos Administrativos	(70.653)	(70.271)	(520.777)	(454.391)
(-) Fundos Previdenciais	(30.628)	(25.418)	(103.582)	(114.134)
Passivo (Ativo) líquido	832.561	620.691	5.424.163	4.938.491

Demonstração do Resultado - Planos Previdenciários	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo do serviço corrente	159	45	39.001	42.245
Custos dos juros líquidos	230.224	251.569	2.703.475	2.622.700
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	230.383	251.614	2.742.476	2.664.945

(a) Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Saldo em inicial em 01 de janeiro de	2.343.774	2.772.801	27.357.876	32.654.956
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	-	-	-	(4.024.043)
Custo de serviço corrente	159	45	39.001	42.245
Juros sobre a obrigação atuarial	230.224	251.569	2.703.475	2.622.700
Benefícios pagos durante o exercício	(262.672)	(263.423)	(2.635.428)	(2.537.463)
Contribuições Normais do Participante	34	466	11.952	(8.061)
Custo de Serviço Passado	-	(33.594)	-	(33.594)
Ganho/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	129.679	(384.090)	2.155.240	(1.358.864)
Ganhos/Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	135.778	(145.042)	1.996.962	(1.897.919)
Ganhos/Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(6.102)	(239.046)	158.278	539.055
Saldo final em 31 de dezembro de	2.441.198	2.343.774	29.632.116	27.357.876

(b) Valor justo dos ativos do plano

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos em empreendimentos imobiliários, para aluguel e renda, são determinados pelo método comparativo direto de dados de mercado, com a adoção dos procedimentos matemáticos recomendados pelas NBR-14653-1 e 2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Saldo em inicial em 01 de janeiro de	1.723.083	1.923.035	23.780.227	27.983.826
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	-	-	-	(3.664.089)
Benefícios pagos durante o exercício	(262.672)	(263.423)	(2.635.428)	(2.537.463)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	34	466	-	(8.061)
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	19.579	29.542	476.899	287.381
Ganho/Perda sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(39.038)	(158.753)	2.012.962	(526.396)
Rendimento esperado dos ativos no ano	167.651	192.216	2.355.299	2.245.029
Saldo final em 31 de dezembro de	1.608.637	1.723.083	25.989.959	23.780.227

29.1.2 – Hipóteses atuariais e econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

	Hipóteses Econômicas	
	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,22% a 6,62%	5,42% a 6,17%
Projeção de aumento médio dos salários	1,00% a 2,01%	1,00% a 2,01%
Taxa média de inflação anual	4,00%	4,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	4,00%	4,00%

(a) representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

Hipóteses Demográficas		
	31/12/2023	31/12/2022
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 (segregada por sexo), suavizada entre 10% e 25% e BR-EMSSb-v.2015 M&F	AT-2000 Segregada por sexo e suavizada em 10%; AT-2000 Feminina (Agravada em 15%); AT-2000 Segregada por sexo; AT-2000 Basic, segregada por sexo; AT-2000 Masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 (feminina), RP-2000 Disabled (segregada por sexo), RRB-1983, segregada por sexo, AT-49 Masculina RRB-1983, segregada por sexo Winklevoss, desagravada em 20% MI-85, segregada por sexo, e AT-83 IAM MMI-85, segregada por sexo.	RRB-1983; AT-49 Desagravada em 2 anos; AT-49 Basic Segregada por sexo; MI-2006 Segregada por sexo e suavizada em 10%; MI 85 por sexo; AT-83 (IAM) Masculina
Tábua de invalidez	Álvaro Vindas, Álvaro Vindas, suavizada em 50%, Light Fraca, Grupo Americana e TASA 1927, agravada em 20%.	Light Fraca; Álvaro Vindas Suavizada em 50%; Álvaro Vindas; TASA 1927; TASA 1927 agravada em 20%; Light (Média)

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos dos planos previdenciários em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 128.613 positivo (R\$ 33.464 positivo em 2022) na Controladora e R\$ 4.368.261 positivo (R\$ 1.718.633 positivo em 2022) no Consolidado.

29.1.3 – Planos de saúde e seguro de vida

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Balanço Patrimonial	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações atuariais (a)	27.192	59.708	162.635	255.181
Passivo (Ativo) líquido	27.192	59.708	162.635	255.181

Demonstração do Resultado	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo do serviço corrente	9.652	118	9.652	757
Custos dos juros líquidos	6.210	3.443	16.404	20.741
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	15.863	3.561	26.057	21.498

(a) Valor presente das obrigações atuariais

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referentes aos planos de saúde e seguro de vida, são as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Saldo em inicial em 01 de janeiro de	59.708	35.689	255.181	245.457
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	-	-	-	(25.745)
Custo de serviço corrente	9.652	118	9.652	757
Juros sobre a obrigação atuarial	6.210	3.443	16.404	20.741
Benefícios pagos no ano	(216)	(180)	(6.966)	(10.350)
Ganho/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(48.162)	20.638	(111.636)	24.320
Ganhos/Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(3.412)	-	(10.920)	38.026
Ganhos/Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	3.617	(7.358)	28.221	(21.655)
Ganhos/Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(48.367)	27.994	(128.937)	7.948
Saldo final em 31 de dezembro de	27.192	59.708	162.635	255.180

29.1.4 – Resultados consolidados atuariais

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários, planos de saúde e seguros de vida reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ganhos/Perdas atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Planos de benefícios previdenciários, planos de saúde e seguro de vida	(119.988)	203.953	134.895	660.673

29.1.5 – Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2023, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 2.256 (R\$ 2 em 2022) e R\$ (R\$ 3.683 em 2022) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2023, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD atingiram R\$ 17.323 (R\$ 29.541 em 2022) e R\$ 414.421 (R\$ 283.697 em 2022) no Consolidado.

A Controladora espera contribuir com R\$ 20.264 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício e R\$ 493.591 no Consolidado.

A *duration* média ponderada da obrigação de benefício definido da Controladora é de 7,65 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 8,36 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

Programa Previdenciário	CONTROLADORA					Total
	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	
Controladora	240.589	222.176	204.684	188.082	1.585.667	2.441.197
Consolidado	2.672.166	2.408.819	2.244.183	2.091.416	20.215.533	29.632.116

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Controladora

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 154.032 ou aumento de R\$ 178.670, respectivamente; e
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 512 ou teria uma redução de R\$ 363, respectivamente.

Consolidado

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 3.248.553 ou aumento de R\$ 1.628.493, respectivamente; e

- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 105.768 ou teria um redução de R\$ 98.656, respectivamente.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Cenário I (+1%)	Cenário II (-1%)	Cenário I (+1%)	Cenário II (-1%)
Obrigação de benefício definido	(154.032)	178.671	(3.248.553)	1.628.493
Expectativa de crescimento salarial	512	(363)	105.768	(98.656)

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

29.1.6 – Avaliação do *Risk Sharing*

Nos planos denominados BD Eletrobras, CD Eletrobras, BD Eletrosul, CD Eletrosul, BD CGTEE, CD Chesf, BD Furnas e CD Furnas as contribuições extraordinárias para o equacionamento de insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios são de responsabilidade da Companhia e dos participantes e assistidos dos planos de benefícios, observando-se a paridade nas contribuições, conforme as previsões constantes nos respectivos regulamentos dos planos de benefícios.

Nos planos denominados BD Chesf e BS Chesf, a controlada Chesf responde pelo custeio integral das contribuições extraordinárias para a cobertura de insuficiências patrimoniais, conforme previsto nos regulamentos desses planos de benefícios. Ambos os planos são na modalidade de benefício definido e se encontram em extinção. A parcela do valor presente do saldamento, correspondente aos assistidos existentes no plano BD Chesf, na data efetiva dos planos CD Chesf e BS Chesf é um compromisso especial de responsabilidade da patrocinadora. O mesmo ocorre com a parcela do valor presente do benefício saldado não coberto pelo patrimônio do plano BS Chesf na data efetiva do plano. Os valores das contribuições extraordinárias são objeto de contratos de dívida específicos firmados entre a Chesf e a Fachesf, de acordo com as regras especificadas na Resolução CNPC nº 30, de 2018, Resolução CNPC nº 42, de 2021 e Resolução Previc nº 23, de 2023. As questões relacionadas ao custeio extraordinário destes planos estão sendo objeto de estudo pela Eletrobras.

Segundo a legislação que rege a previdência privada no Brasil, as contribuições extraordinárias para equacionamento de insuficiências patrimoniais apuradas nos planos de benefícios devem ser obrigatoriamente objeto de contrato de dívida específico, no qual são estabelecidas as condições de pagamento e a proporção contributiva a ser observada entre o patrocinador e participantes e assistidos, de acordo com a proposta de equacionamento aprovada nos órgãos de governança da entidade de previdência privada, respeitando-se, sempre, as normas estabelecidas nos regulamentos dos planos.

Nas decisões judiciais que envolvem os planos de benefícios ou o plano de gestão administrativa, imputando responsabilidade financeira ao patrocinador é respeitada a proporção contributiva estabelecida nos regulamentos dos planos, exceto em casos nos quais eventualmente seja questionada a própria proporção contributiva. Desta forma, ainda no caso de decisões judiciais é respeitada a proporção contributiva entre patrocinadores e participantes e assistidos, apesar de ter um histórico de inadimplência dos participantes decorrentes de ações judiciais questionando as contribuições extraordinárias.

A Companhia, com base nas premissas destacadas acima, está realizando estudos para adotar o *risk sharing* nas suas obrigações relacionadas aos planos de previdência privada, sendo que esse estudo irá incluir a segurança jurídica e atuarial para reconhecer as repartições das obrigações pelo custeio do passivo atuarial em cada um dos planos de benefícios que patrocinam, bem como a análise das contribuições extraordinárias que tem sido objeto de inadimplemento por uma parcela dos participantes.

A Companhia espera ter as conclusões e o plano de equacionamento no exercício de 2024.

29.2 - Obrigações com pessoal

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Provisão de férias	38.037	60.403	221.194	359.243
Programa de demissão voluntária	26.173	25.008	280.246	1.018.275
Folha de pagamento	56.999	881	223.348	413.758
Encargos sobre férias	-	14.693	118.124	189.729
Provisão 13º salário	2.801	-	5.189	-
Participações nos Lucros/Resultados	59.087	15.508	679.933	227.605
Encargos sobre 13º salário	-	1.662	15.981	5.785
Contribuição previdenciária	10.962	46.231	17.313	54.087
Outros	19.708	1.951	73.605	50.072
	<u>213.767</u>	<u>166.337</u>	<u>1.634.933</u>	<u>2.318.554</u>
Não circulante				
Programa de demissão voluntária	-	-	-	4.697
	<u>213.767</u>	<u>166.337</u>	<u>1.634.933</u>	<u>2.323.251</u>

29.3 - Benefícios de longo prazo – Remuneração baseada em ações

A Companhia possui Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações ("Plano de Opções de Compra de Ações") e Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas ("Plano de Ações Restritas").

29.3.1 - Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações

O Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações visa possibilitar a incorporação de incentivos de longo prazo, associados ao cumprimento de metas, alinhando os interesses entre a Companhia, seus acionistas e os Beneficiários, na medida em que os potenciais ganhos e riscos do desempenho da Companhia serão compartilhados, o que contribuirá, em especial, para o desenvolvimento de uma cultura profissional de alta performance e para a tomada de decisões que privilegiem resultados de longo prazo, superação das metas e criação de valor e o crescimento sustentável da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a despesa reconhecida no resultado do exercício em 2023 correspondente ao Plano de ações foi de R\$ 11.898.

29.3.2 - Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas

O Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas ("Plano de Ações Restritas"), visa (i) reter talentos da Companhia que demonstraram sólido desempenho de alta performance e detêm qualificações e perfis profissionais alinhados à nova etapa da Companhia; (ii) auxiliar na atração de novos talentos para posições chave no âmbito do processo de reestruturação da Eletrobras em curso; e (iii) incentivar o desenvolvimento e crescimento sustentável da Companhia e a maximização de valor a longo prazo, em alinhamento com as alavancas de valor da capitalização.

Em 31 de dezembro de 2023, baseado na apuração das premissas de desempenho e condições financeiras, a despesa reconhecida no resultado do exercício em 2023 correspondente ao Plano de ações foi de R\$ 28.614.

Prática contábil

Planos previdenciários

A Eletrobras e suas controladas patrocinam planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável.

- Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

A Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

- Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Obrigações com pessoal

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

Benefícios de longo prazo – Remuneração baseada em ações

Os programas de remuneração de longo prazo com base em ações são liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total das despesas é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos são atendidas.

Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos benefícios aos empregados é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos.

NOTA 30 – PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas cível e trabalhista, que se encontram em vários estágios de julgamento. As principais ações se referem a:

- Processos cíveis – Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) Valor do principal e correção dos juros remuneratórios e de mora sobre o Empréstimo Compulsório, (ii) processos decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplementos, (iii) ações cíveis ligadas à relação de consumo, relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição de consumo e cobranças indevidas;
- Processos trabalhistas – Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) ações movidas por empregados de quadro próprio de empresas prestadoras de serviço, (ii) ações vinculadas a questões ligadas às relações de trabalho e emprego;
- Processos tributários – Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) compensações não homologadas de PIS e COFINS, (ii) cobrança de contribuição previdenciária indevida, (iii) autuações pela escrituração extemporânea de créditos de ICMS, exigências de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de crédito de ICMS em razão dos subsídios CCC, além de execuções fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa de iluminação pública paga, (iv) apuração e compensações de prejuízos fiscais relacionados ao IRPJ e à CSLL;
- Processos regulatórios – Destacam-se as ações em que são discutidas questões relacionadas a caducidade de contratos de concessão; e
- Processos ambientais – Destacam-se as ações em que são discutidas questões relacionadas aos licenciamentos e danos ambientais de operações e projetos da Companhia.

30.1 – Provisões para litígios

A Eletrobras e suas controladas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Cíveis	1.986.394	2.639.850	2.282.579	2.702.135
Trabalhistas	6.667	6.861	8.294	7.026
	<u>1.993.061</u>	<u>2.646.711</u>	<u>2.290.873</u>	<u>2.709.161</u>
Não Circulante				
Cíveis	15.307.478	21.818.356	20.550.810	26.945.065
Trabalhistas	291.074	265.692	2.283.424	2.069.861
Tributárias	-	-	784.408	586.489
Regulatórios	-	-	526.628	945.790
Ambientais	-	-	105.549	76.353
	<u>15.598.552</u>	<u>22.084.048</u>	<u>24.250.819</u>	<u>30.623.558</u>
	<u>17.591.613</u>	<u>24.730.759</u>	<u>26.541.692</u>	<u>33.332.719</u>

As provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro 2023, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>24.730.759</u>	<u>33.332.719</u>
Aquisição de controle de investida	-	272.956
Reversão de provisões	(1.946.721)	(1.290.182)
Atualização monetária	1.311.588	1.533.905
Transferência para acordo judicial	(3.825.597)	(3.825.597)
Liquidações	(2.678.416)	(3.482.109)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>17.591.613</u>	<u>26.541.692</u>

Os litígios, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada provável, são apresentadas a seguir:

30.1.1 – Cíveis

Em 31 de dezembro de 2023 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais cíveis com a estimativa provável de perdas de R\$ 22.833.389 (R\$ 29.647.200 em 31 de dezembro de 2022). Destacam-se:

- **Empréstimo Compulsório**

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Eletrobras, no qual o maior número de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Controladora, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil. Em 31 de dezembro de 2023, a Eletrobras possuía 3.374 processos provisionados relativos a este tema específico de correção monetária de créditos escriturais (3.703 processos em 31 de dezembro de 2022). Para maiores informações, vide nota 25.

A Eletrobras, no âmbito desses processos, tem registrado provisões referentes à: (i) diferença de principal decorrente de critério de correção monetária, (ii) juros remuneratórios reflexos; e (iii) aplicação de juros moratórios (substancialmente a taxa SELIC, incidente sobre principal, correção dos juros pagos e juros remuneratórios).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecida uma reversão, líquida de provisão, no montante de R\$ 1.937.088, totalizando uma provisão de R\$ 17.263.567 (R\$ 24.424.204 em 31 de dezembro de 2022), referente aos processos do empréstimo compulsório. Essa reversão decorre substancialmente de acordos judiciais celebrados pela Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
Principal	4.231.929	6.150.499
Correção dos juros pagos	24.475	39.902
Juros remuneratórios	2.637.436	4.040.093
Juros moratórios	9.521.203	13.081.861
Honorários advocatícios	749.652	1.028.103
Outras verbas	98.872	83.747
Total	17.263.567	24.424.205

• Empréstimo compulsório – Acordos judiciais

No âmbito da provisão relacionada ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica (ECE), a Companhia vem adotando providências para mitigar os riscos envolvidos.

Nesse contexto, a Eletrobras criou o Comitê Executivo de Empréstimo Compulsório com objetivo de buscar acordos judiciais favoráveis economicamente e quitação plena dos referidos processos. Em decorrência dessas negociações, a Eletrobras obteve no ano de 2023, a redução dessa obrigação no valor de R\$ 3.895.596, sendo que R\$ 1.954.876 impactou positivamente o resultado em função dos acordos que já foram assinados. Após a transferência para rubrica “empréstimo compulsório – acordos”, foram efetivados pagamentos no montante de R\$ 2.923.987, no âmbito de acordos que já tiveram as respectivas homologações judiciais, com o devido trânsito em julgado.

Em dezembro de 2023, permanece a obrigação referente aos acordos do empréstimo compulsório no valor atualizado de R\$ 896.746.

• Nulidade parcial de aditivo – Fator K de correção analítica de preços (Chesf)

A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor histórico de aproximadamente R\$ 350.000, em dobro. As rés, além de contestarem o feito, ajuizaram, em paralelo, reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela empresa. O fator K refere-se a cobrança de um índice de reajuste de preços em face a necessidade de compensar os efeitos inflacionários causados pelos planos econômicos instituídos no final da década de 1980. Os efeitos dos reajustes dos preços trouxeram prejuízos para a empresa, ensejando superfaturamento dos valores, além de inexistir previsão no edital da contratação do Consórcio. Não há previsão de tempo para o desfecho completo desta lide.

Considerando que o processo de liquidação de sentença e a consequente execução provisória promovidos contra a controlada Chesf foram extintos por decisão do Superior Tribunal de Justiça, a Chesf está apurando os prejuízos a ela causados pelos bloqueios de suas contas promovidos durante a referida execução provisória para adoção das providências cabíveis quanto ao eventual ressarcimento por danos por ela sofridos.

A Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, atualizou a provisão em seu passivo não circulante, no montante de R\$ 2.118.528 (R\$ 2.067.368, em 2022).

30.1.2 – Tributárias

Em 31 de dezembro de 2023 a Eletrobras e suas controladas possuem ações tributárias de R\$ 784.408 (R\$ 586.489 em 31 de dezembro de 2022), sendo esta, a estimativa provável de perda decorre principalmente em razão do processo de Auto de infração – PIS e COFINS na controlada Furnas, sendo os demais processos pulverizados:

- **Auto de infração – PIS/COFINS**

O montante classificado com prognóstico de perda provável, e integralmente depositado em juízo, é R\$ 202.475 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 189.208 em 31 de dezembro de 2022). O processo refere-se a uma ação anulatória, a União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o auto de infração, mas o juiz suspendeu o seu andamento até que a questão seja definitivamente analisada na ação Anulatória proposta por Furnas, que foi inicialmente, proposta por Furnas contra a União Federal com a finalidade de questionar a cobrança final decorrente de auto de infração que apontou incompatibilidade entre os valores de PIS/COFINS informados por meio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACon) no exercício de 2010. Furnas tinha o entendimento de que as receitas recebidas pelo uso da rede elétrica de Itaipu seriam isentas, não as submetendo à incidência do PIS/COFINS. O pedido de Furnas foi julgado improcedente, porém a Empresa apresentou recurso de apelação e aguarda julgamento.

30.1.3 – Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais trabalhistas de R\$ 2.291.718 (R\$ 2.076.887 em 31 de dezembro de 2022), sendo esta, a estimativa provável de perda destes processos.

30.2 – Passivos contingentes

Adicionalmente, a Eletrobras e suas controladas possuem processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	8.015.341	8.726.253	29.537.849	27.507.399
Trabalhistas	982.275	928.911	2.297.320	2.284.664
Tributárias	-	-	11.176.242	10.400.731
Ambientais	-	-	2.510.300	1.811.883
Regulatórios	-	-	1.117.418	1.602.258
Fundiárias	-	-	384.737	345.879
	<u>8.997.616</u>	<u>9.655.164</u>	<u>47.023.866</u>	<u>43.952.814</u>

Os processos possíveis tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro 2023, a seguinte evolução:

30.2.1 – Principais Processos – Cíveis

Em 31 de dezembro de 2023 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais cíveis de R\$ 29.537.849 (R\$ 27.507.399 em 31 de dezembro de 2022), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão. Destacam-se:

- **Nulidade do acordo sindical (Chesf)**

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal – MPF onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da Verba de Manutenção Temporária – VMT) para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como para determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudiciais e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando aos benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento, sendo distribuídos por dependência em novembro de 2016 ao relator Desembargador Federal.

Em dezembro de 2016 encontrava-se concluso para relatório e voto. Em 21 de fevereiro de 2020, o processo foi migrado para o sistema Processo Judicial Eletrônico (Pje). Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante atualizado de R\$ 4.549.567 (R\$ 4.159.029, em 31 de dezembro de 2022).

- **Ação Civil Pública – Ministério Público Federal da Bahia (Chesf)**

Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal da Bahia, cujo objeto consiste no reconhecimento da existência de ocupantes da área inundada que não foram reassentados em projetos de irrigação, fazendo jus a todo o previsto no Acordo de 1986 entre a Chesf e as comunidades envolvidas na construção da Barragem de Itaparica. O processo tramita perante a Vara Federal em Paulo Afonso – BA, estando atualmente em fase recursal no TRF 1ª Região (TRF1). Houve liminar deferida em favor do Ministério Público, que foi cassada pelo TRF1. A sentença foi favorável à tese de decadência e existe precedente no STJ contrário à pretensão do MPF. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como “possível”, e tem como valor pedido atualizado o montante de R\$ 4.135.073 (R\$ 3.772.158, em 31 de dezembro de 2022).

- **Cobrança de supostos prejuízos aos consumidores finais (Chesf)**

Trata-se de ação civil pública manejada pela ANEEL com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada – ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471. A Chesf recebeu a citação, tendo apresentado contestação ao feito em dezembro de 2015. Apresentada réplica pela ANEEL, o juiz indeferiu produção de provas requeridas pela Chesf. O MM. Juízo determinou a intimação do MPF para manifestação a qual foi realizada. A Chesf peticionou para suspensão do processo, face estratégia de levar o caso à Conciliação da Administração Pública Federal da Advocacia Geral da União – CCAF/AGU. Em dezembro de 2017 o pedido de suspensão foi deferido, pelo prazo de 6 meses. Foi protocolado requerimento para a CCAF/AGU em março de 2018. Houve audiência de conciliação, na qual as partes não demonstraram interesse em conciliar. O processo encontrava-se concluso para sentença desde dezembro de 2018. Em setembro de 2019, foi proferida sentença por meio da qual a demanda foi julgada parcialmente procedente para condenar a Chesf ao ressarcimento dos valores pagos pela CCEE. O Juízo sentenciante consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da Chesf estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença. Em novembro de 2019, foi interposta apelação pela ANEEL. No mesmo mês, foi determinada a migração do processo para o Pje, não tendo sido ainda iniciada a contagem de prazo para recurso da Chesf, em virtude da ausência de publicação da sentença.

Em 26 de março de 2020 as partes foram intimadas a se manifestar sobre a conformidade dos autos digitais com os autos físicos e o cumprimento de eventual ato já praticado nos autos físicos. Em 08 de maio de 2020 a Chesf interpôs embargos de declaração. Em 31 de dezembro de 2020, a ANEEL apresentou impugnação aos embargos de declaração opostos pela Chesf.

Em outubro de 2021 o Ministério Público Federal pugna pelo acolhimento da preliminar de julgamento extra petita. No mérito, a manifestação é pelo não provimento dos recursos. Não há condições de se avaliar, no presente momento, qual seria o desfecho da causa, vez que essa é a primeira ação no País a tratar do tema (não existe histórico no Brasil de ingresso de ações coletivas com conteúdo semelhante).

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R\$ 2.455.511 (R\$ 2.252.254, em 31 de dezembro de 2022).

- **Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. (Chesf)**

Em outubro de 2022 foi publicado acórdão referente ao julgamento dos embargos de declaração opostos pela Chesf no âmbito do processo movido pela Energia Potiguar contra a Chesf no qual foi mantida a decisão que anulou o julgamento anterior que havia sido favorável à Chesf e, na mesma sessão, julgou novamente os recursos de apelação interpostos pelas partes contrárias confirmando a sentença que condenou a Chesf ao pagamento de indenização por força dos prejuízos ocasionados pelo suposto atraso na entrega da linha de transmissão 230 kV Extremoz II – João Câmara II, integrante do Contrato de Concessão nº 019/2010.

Em dezembro de 2023, foi publicado o acórdão no qual os Ministros da 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, à unanimidade, conheceram do Agravo interposto pela Chesf para dar provimento ao seu Recurso Especial, anulando a decisão que lhe era desfavorável e determinando novo julgamento pelo Tribunal de Justiça, o que ainda não ocorreu. Considerando a última posição da ação judicial, o processo foi classificado como de risco possível, pelo valor estimado de R\$ 673.210 (R\$ 611.987, em 31 de dezembro de 2022).

30.2.2 – Principais Processos – Tributárias

Em 31 de dezembro de 2023 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais tributárias com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 11.176.242 (R\$ 10.400.731 em 31 de dezembro de 2022). Destacam-se:

- **Auto de Infração – PIS e COFINS (Furnas)**

Trata-se de processo administrativo, pleiteado pela Fazenda Nacional contra a Furnas, referente ao auto de infração lavrado em função de suposta insuficiência de recolhimento para o PIS/COFINS tendo em vista que Furnas excluiu da apuração as seguintes receitas: Exclusão da RGR da base de cálculo; Receitas de transmissão Itaipu (exclusão da base de cálculo); Inclusão como receita financeira, no mês de dezembro de 2007, da receita proveniente do passivo atuarial mantido junto à FRG. Ademais, a autuação compreende valores que deixaram de ser recolhidos a título de PIS e COFINS em razão da empresa ter procedido à compensação sem apresentação do documento hábil, o PER/DCOMP. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) julgou improcedente o Recurso Voluntário de Furnas, restando apenas a matéria relativa à exclusão da RGR que permanece em análise no CARF no processo originário. As demais matérias foram definitivamente julgadas em sede administrativa. Furnas apresentou garantia para possibilitar a emissão de Certidão e levar a discussão para a esfera judicial. O valor total classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 1.730.503 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.645.510 em 31 de dezembro de 2022).

Prática contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Companhia.

Os depósitos judiciais são mensurados inicialmente pelos seus valores nominais e subseqüentemente atualizados monetariamente por índices determinados pelos tribunais de justiça, que variam em função da natureza da ação judicial. A redução do saldo ocorre quando há levantamentos de depósitos, seja pela empresa ou pela contraparte.

Estimativas e julgamentos críticos

A avaliação de riscos é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

NOTA 31 – OBRIGAÇÕES DA LEI Nº 14.182/2021

A Lei nº 14.182/2021 determinou as condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo às controladas Furnas, Eletronorte e Chesf obrigações de: (i) pagamento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e (ii) implementação de programas de revitalização das bacias hidrográficas e projetos na Amazônia Legal.

	CONSOLIDADO		
	Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	Revitalização das Bacias Hidrográficas	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	29.755.493	6.903.961	36.659.454
Efeito no fluxo de caixa:			
Amortização do principal	(583.624)	(850.112)	(1.433.736)
Juros pagos	(36.976)	(33.239)	(70.215)
Efeito não caixa:			
Atualização monetária	1.384.392	331.760	1.716.152
Encargos	2.292.321	355.430	2.647.751
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	32.811.606	6.707.800	39.519.406
Circulante	1.241.242	919.934	2.161.176
Não circulante	31.570.364	5.787.866	37.358.230

	CONSOLIDADO		
	Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	Revitalização das Bacias Hidrográficas	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Efeito no fluxo de caixa:			
Adição	33.735.216	6.693.921	40.429.137
Juros pagos	(22.731)	-	(22.731)
Amortização do principal	(5.251.610)	-	(5.251.610)
Efeito não caixa:			
Atualização monetária	197.580	23.017	220.597
Encargos	1.097.038	187.023	1.284.061
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	29.755.493	6.903.961	36.659.454
Circulante	597.722	874.940	1.472.662
Não circulante	29.157.771	6.029.021	35.186.792

Em abril de 2023, foi realizada o pagamento da segunda parcela à CDE, no montante de R\$ 620.600, conforme Resolução CNPE 30, de 21 de dezembro de 2021 e no âmbito do processo de desestatização da Companhia.

As parcelas das obrigações, não circulantes, com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas têm seus vencimentos a valor presente, com taxas anuais de 7,60% e 5,67%, respectivamente, assim programados:

	CONSOLIDADO		
	Conta de Desenvolvimento Energético ¹	Revitalização das Bacias Hidrográficas ²	Total
2025	1.774.589	892.010	2.666.599
2026	2.311.307	863.980	3.175.287
2027	2.778.988	837.455	3.616.443
2028	2.676.621	812.353	3.488.974
Após 2028	22.028.859	2.382.068	24.410.927
	31.570.364	5.787.866	37.358.230

¹ Vencimento em 2047; e

² Vencimento em 2032.

O fluxo nominal de pagamentos (valores futuros) das obrigações da Lei 14.182/2021, determinados pela Resolução CNPE 015/2021, corrigidos monetariamente pelo IPCA. Estão divulgados na nota de instrumentos financeiros, vide nota 39.

Prática contábil

As obrigações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras) foram reconhecidas inicialmente a partir dos valores apresentados na Resolução CNPE 015/2021, alterada Pela Resolução CNPE 030/2021. Subsequentemente, essas obrigações são atualizadas pelos juros transcorridos, pela atualização monetária (IPCA) e pelos pagamentos realizados.

A taxas de juros das obrigações não foram apresentadas diretamente na Resolução CNPE 015/2021, em razão disso, foram calculadas, de forma implícita, a partir do valor presente das obrigações, do fluxo futuro de pagamentos e do prazo de pagamento.

Os juros e as atualizações monetárias transcorridas são registrados na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

NOTA 32 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra e venda de energia elétrica são:

Compromissos	CONSOLIDADO					
	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029
Venda de energia	12.094.553	8.107.099	6.092.008	4.780.884	9.452.610	23.238.136
Compra de energia	2.680.370	2.206.182	2.183.270	1.923.612	4.014.300	12.098.509
Relacionados a controladas em conjunto	148.086	-	-	-	-	-
Aquisições de imobilizados	10.659.339	13.837.958	6.790.375	4.540.692	638.549	1.158.755
Fornecedores de combustíveis	3.683.717	3.683.717	3.449.562	3.449.562	3.449.562	3.162.100
Construção	2.488	2.666	1.451	1.775	399	1.158
Socioambientais	37.899	37.899	37.899	37.899	37.899	37.860

Prática contábil

A Companhia apresenta os compromissos para aquisição de imobilizado e os compromissos relacionados com seus empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) separadamente do valor de outros compromissos, de acordo com os requerimentos das normas contábeis CPC 27/IAS 16 – Ativo imobilizado e CPC 45/IFRS 12 – Divulgação de Participações em outras Entidades. Além disso, também são apresentados os compromissos de compra e venda de energia, e compras com fornecedores de combustíveis.

NOTA 33 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

33.1 Capital social integralizado

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 69.991.640 (R\$ 69.705.554 em 31 de dezembro de 2022) e suas ações não têm valor nominal.

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

ACIONISTA	31/12/2023										
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS						CAPITAL TOTAL		
	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%	Golden Share	%	QUANTIDADE	%	
União	667.888.884	32,95	-	-	493	-	-	1	100,00	667.889.378	28,95
BNDES	74.545.264	3,68	-	-	18.262.671	6,52	-	-	-	92.807.935	4,02
BNDESPAR	71.956.435	3,55	-	-	18.691.102	6,68	-	-	-	90.647.537	3,93
BlackRock	67.106.823	3,31	-	-	13.192.750	4,71	-	-	-	80.299.573	3,48
GIC Private	129.798.537	6,40	-	-	7.827.820	2,80	-	-	-	137.626.357	5,97
American Depositary Receipts – ADR's	48.196.314	2,38	-	-	5.500.339	1,96	-	-	-	53.696.653	2,33
Radar Gestora de Recursos	349.732,00	0,02	-	-	30.260.076	10,81	-	-	-	30.609.808	1,33
Outros	967.169.509,00	47,71	146.920	100,00	186.206.142	66,52	-	-	-	1.153.522.571	49,99
	2.027.011.498	100,00	146.920	100,00	279.941.393	100,00	-	1	100,00	2.307.099.812	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

33.2 Ações em tesouraria

33.2.1 Incorporação de ações

O objetivo desta operação foi de tornar a Eletrobras a única acionista das subsidiárias Furnas, Chesf, Eletronorte e CGT Eletrosul, proporcionando aos acionistas minoritários das controladas a opção de migrar para a base acionária da Eletrobras ou exercer o direito de retirada. No processo de incorporação de ações, a Eletrobras emitiu 5.872.034 ações ordinárias, aumentando o capital social em R\$ 286.086. Permanecem na tesouraria da Companhia 3.451.692 ações ordinárias, no montante de R\$ 168.168, decorrentes do exercício do direito de retirada dos acionistas que não migraram para a estrutura acionária da Eletrobras (acionistas dissidentes).

33.2.2 Recompra de ações

O programa de recompra de ações tem por objetivo adquirir ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital da Companhia. O prazo máximo para liquidação das operações é de até 18 meses.

O preço médio das recompras de ações realizadas ao longo do exercício de 2023 foi de 36,19 reais para as ações ordinárias (ON) e de 39,07 reais para as ações preferenciais série B (PNB).

A seguir, encontra-se quadro contemplando a totalidade das ações em tesouraria:

	31/12/2023		
	CLASSE	QUANTIDADE	VALOR
Recompra de ações	ON	46.770.200	1.692.434
Ações restritas	ON	(438.552)	(13.595)
Ações emitidas	ON	3.451.692	168.168
Acionistas dissidentes	PNA	4.361	212
Recompra de ações	PNB	7.032.800	274.784
Acordo Empréstimo Compulsório	PNB	(195.000)	(7.747)
			2.114.256

33.3. Reserva de Capital

Esta reserva é constituída pelos excedentes de capital acumulado, que têm sido permanentemente investidos pela Companhia, mais os instrumentos patrimoniais outorgados, decorrentes dos programas de incentivos de longo prazo, vide 29.3.

33.4. Reservas de lucros

33.4.1 – Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

33.4.2 – Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

33.4.3 – Reservas Estatutárias

A Assembleia Geral destinará, além da reserva legal, calculados sobre os lucros líquidos do exercício:

Até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado à reserva para investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

33.5 Remuneração aos acionistas

O estatuto da Eletrobras estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

A seguir a distribuição dos resultados, imputados aos dividendos mínimos, nos termos da legislação aplicável, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária:

Destinação do Exercício	31/12/2023	31/12/2022
Saldo para destinação do exercício	4.549.774	3.635.377
Reserva Legal	(227.489)	(181.769)
Dividendos Obrigatórios	(1.080.571)	(863.402)
Dividendos Adicionais Propostos	(216.114)	-
Subtotal a distribuir	3.025.600	2.590.206
Constituição de reservas estatutárias e retenção de lucros	(3.025.600)	(2.590.206)
Saldo a Distribuir do exercício	-	-

Prática contábil

Representa as ações ordinárias e as ações preferenciais integralizadas e é classificado no patrimônio líquido.

NOTA 34 – RESULTADO POR AÇÃO

(a) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Eletrobras e sua média ponderada da quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. As ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio (JCP) quanto às ações ordinárias.

31/12/2023				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	4.237.649	318	643.822	4.881.788
Prejuízo atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	(288.206)	(22)	(43.786)	(332.014)
Lucro do Exercício	3.949.443	296	600.036	4.549.774
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações	1.995.507	136	275.614	
% de ações em relação ao total	87,86%	0,01%	12,13%	
Resultado por ação básico da operação continuada (R\$)	2,12	2,34	2,34	
Resultado por ação básico da operação descontinuada (R\$)	(0,14)	(0,16)	(0,16)	
Resultado por ação básico (R\$)	1,98	2,18	2,18	
31/12/2022				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	2.239.391	215	408.987	2.648.592
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	834.329	80	152.376	986.785
Lucro do Exercício	3.073.720	295	561.363	3.635.377
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações	1.686.088	147	279.941	
% de ações em relação ao total	85,75%	0,01%	14,24%	
Resultado por ação básico da operação continuada (R\$)	1,33	1,46	1,46	
Resultado por ação básico da operação descontinuada (R\$)	0,50	0,54	0,54	
Resultado por ação básico (R\$)	1,83	2,00	2,00	

(a) Diluído

Em 31 de dezembro de 2023, com base no saldo passivo referente ao empréstimo compulsório, foi simulada a diluição com incremento de 25.822 ações preferenciais B no lucro por ação, conforme apresentado abaixo:

31/12/2023					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	4.185.927	314	59.583	635.964	4.881.788
Prejuízo atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	(284.688)	(21)	(4.052)	(43.252)	(332.014)
Lucro do Exercício	3.901.239	293	55.531	592.712	4.549.774
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.995.507	136	25.822	275.614	
% de ações em relação ao total	86,87%	0,01%	1,12%	12,00%	
Resultado por ação diluído	2,10	2,31	2,31	2,31	
Resultado por ação diluído da operação descontinuada (R\$)	(0,14)	(0,16)	(0,16)	(0,16)	
Resultado por ação diluído (R\$)	1,96	2,15	2,15	2,15	

31/12/2022					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	2.206.702	212	38.663	403.016	2.648.592
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	822.150	79	14.404	150.152	986.785
Lucro do Exercício	3.028.852	291	53.067	553.168	3.635.377
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.686.088	147	26.856	279.941	
% de ações em relação ao total	84,60%	0,01%	1,35%	14,05%	
Resultado por ação diluído da operação continuada (R\$)	1,31	1,44	1,44	1,44	
Resultado por ação diluído da operação descontinuada (R\$)	0,49	0,54	0,54	0,54	
Resultado por ação diluído (R\$)	1,80	1,98	1,98	1,98	

Prática contábil

Para a obtenção do resultado básico por ação, a Eletrobras divide o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Eletrobras pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante exercício. No caso de balanço consolidado, o lucro ou prejuízo atribuível à Companhia se refere à parcela da Controladora. Desta forma, são excluídas as participações dos não controladores.

Já para a obtenção do resultado diluído por ação, a Eletrobras presume o exercício de opções, bônus de subscrição e outros potenciais efeitos diluidores. Sendo seu único efeito diluidor, a conversão do empréstimo compulsório. Os valores presumidos provenientes desses instrumentos são considerados como recebidos da emissão de ações ao preço médio de mercado das ações durante o exercício.

De acordo com a política de dividendos, as ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio quanto às ações ordinárias.

NOTA 35 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Os segmentos de negócios da Companhia divulgados separadamente são:

- Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres e comercialização;
- Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica; e
- Administração, cujas atividades representam principalmente a gestão de caixa da Companhia, o gerenciamento do empréstimo compulsório e a gestão de negócios em SPE, cujo monitoramento e gestão são feitos de forma distinta dos investimentos corporativos.

As informações consolidadas por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2023 e 2022, são as seguintes:

	31/12/2023				Total
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	
Receita operacional líquida	110.270	22.397.652	15.226.823	(575.837)	37.158.908
Intersegmentos	-	264.091	311.746	(575.837)	-
Terceiros	110.270	22.133.561	14.915.077	-	37.158.908
Custos	(99)	(13.941.355)	(5.310.934)	578.889	(18.673.499)
Depreciação e Amortização	-	(3.368.771)	(18.836)	-	(3.387.607)
Demais custos	(99)	(10.572.584)	(5.292.098)	578.889	(15.285.892)
Despesas operacionais	(920.010)	(4.360.358)	(2.664.499)	(3.052)	(7.947.919)
Depreciação e Amortização	(37.213)	(107.795)	(88.727)	-	(233.735)
Demais despesas	(882.797)	(4.252.563)	(2.575.772)	(3.052)	(7.714.184)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	-	(12.144)	-	(12.144)
Resultado oper. antes do resultado financeiro	(809.839)	4.095.939	7.239.246	-	10.525.346
Resultado financeiro					(12.002.121)
Resultado de participações societárias					2.062.090
Outras receitas e despesas					1.143.062
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					2.998.498
Lucro líquido das operações continuadas					4.726.875
Prejuízo líquido das operações descontinuadas					(332.014)
Lucro líquido do exercício					4.394.861

	31/12/2022				Total
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	
Receita operacional líquida	379.988	20.252.000	14.001.392	(559.147)	34.074.233
Intersegmentos	-	244.761	314.386	(559.147)	-
Terceiros	379.988	20.007.239	13.687.006	-	34.074.233
Custos operacionais	(16.685)	(11.156.832)	(5.208.891)	524.798	(15.857.610)
Depreciação e Amortização	-	(2.247.720)	(232.972)	-	(2.480.692)
Demais custos	(16.685)	(8.909.112)	(4.975.919)	524.798	(13.376.918)
Despesas operacionais	(4.643.816)	(3.573.826)	(5.234.404)	34.349	(13.417.697)
Depreciação e Amortização	(11.197)	(106.196)	(92.183)	-	(209.576)
Demais despesas	(4.632.619)	(3.467.630)	(5.142.221)	34.349	(13.208.121)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	-	365.178	-	365.178
Resultado oper. antes do resultado financeiro	(4.280.513)	5.521.342	3.923.275	-	5.164.104
Resultado financeiro					(4.373.595)
Resultado de participações societárias					2.369.777
Outras receitas e despesas					186.924
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					(695.613)
Lucro líquido das operações continuadas					2.651.597
Lucro líquido das operações descontinuadas					986.785
Lucro líquido do exercício					3.638.382

35.1 – Receita operacional líquida, após eliminações, por segmento

	31/12/2023				31/12/2022			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Suprimento	-	17.030.455	-	17.030.455	-	14.104.623	-	14.104.623
Fornecimento	-	3.853.830	-	3.853.830	-	3.925.510	-	3.925.510
CCEE	-	1.680.285	-	1.680.285	17.708	1.141.450	-	1.159.158
Receita de O&M	-	4.052.072	7.335.165	11.387.237	-	4.676.630	6.379.321	11.055.951
Receita de construção	-	-	2.960.792	2.960.792	-	7.324	1.494.307	1.501.631
Repasse Itaipu	-	-	-	-	287.610	-	-	287.610
Receita contratual	-	-	7.136.080	7.136.080	-	-	7.901.256	7.901.256
Outras receitas operacionais	115.371	(104.270)	415.326	426.427	222.037	173.774	706.006	1.101.817
Deduções Receitas operacionais	(5.101)	(4.378.811)	(2.932.286)	(7.316.198)	(147.367)	(4.022.072)	(2.793.884)	(6.963.323)
(-) ICMS	-	(1.050.580)	(3.162)	(1.053.742)	-	(1.090.942)	(12.149)	(1.103.091)
(-) PIS e COFINS	(5.101)	(2.209.937)	(1.691.780)	(3.906.818)	(147.367)	(1.805.981)	(1.573.827)	(3.527.175)
(-) Encargos Setoriais	-	(1.116.424)	(1.232.552)	(2.348.976)	-	(1.122.014)	(1.200.355)	(2.322.369)
(-) Outras deduções (inclusive ISS)	-	(1.870)	(4.792)	(6.662)	-	(3.135)	(7.553)	(10.688)
	110.270	22.133.561	14.915.077	37.158.908	379.988	20.007.239	13.687.006	34.074.233

35.2 – Ativos não circulantes por segmento

	31/12/2023				31/12/2022			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Intangível	635.911	79.001.867	228.463	79.866.241	648.677	79.250.508	81.396	79.980.581
Ativo Contratual	-	-	50.052.912	50.052.912	-	-	51.703.084	51.703.084
Imobilizado	1.899.516	33.905.905	-	35.805.421	1.748.211	32.991.494	-	34.739.705
	2.535.427	112.907.772	50.281.375	165.724.574	2.396.888	112.242.002	51.784.480	166.423.370

Prática contábil

Receita Operacional Líquida

As receitas são reconhecidas à medida que a Companhia satisfaz suas obrigações estabelecidas nos contratos com os clientes, sendo mensuradas com base nos valores das contraprestações que espera receber em troca do desempenho das atividades de geração, transmissão e de outros serviços.

Geração

As receitas de suprimento e fornecimento de energia elétrica são reconhecidas no momento que a Companhia entrega a energia elétrica para o comprador pelos preços estabelecidos nos contratos. As receitas das transações no mercado de curto prazo, apresentadas na linha CCEE, são valoradas pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

As receitas originadas das concessões de geração prorrogadas à luz da Lei nº 12.783/2013 (Usinas Cotistas) estão apresentadas na linha Receita de operação e manutenção, sendo reconhecidas pelo preço da tarifa calculada pela ANEEL. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção das usinas, acrescidos da taxa adicional de receita de 10%. A partir de 2023, em razão das determinações da Lei 14.182/2021, o regime de exploração dessas usinas será alterado de cotas de garantia física para produção independente de energia (PIE), em 20 % ano, atingindo a alteração completa em 05 anos.

Transmissão

As contraprestações estabelecidas nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica remuneram a transmissora para duas obrigações de desempenho: (i) construir; e (ii) manter e operar a infraestrutura. À medida que são cumpridas, a Companhia registra as receitas de acordo com a natureza da obrigação concluída.

A obrigação de construir o empreendimento de transmissão é satisfeita ao longo da fase de construção, sendo as receitas de construção registradas de acordo com a evolução dos empreendimentos.

Além das receitas de construção e de operação e manutenção, a Companhia reconhece a receita financeira contratual, que se refere a atualização financeira dos direitos originados pela construção do empreendimento, que serão recebidos entre o término da construção e o final da concessão.

A Companhia inclui a receita financeira contratual na Receita Operacional Líquida – ROL, pois entende que nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica o financiamento (ato de gastar para construir e receber em parcelas no decorrer da concessão) realizado ao poder concedente para a construção dos empreendimentos faz parte do seu negócio. Maiores detalhes nas práticas contábeis da nota 16.

Informações por segmento de negócios

A Companhia segmenta os seus resultados entre Geração e de Transmissão, pois a maior parte das suas receitas e despesas são originadas por essas atividades.

No resultado do segmento de Administração é evidenciado somente o resultado obtido pela Eletrobras e Eletropar, entidades que não desenvolvem as atividades de geração e transmissão de energia elétrica.

Os ativos não circulantes segmentados em Geração e Transmissão se referem aos que são diretamente ligados com essas atividades. Os ativos intangíveis e imobilizados sem vínculos diretos com as atividades de geração e transmissão de energia elétrica são apresentados no segmento de Administração.

NOTA 36 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	-	(520.999)	(520.999)	-	(415.808)	(415.808)
Plano de demissão voluntária 2022	-	-	-	-	(42.999)	(42.999)
Plano de demissão voluntária 2023	-	(54.534)	(54.534)	-	-	-
Material	-	(2.627)	(2.627)	-	(603)	(603)
Serviços	-	(514.872)	(514.872)	-	(246.249)	(246.249)
Energia comprada para revenda	(99)	-	(99)	(16.685)	-	(16.685)
Depreciação e amortização	-	(37.213)	(37.213)	-	(11.196)	(11.196)
Doações e contribuições	-	(9.100)	(9.100)	-	(126.339)	(126.339)
Perdas estimadas/Provisões operacionais (36.1)	-	1.148.011	1.148.011	-	(3.501.113)	(3.501.113)
Outros	-	(921.345)	(921.345)	-	(294.438)	(294.438)
	(99)	(912.679)	(912.778)	(16.685)	(4.638.745)	(4.655.430)

	CONSOLIDADO					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(2.017.803)	(2.221.942)	(4.239.745)	(2.284.459)	(2.349.223)	(4.633.682)
Plano de demissão voluntária 2022	-	140	140	-	(1.260.370)	(1.260.370)
Plano de demissão voluntária 2023	-	(544.749)	(544.749)	-	-	-
Material	(205.701)	(45.397)	(251.098)	(230.777)	(38.306)	(269.083)
Serviços	(1.132.852)	(1.228.710)	(2.361.562)	(1.074.415)	(990.817)	(2.065.232)
Energia comprada para revenda	(3.028.226)	-	(3.028.226)	(3.117.655)	-	(3.117.655)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(3.482.126)	-	(3.482.126)	(2.746.132)	-	(2.746.132)
Combustível para produção de energia elétrica	(2.042.867)	-	(2.042.867)	(2.085.996)	-	(2.085.996)
Construção	(3.291.132)	-	(3.291.132)	(1.678.631)	-	(1.678.631)
Depreciação e amortização	(3.387.607)	(233.735)	(3.621.342)	(2.480.692)	(209.577)	(2.690.269)
Doações e contribuições	-	(111.101)	(111.101)	-	(206.438)	(206.438)
Perdas estimadas/Provisões operacionais (36.1)	-	(2.195.790)	(2.195.790)	-	(6.928.425)	(6.928.425)
Outros	(85.185)	(1.366.635)	(1.451.820)	(158.853)	(1.434.541)	(1.593.394)
	(18.673.499)	(7.947.919)	(26.621.418)	(15.857.610)	(13.417.697)	(29.275.307)

A despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 544.749, representa a adesão ao Plano de Demissão Voluntária – 2023 de 1.573 empregados.

36.1 – Perdas estimadas/Provisões Operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Provisão (Reversão) para Litígios (a)	1.946.722	(150.471)	1.246.332
Ganhos (Perdas) estimadas em investimentos (b)	(68.728)	(67.429)	392.085	92.226
Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório	38.988	(101.813)	38.988	(101.813)
PECLD - Financiamentos e empréstimos	(21.618)	(3.347.749)	(21.618)	(3.347.749)
PECLD - Consumidores e revendedores	-	-	(466.598)	(1.674.333)
Contratos onerosos (c)	-	-	(862.029)	229.582
Impairment (d)	-	-	(956.492)	(267.815)
Restituição ao Fundo RGR (e)	(558.360)	-	(558.360)	-
Mensuração a valor justo de ativo mantido para venda	(98.721)	-	(704.467)	-
Outras	(90.272)	166.349	(303.631)	(957)
	1.148.011	(3.501.113)	(2.195.790)	(6.928.425)

(a) Provisão (reversão) para litígios

A variação no exercício findo de dezembro de 2023, deve-se, principalmente, ao resultado economicamente favorável nos acordos do empréstimo compulsório no valor de R\$ R\$ 1.954.876, vide nota 30.1.1.

(b) Ganhos (perdas) estimadas em investimentos

A variação do montante R\$ 392.085 no exercício corrente, refere-se, substancialmente a reversão do *impairment* da Teles Pires e das transmissoras. Vide nota 18.

(c) Contratos Onerosos

A constituição no exercício corrente refere-se, principalmente, ao contrato de comercialização de energia com a Jirau Energia no montante de R\$ 729.536, vide nota 28.

(d) *Impairment*

A variação ao longo do exercício findo em dezembro de 2023, deve-se principalmente ao reconhecimento do *impairment* no montante de R\$ 853.812 na Eólica Coxilha Negra e UHE Samuel, vide nota 21.

(e) Restituição ao Fundo RGR

A variação em dezembro 2023, ocorreu devido a determinação da ANEEL à Eletrobras o ressarcimento ao fundo de RGR no montante de R\$ 558.360 em parcelas mensais e iguais até 31 de dezembro de 2026.

NOTA 37 – RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Receitas de juros, multas, comissões e taxas	832.301	1.282.346	153.458	997.434
Receita de aplicações financeiras	911.903	1.065.822	2.862.488	2.211.854
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	1.139	-	165.978	252.637
Receita de juros sobre dividendos	-	417.789	-	10.950
Outras receitas financeiras	421.533	276.323	479.159	566.848
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(472.511)	(512.176)	(578.163)	(611.964)
	1.694.365	2.530.104	3.082.920	3.427.759
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(2.323.089)	(1.953.052)	(6.463.585)	(4.705.030)
Encargos de obrigações com CDE	-	-	(2.292.321)	(1.097.038)
Encargos de revitalização de bacias hidrográficas	-	-	(355.430)	(187.023)
Outras despesas financeiras	(474.439)	(180.021)	(1.109.907)	(804.999)
	(2.797.528)	(2.133.073)	(10.221.243)	(6.794.090)
Itens financeiros, líquidos				
Atualizações monetárias - CDE	-	-	(1.384.392)	(197.580)
Atualizações monetárias - bacias hidrográficas	-	-	(331.760)	(23.017)
Atualizações monetárias ¹	(1.639.859)	(996.738)	(1.795.913)	(877.025)
Variações cambiais	104.065	327.057	169.904	446.852
Variação do valor justo de dívida protegida (hedge) líquida do derivativo	(868.206)	-	(908.381)	-
Variação de instrumento financeiro derivativo não ligado a proteção de dívida	-	-	(613.256)	(356.494)
	(2.404.000)	(669.681)	(4.863.798)	(1.007.264)
	(3.507.163)	(272.650)	(12.002.121)	(4.373.595)

¹ Representam, substancialmente, as atualizações monetárias das obrigações de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Prática contábil

No resultado financeiro são registrados, principalmente, os encargos das dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, vide nota 24, os encargos das obrigações com a CDE e revitalização de bacias hidrográficas, vide nota 31, os juros dos passivos de arrendamentos e as receitas de aplicações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

NOTA 38 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ressarcimento do ativo imobilizado em curso - AIC	-	121.033	-	121.033
Resultado na alienação das ações (participações minoritárias)	-	453.624	-	453.624
Resultado na alienação de ativos	-	-	55.692	-
Ganho na alienação da EAPSA (a)	-	-	777.046	-
Resultado das combinações de negócios (b)	-	-	307.868	-
Efeitos da Lei nº 14.182/2021	-	-	-	(355.062)
Outras receitas e despesas	18.748	(378.996)	2.456	(32.671)
	18.748	195.661	1.143.062	186.924

(a) Resultado na alienação de ativos

Em 2023, a permuta entre Eletronorte e Neoenergia foi finalizada, resultando na transferência da SPE Energética Águas da Pedra. Essa transação com a Neoenergia resultou em um ganho com alienação no valor de R\$ 777.046.

(b) Resultado nas aquisições de controle

No exercício de 2023, Furnas reconheceu ganho na variação da participação de investimento nas aquisições de ações na Baguari Energia, Retiro Baixo, Triângulo Mineiro e Vale do São Bartolomeu no valor de R\$ 283.930. Vide nota 18.1.

NOTA 39 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

39.1- Gestão do risco de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A alavancagem financeira, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, do instrumento financeiro derivativos, vide nota 24, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários – TVM (sem considerar o caixa restrito), vide notas 6 e 8. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	60.780.290	59.106.522
(+) Instrumentos financeiros derivativos - proteção de dívida	657.514	-
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(6.352.895)	(12.605.747)
(-) Caixa e equivalente de caixa	(13.046.371)	(10.739.126)
Dívida líquida	42.038.538	35.761.649
(+) Total do Patrimônio Líquido	112.464.644	111.028.636
Total do Capital	154.503.182	146.790.285
Índice de Alavancagem Financeira	27%	24%

39.2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Nível	CONSOLIDADO	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		25.460.142	34.062.835
Caixa e equivalentes de caixa		13.046.371	10.739.126
Clientes		5.859.928	5.497.979
Direitos de ressarcimento		-	3.341.835
Valores a receber - ENBPar		-	1.264.059
Empréstimos, financiamentos e debêntures		628.150	1.021.645
Títulos e Valores Mobiliários		5.925.693	12.198.191
Valor justo por meio do resultado		800.808	1.394.418
Partes Beneficiárias	2	427.202	407.556
Instrumentos financeiros derivativos	2	373.606	986.862
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.104.381	1.761.258
Investimentos (Participações Societárias)	1	1.104.381	1.761.258
PASSIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		99.668.654	103.279.464
Empréstimos, financiamentos e debêntures		54.299.620	59.106.522
Obrigações da Lei nº 14.182/2021		39.519.406	36.659.454
Fornecedores		2.963.867	3.517.173
Empréstimo compulsório - Acordos		896.746	-
Obrigações de ressarcimento		-	1.912.423
Remuneração aos acionistas		1.154.836	924.644
Arrendamentos		216.747	753.168
Concessões a Pagar UBP		617.432	406.080
Valor justo por meio do resultado		7.138.184	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	6.480.670	-
Instrumentos financeiros derivativos	2	657.514	-

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

39.3 – Gestão de riscos financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Eletrobras definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

39.3.1 – Risco de taxa de câmbio

A Companhia monitora o risco à exposição das flutuações nas taxas de câmbio com potencial de impactar seus ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa.

Em abril de 2023, a Companhia contratou operação de derivativo denominada *Cross Currency Swap* com o objetivo de proteger os *bonds* emitidos em relação à variação cambial, assumindo posição passiva em reais e à mudança de valor do passivo atrelado à curva de juros variáveis em reais (CDI).

Abaixo, é apresentado a exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos resultados e nos fluxos de caixa.

a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade

Risco de apreciação das taxas de câmbio

		CONSOLIDADO				
		Saldo em 31/12/2023		Efeito no resultado		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2024 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
EURO	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(38.223)	(204.552)	(5.290)	(57.751)	(110.211)
	Impacto no resultado	(38.223)	(204.552)	(5.290)	(57.751)	(110.211)
Impacto no resultado em caso de apreciação das taxas de câmbio				(5.290)	(57.751)	(110.211)
⁽¹⁾ Premissas adotadas:		31/12/2023	Provável	+25%	+50%	
EURO		5,35	5,49	6,86	8,24	

39.3.2 – Risco de taxa de juros

a) Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros

		CONSOLIDADO			
		Saldo em 31/12/2023	Cenário I - Provável 2024 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(25.004.174)	(2.507.919)	(3.134.898)	(3.761.878)
CDI	Empréstimos protegidos (<i>hedge</i>) - Swap US\$ vs CDI	(7.352.802)	(737.486)	(921.858)	(1.106.229)
	Impacto no resultado	(32.356.976)	(3.245.405)	(4.056.756)	(4.868.107)
SELIC	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.492.397)	(230.547)	(288.183)	(345.820)
	Ressarcimento AIC	356.173	32.946	41.183	49.419
	Impacto no resultado	(2.136.224)	(197.601)	(247.000)	(296.401)
TJLP	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.441.837)	(224.752)	(280.940)	(337.128)
	Impacto no resultado	(3.441.837)	(224.752)	(280.940)	(337.128)
IGPM	Arrendamentos	(216.747)	(8.735)	(10.919)	(13.102)
	Financiamentos e empréstimos a receber	171.609	6.916	8.645	10.374
	Impacto no resultado	(45.138)	(1.819)	(2.274)	(2.728)
IPCA	Obrigações da Lei nº 14.182/2021	(39.519.406)	(1.430.602)	(1.788.253)	(2.145.904)
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(26.335.933)	(953.361)	(1.191.701)	(1.430.041)
	Direito de ressarcimento	1.929.899	69.862	87.328	104.794
	Financiamentos e empréstimos a receber	8.111	294	367	440
	Impacto no resultado	(63.917.329)	(2.313.807)	(2.892.259)	(3.470.711)
Impacto no resultado em caso de apreciação nos indexadores nacionais			(5.983.384)	(7.479.229)	(8.975.075)
⁽¹⁾ Premissas adotadas:		31/12/2023	Provável	+25%	+50%
	CDI	13,03%	10,03%	12,54%	15,05%
	SELIC	11,75%	9,25%	11,56%	13,88%
	TJLP	6,55%	6,53%	8,16%	9,80%
	IGPM	-3,22%	4,03%	5,04%	6,05%
	IPCA	4,41%	3,62%	4,53%	5,43%

39.3.3 - Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa, em valores nominais, os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

	CONSOLIDADO				
	31/12/2023				
	Fluxo de pagamento nominal				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	23.534.123	16.402.453	37.162.840	86.456.689	163.556.105
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	2.196.092	2.832.052	11.675.962	64.112.911	80.817.017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.742.978	13.246.030	25.311.936	21.856.170	77.157.114
Fornecedores	2.963.867	-	-	-	2.963.867
Obrigações de Ressarcimento	8.572	-	-	-	8.572
Remuneração aos Acionistas	1.522.866	-	-	-	1.522.866
Arrendamentos	48.482	75.682	49.138	66.936	240.238
Concessões a Pagar UBP	51.266	248.689	125.804	420.672	846.431

	CONSOLIDADO				
	31/12/2022				
	Fluxo de pagamento nominal				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	19.407.655	23.277.701	22.324.186	93.128.374	158.137.917
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	1.486.080	2.094.252	9.931.788	65.206.735	78.718.856
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.305.856	20.906.210	12.091.000	27.503.632	71.806.698
Fornecedores	3.517.173	-	-	-	3.517.173
Obrigações de Ressarcimento	1.912.423	-	-	-	1.912.423
Remuneração aos Acionistas	924.644	-	-	-	924.644
Arrendamentos	227.819	239.099	219.053	88.490	774.461
Concessões a Pagar UBP	33.660	38.140	82.345	329.517	483.662

39.3.4 - Instrumentos financeiros derivativos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Passivo		Ativo		Passivo	
Instrumentos financeiros derivativos para proteção de dívida (38.3.4.1)	645.302	-	-	-	657.514	-
Instrumentos financeiros derivativos - fornecimento de energia elétrica (38.3.4.2)	-	-	373.606	986.862	-	-
Total Instrumentos financeiros derivativos	645.302	-	373.606	986.862	657.514	-

39.3.4.1 – Instrumentos financeiros derivativos para proteção de dívida

Em abril de 2023, a Companhia contratou operação de derivativo denominada *Cross Currency Swap* no valor nominal de R\$ 6.325.200, com o objetivo de proteger os *bonds* emitidos em relação à variação cambial, assumindo posição passiva em reais e à mudança de valor do passivo atrelado à curva de juros variáveis em reais (CDI).

A efetividade da relação econômica entre o item protegido (*bonds*) e o instrumento de hedge (derivativo) é medida periodicamente.

Posição Patrimonial

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Passivo		Passivo	
Derivativo para proteção de dívidas				
Swap - US\$ vs CDI - Vencimento 04/02/2025	220.165	-	220.165	-
Swap - US\$ vs CDI - Vencimento 04/02/2030	425.137	-	425.137	-
Swap - US\$ vs CDI	-	-	12.212	-
	<u>645.302</u>	<u>-</u>	<u>657.514</u>	<u>-</u>

Ganho/(Perda) reconhecido(a) no resultado

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Variação do valor justo do derivativo				
Swap - US\$ vs CDI - Vencimento 04/02/2025	(275.755)	-	(275.755)	-
Swap - US\$ vs CDI - Vencimento 04/02/2030	(512.050)	-	(512.050)	-
Swap - US\$ vs CDI	-	-	(21.876)	-
Variação do valor justo da dívida protegida				
Bonds - vencimento 04/02/2025	49.395	-	49.395	-
Bonds - vencimento 04/02/2030	(129.796)	-	(129.796)	-
Credit agreement	-	-	(18.299)	-
Resultado financeiro líquido	<u>(868.206)</u>	<u>-</u>	<u>(908.381)</u>	<u>-</u>

39.3.4.2 – Instrumentos financeiros derivativos - fornecimento de energia elétrica

Este instrumento financeiro derivativo refere-se a um contrato de longo prazo para fornecimento de energia elétrica com a Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás, a receita desse contrato de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* – LME), este cálculo inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME, cujos quais foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos.

O contrato celebrado com a Albrás encerrará em 31 de dezembro de 2024.

Prática contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Eletrobras, ou uma de suas controladas, for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado – VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes – VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes – ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

- Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

Contratos de garantia financeira:

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da Administração da Eletrobras. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia, vide nota 24.2. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais, vide nota 36.1.

Instrumentos financeiros derivativos:

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos *swaps* de taxa de juros.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente mensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

Contabilização de *hedge*:

A Companhia possui política de contabilização de *hedge*, de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 48/IFRS 09. As operações atuais de *hedge* da Companhia se caracterizam, para efeitos dos registros contábeis, como *hedge* de valor justo, cujos ganhos ou perdas nas variações de valor justo do instrumento de *hedge* (derivativo) e do item protegido (dívida) são reconhecidas no resultado.

Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

NOTA 40 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Abaixo encontram-se resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Companhia:

40.1 – Principais transações ocorridas em 2023

Partes Relacionadas	Data da Operação	Objeto do Contrato	Valor da transação
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil ("CGT Eletrosul") e Fundação Elos	20/03/2023	Equacionamento do déficit técnico do Plano BD Elos/Eletrosul, compreendendo a parcela referente à CGT Eletrosul (Controlada Eletrobras), na condição de Patrocinadora do referido Plano de Previdência Complementar. Trata-se de operação de constituição de dívida, cujo objeto prevê a transferência de valores da CGT Eletrosul para o Plano BD Elos/Eletrosul, com a finalidade de manter o seu equilíbrio econômico e financeiro, considerando o resultado deficitário do referido Plano apurado no encerramento do exercício de 2021.	65.761
Eletrobras e Sociedade de Propósito Específico Chapada do Piauí II Holding S/A ("SPE").	28/09/2023	O contrato prevê a emissão de fiança bancária pelo fiador como uma garantia a ser prestada em favor do credor do Contrato de Dívida da SPE Chapada do Piauí II. A Eletrobras prestará garantia fidejussória ao Fiador no montante equivalente à sua participação acionária na Parte Relacionada, garantindo as obrigações da SPE em caso de inadimplemento desta, viabilizando a emissão da fiança bancária.	68.000
Eletrobras e Fundação Eletrobras de Seguridade Social ("Eletros")	11/05/2023	Transação que prevê a transferência de valores da Eletrobras para a Fundação Eletros com a finalidade de manter o equilíbrio econômico dos Planos BD Eletrobras e CD Eletrobras – parcela de Benefício Proporcional Diferido Saldado (BPDS). Adicionalmente, houve a substituição e atualização monetária das garantias conferidas pela Eletrobras ao equacionamento dos déficits referentes aos exercícios 2013 e 2015 do Plano BD Eletrobras.	185.023

40.2 - Transações com partes relacionadas - Controladora

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Controladora:

Patrimonial	31/12/2023				31/12/2022		
	Controladas	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Controladas	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego
Ativos							
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	20.596.029	-	-
Dividendos / JCP a receber	1.718.461	7.777	599.676	-	2.527.551	508.803	-
Empréstimos e financiamentos a receber	7.925.311	-	-	-	3.868.903	587.067	-
Créditos com Controladas	1.365.176	-	-	-	1.894.051	-	-
Outros ativos	40.395	-	46.306	-	70.549	79.148	-
	<u>11.049.343</u>	<u>7.777</u>	<u>645.983</u>	<u>-</u>	<u>28.957.083</u>	<u>1.175.018</u>	<u>-</u>
Passivos							
Provisões	-	-	-	832.561	-	-	620.691
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>832.561</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>620.691</u>

Resultado	31/12/2023			31/12/2022			
	Controladas	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Controladas	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego
Receitas (despesas) com Juros, Comissões, Taxas e Variações Cambiais	990.827	13.804	-	839.163	(38.071)	180.134	-
Ganhos (Perdas) estimadas em investimentos	-	-	-	(250.553)	-	-	-
Outras Receitas (Despesas)	-	-	(78.768)	968	-	-	(2.650)
	<u>990.827</u>	<u>13.804</u>	<u>(78.768)</u>	<u>589.578</u>	<u>(38.071)</u>	<u>180.134</u>	<u>(2.650)</u>

40.3 - Transações com partes relacionadas – Consolidado

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas do consolidado:

Patrimonial	31/12/2023			31/12/2022		
	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego
Ativos						
Clientes	53.495	-	-	37.741	23.970	-
Contas a Receber	-	-	-	14.725	17.064	-
Dividendos / JCP a receber	230.199	599.676	-	180.213	615.740	-
Empréstimos e financiamentos a receber	-	-	-	-	587.067	-
Outros ativos	709	46.307	146.981	-	78.147	136.375
	<u>284.403</u>	<u>645.983</u>	<u>146.981</u>	<u>232.679</u>	<u>1.321.988</u>	<u>137.307</u>
Passivos						
Fornecedores	23.121	-	459	17.268	9.273	231
Provisões	-	-	285.659	-	-	620.691
Contribuições previdenciárias	-	-	29.237	-	-	32.991
Contratos de dívidas atuariais	-	-	3.014.599	-	-	2.414.180
Obrigações diversas	496	-	2.081	-	-	11.079
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.172	-	-	4.892
Compra de Energia Elétrica	49.584	-	-	20.379	9.273	-
Contas a Pagar	39.414	-	-	39.400	-	137.718
Outros passivos	-	-	141.649	-	-	124.354
	<u>112.615</u>	<u>-</u>	<u>3.474.856</u>	<u>77.047</u>	<u>18.546</u>	<u>3.346.136</u>

Resultado	31/12/2023			31/12/2022		
	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego
Receita de uso de Energia Elétrica	179.157	-	-	161.651	142.852	-
Receitas de prestação de serviços	43.649	-	-	100.981	3.223	-
Outras Receitas	2.276	-	10.838	551.180	-	84.103
Receitas de Juros, Comissões e Taxas e Variações cambiais	65.732	13.804	-	(38.071)	180.134	-
Compra/Venda de Energia Elétrica	35.514	-	-	(659.912)	(70.650)	-
Encargos de Uso da Rede	(104.629)	-	-	(102.805)	(29)	-
Taxas	-	-	-	-	-	(2.650)
Outras Despesas	(133.289)	(78.768)	(107.915)	(311.396)	(209)	(557.258)
Despesas Financeiras	-	-	(14.618)	-	-	(140.730)
	<u>88.410</u>	<u>(64.964)</u>	<u>(111.695)</u>	<u>(298.372)</u>	<u>255.321</u>	<u>(616.535)</u>

40.4 – Remuneração do pessoal chave

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo	54.787	10.485	75.140	41.302
Benefícios pós-emprego	1.839	756	6.613	756
Remuneração baseada em ações	28.503	-	37.358	-
Outros benefícios de longo prazo	-	2.055	-	2.055
	<u>85.129</u>	<u>13.296</u>	<u>119.111</u>	<u>44.113</u>

Prática contábil

A Companhia elimina nas demonstrações contábeis consolidadas, as transações e os saldos intercompanhias existentes com partes relacionadas, exceto em relação àqueles entre Eletrobras e suas controladas mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

De acordo com sua política, a Companhia pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando assim, seu resultado conjuntamente considerado. Sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das partes.

Os processos negociais e decisórios devem ser efetivos, independentes e dotados de comutatividade ou de pagamento compensatório adequado. Assim, evita-se o favorecimento indevido da parte relacionada em detrimento do interesse da sociedade.

NOTA 41 – ATIVOS E PASSIVOS MANTIDOS PARA VENDA

O quadro abaixo demonstra os ativos e passivos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2023:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Livramento Holding S.A.	-	-	-	80.317
Chapada Piauí I	70.561	144.574	70.561	144.574
Chapada Piauí II	151.411	176.117	151.411	176.117
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-	-	286.775
Neoenergia Coelba	-	-	-	468
Neoenergia Cosern	-	-	-	63
Neoenergia Afluente T	-	-	-	45
Candiota	-	-	30.977	-
Empreendimentos térmicos	-	-	2.934.192	-
Total Ativo	221.972	320.691	3.187.141	688.359
Livramento Holding S.A.	-	-	-	170.448
Empreendimentos térmicos	-	-	274.464	-
Total Passivo	-	-	274.464	170.448

Em dezembro de 2023, a Companhia, com o objetivo de buscar oportunidades de negócios para expandir e adequar seus investimentos de forma sustentável, identificou a avaliação de estratégias alternativas para alienação dos seus empreendimentos térmicos a gás natural, no montante de R\$ 2.659.728 após o reconhecimento de provisão na mensuração ao valor justo de R\$ 632.087. Vide nota 36.1.

Adicionalmente, a Companhia continua comprometida com o seu plano de venda das Chapadas do Piauí I e II, em razão disso, utilizando-se da orientação do CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, mantém registrado no ativo. A conclusão da transação é esperada para março de 2024.

Prática contábil

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda se o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda e não pelo uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que possa ser concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor esperado de alienação.

NOTA 42 – OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Conforme previsto na Lei nº 14.182/2021, a capitalização da Eletrobras estava condicionada à reestruturação societária para manter sob o controle, direto ou indireto da União, as empresas Eletronuclear e a parcela pertencente ao Brasil na entidade binacional Itaipu Binacional, através da transferência de controle para a ENBpar.

Como a Eletronuclear e a participação pertencente ao Brasil em Itaipu Binacional representavam uma importante linha separada de negócios nos segmentos de geração de energia nuclear e comercialização, respectivamente, as transações destes segmentos passaram a ser apresentadas nestas demonstrações contábeis como operações descontinuadas. Desta forma, as informações do resultado do período e o fluxo de caixa comparativos estão sendo divulgadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 31/IFRS 5, para apresentar as transações dos segmentos mencionados acima separadamente das operações continuadas.

• Demonstração de Resultado

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	-	-	-	2.050.414
Custos operacionais	-	-	-	(1.028.577)
Despesas operacionais	-	-	-	(360.765)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	-	-	-	661.072
Resultado financeiro líquido	(332.014)	57.822	(332.014)	(356.990)
Resultado das participações societárias	-	32.305	-	(68.490)
Outras Receitas e Despesas	-	896.658	-	896.658
Resultado operacional antes dos impostos	(332.014)	986.785	(332.014)	1.132.250
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(145.465)
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas	(332.014)	986.785	(332.014)	986.785

• Fluxo de Caixa

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
Caixa líquido (usado) das atividades operacionais	-	(2.908.844)
Caixa líquido (usado) das atividades de financiamento	-	(174.814)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	952.036	3.079.754
Caixa líquido proveniente (usado) das operações descontinuadas	952.036	(3.904)

Prática contábil

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que será descontinuado e que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto das operações da Companhia e que:

- representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- são parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- são uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

NOTA 43 – EVENTOS SUBSEQUENTE

43.1- Venda do complexo termoeletrico Candiota

Em janeiro de 2024, a Companhia concluiu a alienação do complexo termoeletrico de Candiota (350MW) para o grupo Âmbar Energia S.A. Vide nota 41.

Ivan de Souza Monteiro
Presidente

Eduardo Haiama
Vice-presidente executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Marcos José Lopes
Diretor de Contabilidade – CRC-RJ 100854/O

Antônio Varejão de Godoy
Vice-presidente executivo de Operações e Segurança

Camila Gualda Sampaio Araújo
Vice-presidente executiva de Governança, Riscos e Conformidade

Elio Gil de Meirelles Wolff
Vice-presidente executivo de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

Ítalo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
Vice-presidente executivo de Comercialização

José Renato Domingues
Vice-presidente executivo de Gente, Gestão e Cultura

Juliano de Carvalho Dantas
Vice-presidente executivo de Inovação, P&D e TI

Marcelo de Siqueira Freitas
Vice-presidente executivo Jurídico

Renato Costa Santos Carreira
Vice-presidente executivo de Suprimentos e Serviços

Robson Pinheiro Rodrigues de Campos
Vice-presidente executivo de Engenharia e Expansão

Rodrigo Limp Nascimento
Vice-presidente executivo de Regulação e Relações Institucionais